

RELATÓRIO ANUAL 2018



EXPEDIENTE

Publicação da Faelba – Fundação Coelba de Previdência Complementar. Distribuição gratuita para Governança, Participantes e Assistidos.

Diretoria Executiva:

Augusto da Silva Reis - Diretor-Superintendente
Francisco Artur de Lima Moacyr - Diretor Adm.- Financeiro
Alvaro Moreira de Pinho Neto - Diretor de Seguridade

Conselho Deliberativo:

Titulares:

Márcio Caires Vasconcelos – Presidente;
Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis;
José Antônio de Souza Brito;
Antônio Fernando Guedes de Brito Costa;
João Vital de Souza;
Belarmino de Castro Dourado.

Suplentes:

Renata Farias Silva;
Marcela Castelo Branco;
Joe Louis Tavares Morra;
Thiago Andrade Quinteiro;
Olegário da Silva Ferraz;
Lára Fernandes dos Santos.

Conselho Fiscal:

Titulares:

Carmelita Novais dos Santos – Presidente;
Roque da Silveira;
Leonidas Henriques Filho.

Suplentes:

João Campos de Aragão;
Luiz Mário de Jesus Filho;
Elson Magnavita de Menezes.

Realização:

Assessoria de Comunicação da Faelba (ASCOM)

Jornalista Responsável: Mariana Amado



“Oferecer segurança e credibilidade aos Participantes e Assistidos é o dever principal da nossa Entidade. Para tanto, se faz necessária uma gestão voltada para as melhores práticas, onde qualificação profissional e o respeito a valores como aderência normativa, ética e transparência são fundamentais para consecução dos nossos objetivos”

*Augusto Reis,
Diretor Superintendente*

ÍNDICE


Apresentação.....	04
Governança e Gestão Corporativa.....	05
Sistema de Gestão e Controlos Internos....	06
Gestão Previdenciária.....	09
Plano CD	10
Plano BD.....	20
Gestão de Investimentos	33
Gestão Administrativa.....	68
Principais Realizações	72
Parecer do Conselho Fiscal	142



APRESENTAÇÃO

Em atendimento à Resolução CGPC nº 23/2006 e às Instruções Normativas Previc nº 11/2014 e 13/2014, a Faelba torna público o seu Relatório de Atividades relativo ao exercício de 2018, contendo a síntese da gestão da Entidade no período, demonstrando os principais números da Fundação e as realizações relevantes ocorridas no referido exercício. Este documento contém, ainda, as Demonstrações Financeiras (DF's) e Atuariais (DA's), as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, além da Manifestação do Conselho Deliberativo e o dos Pareceres do Atuário e do Conselho Fiscal da Entidade.

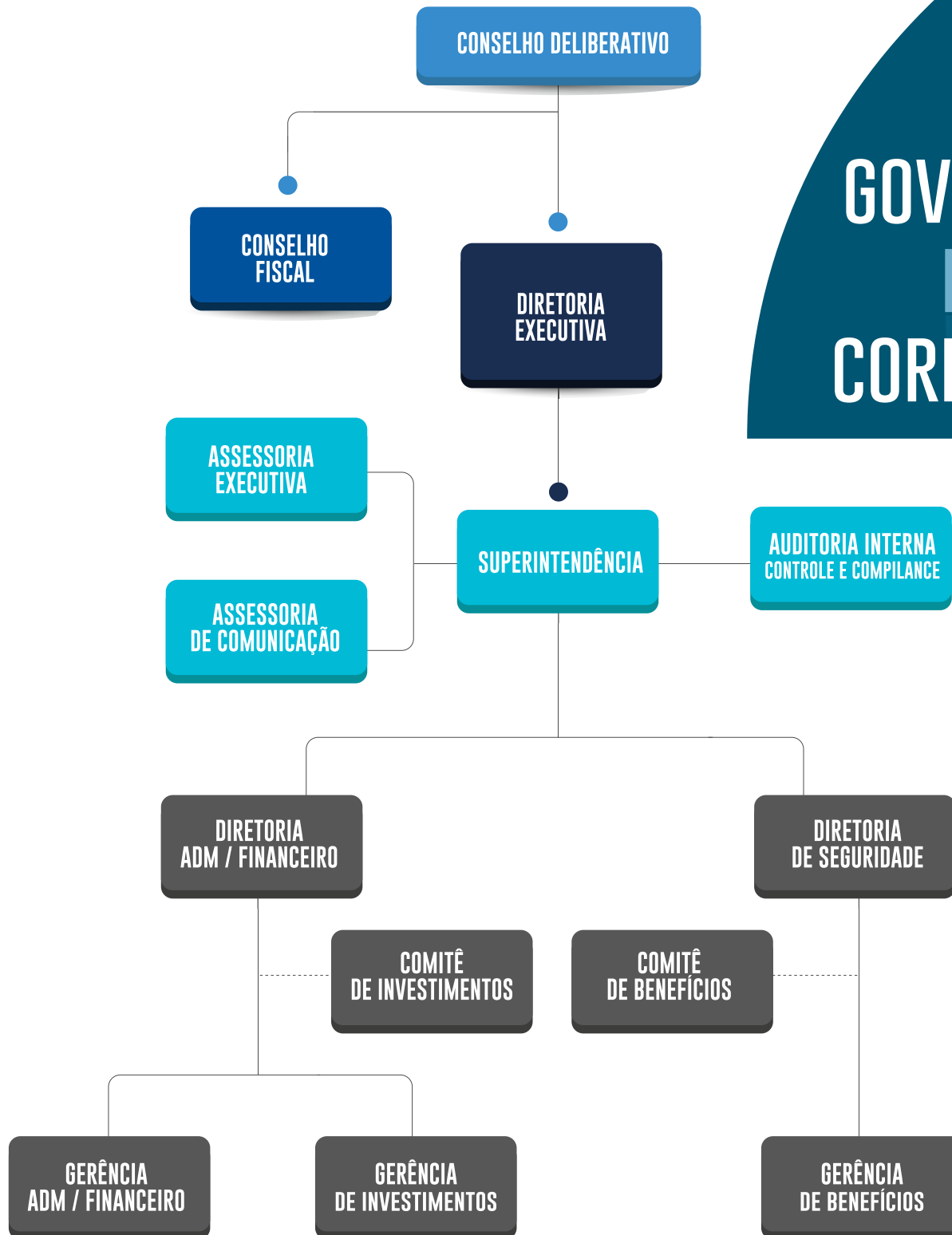
Em 2019, quando a Faelba completa 45 anos de existência, nossa homenagem a todos que fazem a história e contribuem para o fortalecimento desta Entidade. A todos os colaboradores que por aqui passaram nosso reconhecimento pelo trabalho que tornou a Faelba referência no segmento de Previdência Complementar Fechada.



“Nos esforçamos para que cada Participante e Assistido consiga entender, da sua melhor forma, em cada mensagem nossa, o negócio e especificidades da Fundação.”

*Mariana Amado,
Assessora de Comunicação*

GOVERNANÇA E GESTÃO CORPORATIVA



SISTEMAS DE GESTÃO

1.1. GESTÃO DA QUALIDADE

No mês de setembro foi realizada a Auditoria Interna do Sistema de Gestão da Qualidade com base nos requisitos da norma ISO 9001:2015, onde foram auditados todos os processos da Fundação, conforme planejado. As não conformidades foram identificadas e tratadas conforme procedimento de ação corretiva.

Em Novembro, o sistema de gestão foi auditado por organismo certificador externo, sendo considerado pelo auditor, compatível com os requisitos da norma ISO 9001:2015.

1.2. GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Sendo um direito fundamental dos Participantes e Assistidos o acesso às informações tratadas no âmbito da FAELBA, é preciso definir um padrão mínimo de condutas a ser seguido para atribuir maior segurança aos processos internos.

Para preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações, a FAELBA definiu como padrão a ser seguido os requisitos da norma ABNT ISO 27001:2013.

Após implantar o Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) em 2017, em Abril de 2018,

o SGSI foi auditado e certificado por um organismo certificador com base na norma ABNT ISO 27001:2013.

A partir da certificação, a FAELBA passará por auditorias anuais para verificação da aderência e conformidade com a norma.

1.3. GESTÃO DE RISCOS

Na gestão de riscos dos seus processos, a FAELBA adota a metodologia da norma ABNT ISO 31000:2018 como parâmetro para identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos.

A gestão de riscos e controles observa, ainda, as boas práticas indicadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através dos Guias de Melhores Práticas em Fundos de Pensão.





AUDITORIA INTERNA

No mês de janeiro, o Plano Anual de Auditoria Interna foi revisado e submetido à Diretoria Executiva para aprovação.

O cronograma foi definido com base na criticidade dos processos e sua representatividade para o negócio da Fundação, conforme descritos a seguir:

SEGURIDADE

Avaliação mensal das concessões de Benefícios, Institutos e Filiação de novos Participantes.

Avaliação semestral da Alocação das reservas dos Participantes (Perfis de Investimentos);

JURÍDICO

Exame semestral dos instrumentos contratuais firmados pela Entidade.

“Fortalecer o sistema de controles internos da Faelba através da melhoria contínua dos processos.”

*Alexsandro Santana,
Assessor de Controles Internos*

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Análise dos critérios estabelecidos para seleção/contratação de fornecedores.

Revisão mensal dos controles e procedimentos executados nas concessões de empréstimos a Participantes, cobrança e liquidação.

INVESTIMENTOS

Avaliação dos controles para o atendimento as diretrizes estabelecidas na Política de Alçada aprovada pelo Conselho Deliberativo.

Tendo como referência os processos descritos, foram identificadas 134 (cento e trinta e quatro) constatações de auditoria. Deste total, 14 (quatorze) constatações foram classificadas como não conformidades nos processos, sendo que 08 (oito) destas, tiveram suas ações corretivas implantadas e concluídas em 2018.

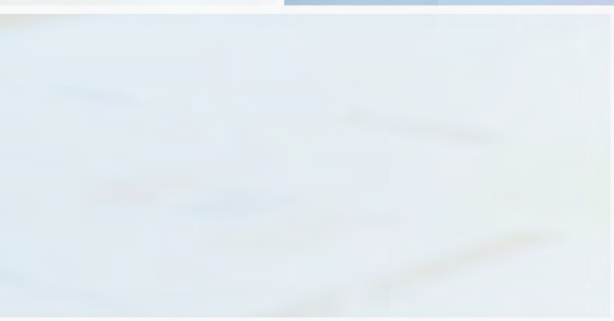
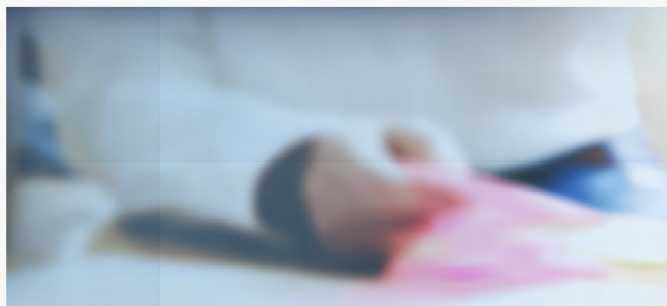
Os registros das análises, recomendações, avaliações dos controles, riscos identificados e oportunidades de melhoria estão registrados nos 23 (vinte e três) relatórios emitidos no ano de 2018 e reportados aos responsáveis pelos respectivos processos.



“Trabalhamos para estabelecer e manter a conformidade da Faelba aos requisitos regulatórios.”

*Gláucia Mota,
Auditora Interna*

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA



PLANO CD

1. QUADRO DE PARTICIPANTES*

Quadro Participante - CD												
Patrocinador	Participantes						Subtotal	Assistidos			Subtotal	Total
	Ativos**	Auto Patrocinado	Vinculados	Part. com suspensão temporária de contribuição	Cancelados	Desligados e Desligados Elegíveis		Aposentadoria	Pecúlio	Aguardando Benef. Pec		
Coelba	3.606	47	161	4	3	258	4.079	1.413	88	4	1.505	5.584
Faelba	25	7	8	-	1	2	43	4	1	-	5	48
Tracol	-	-	-	-	-	2	2	11	-	-	11	13
Total	3.631	54	169	4	4	262	4.124	1.428	89	4	1.521	5.645



*Os números apresentados acima, são com base no Relatório de Atividades de dezembro de 2018

**Para o Relatório Anual, as situações de Auxílio Doença foram somadas aos Ativos

2. BENEFÍCIOS PAGOS*

Benefícios Pagos - Plano CD					
Mês	Aposentadoria normal e aposentadoria normal antecipada	Benefícios por desligamento	Pecúlio invalidez	Pecúlio morte	Total Pago Mês R\$
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	
Dezembro	5.488.587,44	519.845,14	62.009,80	105.605,90	6.176.048,28
Total	63.198.866,43	6.809.436,15	845.442,27	1.754.847,10	72.608.591,95

*Os números apresentados acima, são com base no Relatório de Atividades de dezembro de 2018

3. SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Por se tratar de um Plano em que os Benefícios, exceto os de Risco a Conceder, são concedidos na modalidade de Contribuição Definida e em que os Benefícios de Risco a Conceder são avaliados pelo Regime de Repartição Simples, não há imperativo atuarial de rentabilidade no âmbito desse Plano, ou seja, não há meta atuarial pré-estabelecida, tendo como índice de referência IPCA + 4,5% ao ano.

A idade média dos Participantes Ativos é de 36 anos.

4. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

Alteração do Regulamento do Plano Misto De Benefícios Previdenciários Nº 001 – FAELFLEX - CNPB nº 1998.0036-47, aprovada nos termos do Parecer nº 358/2018/CAL/CGAT/DILIC da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. Vigente a partir do dia 17/09/2018, data da publicação da Portaria nº 841, na Edição nº 179, Seção 1, página 24, do Diário Oficial da União.

5. PERFIS DE INVESTIMENTO

SISTEMÁTICA DA FORMA DE MOVIMENTAÇÃO DA RESERVA MATEMÁTICA

Para alteração dos Perfis de Investimento, todos os Participantes, Assistidos e Beneficiários, vinculados ao Plano de Contribuição Definida (CD – Faelflex) estiveram, automaticamente, habilitados à opção online, através da Internet, na área restrita do site

da Faelba, no período de 1 a 15 dos meses de junho e dezembro de 2018, onde a opção pelos Perfis foi realizada apenas pelo acesso ao site da Fundação.

A todos os Participantes do Plano CD, optantes do Perfil Diferenciado, foi dada, também, a alternativa de se manifestarem sobre a forma de movimentação da sua Reserva Matemática, isto é, estabelecendo como seriam as entradas de recursos a partir de julho de 2018 e/ou janeiro de 2019. Essa alternativa possibilitou se a entrada das Contribuições Mensais (Participante e Patrocinador, somadas às Contribuições Esporádicas, para aqueles que fazem aportes voluntários) na Reserva Matemática se daria pelo Perfil Básico, apenas, ou pela proporção do Perfil Diferenciado.

Aos Assistidos e Beneficiários foi facultada a definição do pagamento de benefício e/ou saques a partir da retirada de recursos, somente, do Perfil Básico, ou de ambos Perfis, obedecendo à proporcionalidade da opção no Perfil Diferenciado. Aos Participantes, ainda foi dada a opção do rebalanceamento mensal automático, facultando se a reserva matemática deveria ser rebalanceada mensalmente ou apenas semestralmente.

A todos foi assegurada a manutenção das escolhas originais, ou seja, obedecendo proporcionalidade da modalidade do Perfil Diferenciado, caso não houvesse manifestação pelas mudanças propostas.



6. HIPÓTESES ATUARIAIS E SEUS FUNDAMENTOS

Pelas características do Plano CD – Faelflex, as hipóteses que merecem ponderação são as seguintes:

INDEXADOR DO PLANO

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, a rentabilidade expressa pela variação das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano.

A variação do valor das cotas do Plano Faelflex, ao longo de 2018, foi de 7,61% para o Perfil Básico, de 6,53% para o Perfil Conservador e 14,20% para o Perfil Diferenciado, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, a própria variação do valor das cotas.

TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Por se tratar de Benefício a ser pago pela ocorrência de morte do participante ativo e não em decorrência da sua sobrevivência, é adequado se manter, como Mortalidade Geral, o qx da Tábua CSO-58, o qual vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a conceder), que, em 31/12/2018, alcançou o valor de R\$ 566.601,20.

TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Por se tratar de benefício a ser pago de uma só vez quando da entrada em invalidez do participante ativo e por existir risco de ocorrência simultânea e conjunta de sinistros, é adequado se manter, como Tábua de Entrada em Invalidez o “ix da LIGHT (FORTE)”, a qual vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2018, alcançou o valor de R\$ 566.601,20.

7. IMPACTOS SOFRIDOS PELO PLANO

O impacto registrado pelo Plano CD no exercício de 2018 totalizou R\$ 5.899.293,17, resultantes Resgastes, Pecúlio por Invalidez e Pecúlio por Morte.



8. PARECER ATUARIAL

CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FAELBA, resultou no custo total de 13,19%, conforme descrito ao lado:

*1: Inclui a cobertura dos Institutos de Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custeado pelo Patrocinador através do Regime de Repartição Simples, avaliado anualmente no encerramento de cada exercício através da Teoria Coletiva do Risco, levando em consideração a existência de Saldo no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco superior ao valor mínimo atuarialmente calculado.

*3: Custeado através de contribuição, mantida em 2,00%, de responsabilidade patronal, existindo a possibilidade de se destinar, sempre que necessário, uma parcela dos retornos dos investimentos para o custeio administrativo do Plano, bem como dos recursos acumulados no Fundo Administrativo, em consonância com o orçamento elaborado no Programa de Gestão Administrativa (PGA). Para pagamento da Taxa de Custeio Administrativo dos participantes que se desligaram do patrocinador com e sem carência cumprida para requerimento de benefício pleno, benefício antecipado, ou benefício por desligamento, estando com suas reservas na FAELBA e ainda não solicitaram benefício, será cobrado o valor correspondente a taxa de custeio administrativo de acordo com a legislação vigente e com o Regulamento do Plano.

TIPO DO BENEFÍCIO	CUSTO	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	10,58%	9,86%
PECÚLIOS POR MORTE/INVALIDEZ *2	0,51%	-
RESGATES	-	-
OUTROS BENEFÍCIOS	-	-
SUBTOTAL	11,19%	9,86%
SUPLEMENTAR	-	-
CUSTO ADMINISTRATIVO *3	2,00%	2,00%
SUBTOTAL (2)	2,00%	2,00%
TOTAL (1)+(2)	13,19%	11,86%

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2018, a idade média dos participantes ativos é de 36 anos.



2) O custo total reavaliado de 11,86% será custeado, no exercício de 2019, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os Participantes quanto para o Patrocinador, correspondendo a:

CONTRIBUIÇÕES NORMAIS	EM %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	5,34%	6,93%
Contribuição Normal do Patrocinador *1	7,85%	4,93%
SUBTOTAL	13,19%	11,86%
Custo Suplementar	-	-
Total de Contribuições (Patrocinadores + Partic. Ativos):	13,19%	11,86%
Contribuições Normais dos Assistidos:		
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

*1: Inclui as contribuições, que são de total responsabilidade patronal, destinadas ao custeio administrativo e ao custeio dos Benefícios de Risco.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2016 para o final do ano 2017, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

REFERÊNCIA	31/12/2017	31/12/2018	VARIAÇÃO
Provisão de Benefícios Concedidos	628.576.161,41	692.458.351,84	10,16%
Provisão de Benefícios a Conceder *1	577.152.212,71	559.100.864,89	-3,13%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	1.205.728.374,12	1.251.559.216,73	3,80%

*1 Não inclui o Saldo do Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ 3.880.422,46 existente ao final de 2018, o qual, pelo ajuste no Plano de Contas ocorrido em 2011, deixou de ser registrado na Provisão de Benefícios a Conceder e passou a ser registrado como Fundo Atuarial (fora do Patrimônio de Cobertura do Plano) e considera o valor do Saldo relativo à valorização das cotas ainda não incorporada aos saldos anteriores de R\$ (9.772.807,81).



“Compromisso previdenciário com nossos participantes e assistidos pela excelência da nossa fundação, com total dedicação, transparência, responsabilidade e satisfação do nosso público.”

*Alvaro Pinho,
Diretor de Seguridade*

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA SUA MITIGAÇÃO

- 1) Pela natureza do Plano ser de Contribuição Definida, não há registro de Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.
- 2) Em relação aos Benefícios de Risco, seus custos deixaram no Ano Atual de serem objeto de reavaliação atuarial pelo atuário responsável pelo Plano face à terceirização da cobertura junto ao mercado segurador na forma permitida pela legislação vigente, permanecendo a responsabilidade das Patrocinadoras e dos Autopatrocinados em arcar com os custos dos Benefícios de Risco. Portanto, não está mais sendo apresentado(a) o custeio / a contribuição relativo(a) aos Benefícios de Risco em virtude da referida terceirização. O seguro foi contratado junto a seguradora AXA SEGUROS S/A, onde o prêmio mensal é o resultado da aplicação da taxa de 18,80% sobre o capital segurado total de cada cobertura, com início de cobertura a partir de 21/12/2018 e a vigência da apólice é de 01/01/2019 até 31/12/2019, sendo relevante destacar a existência de um compromisso formal da(s) Patrocinadora(s) de que, na eventualidade de ocorrência de qualquer não pagamento pela Seguradora contratada, ela aportará os recursos necessários à realização do pagamento.
- 3) O saldo remanescente no Fundo Coletivo de Benefícios de Risco de R\$ R\$ 3.880.422,46 em 31/12/2018 supera o valor atuarialmente estipulado como valor mínimo desse Fundo avaliado em R\$ 2.126.714,76, calculado em conformidade com a Nota Técnica Atuarial e com o Regulamento do Plano, devendo ser acrescentado ainda do valor de R\$ 909.221,67 referente ao montante dos Óbitos Ocorridos cujos valores

ainda não foram solicitados pelas famílias dos participantes, resultando em um Fundo Mínimo de R\$ 3.035.936,43 devendo o valor mínimo deste Fundo ser reavaliado ao longo do ano de 2019 de forma a incorporar os reais efeitos da terceirização da cobertura dos Benefícios de Risco feita através da Seguradora contratada na forma permitida pela legislação vigente.

Portanto, preservado o valor mínimo do Fundo Coletivo de Benefício de Risco avaliado ao final de 2018, acrescentado do valor de R\$ 909.221,67 referente ao montante dos Óbitos Ocorridos cujos valores ainda não foram solicitados pelas famílias dos participantes, resultando no valor de R\$ 3.035.936,43, a ser devidamente rentabilizado pela rentabilidade auferida por esse Fundo, o valor, passível de utilização para abater contribuições mensais devidas ao Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001, será de R\$ 820.387,31 (97,15%) pela Patrocinadora COELBA, de R\$ 6.355,29 (0,75%) pela Patrocinadora FAELBA e de R\$ 17.743,43 (2,10%) pelos Autopatrocinados, na posição de 31/12/2018, sendo este rateio calculado tomando por base as contribuições realizados pela Patrocinadora COELBA, pela Patrocinadora FAELBA e pelos Autopatrocinados



4) O Plano de Custeio destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, é o seguinte:

a) Contribuição (Normal) Básica Mensal, de caráter obrigatório, do Participante:

- R% de A% da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente ao valor da Unidade Salarial da FAELBA (*1); e
- R% de B% da parcela do Salário Real de Contribuição excedente ao valor da Unidade Salarial da FAELBA (*1).

onde: R% está definido no Regulamento do Plano; e A% é igual a 2,25% e B% é igual a 9%

(*1): Unidade Salarial da FAELBA é igual a R\$ 3.402,93 (a preços de dezembro de 2018).

NOTA: Tal contribuição é integralmente destinada a constituir a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Participante.

b) Contribuição (Normal) Voluntária, Mensal ou Esporádica, do Participante: valor livremente fixado pelo Participante, feita com o objetivo de destinar mais recursos contributivos para a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Participante.

c) Contribuição Normal Básica Mensal do Patrocinador: de valor correspondente a 100% da Contribuição (Normal) Básica Mensal, de caráter obrigatório, do Participante.

NOTA: Tal contribuição é integralmente destinada a constituir a Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador.

d) Contribuição Normal Mensal do Patrocinador para dar cobertura aos Benefícios de Risco: de valor suficiente para o pagamento de valores, constituídos a partir de recursos contributivos patronais, da totalidade dos Prêmios devidos à Seguradora contratada para dar cobertura aos Benefícios de Risco do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA.

e) Contribuição Normal do Patrocinador para dar cobertura às despesas administrativas: de valor igual a D% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, sendo D% igual a 2,00%, para o exercício de 2018.

f) Contribuição Normal dos Assistidos para dar cobertura às despesas administrativas: de valor igual ao que vier a ser fixado pelo Conselho Deliberativo da FAELBA, estando atualmente prevista a sua cobrança.



“Trabalhamos com empenho para garantir o seu Benefício em tempo hábil”.

*Vanessa Costa,
Analista Previdenciária*

5) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas, conforme estabelecido no Regulamento do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, patrocinado pela COELBA/FAELBA, que ao longo exercício de 2018 obteve uma variação de 7,61% para o Perfil Básico e 6,53% para o Perfil Conservador e 14,20% para o Perfil Diferenciado, representando uma taxa real de retorno de 0% em relação ao indexador do Plano, que corresponde, exatamente, à própria variação do valor das cotas.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Os dados cadastrais enviados pela FAELBA foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2018, refletida nesta D.A.

VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO AS CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Pela natureza do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA ser basicamente do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, mas tão somente saldo no Fundo Coletivo do Benefício de Risco.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DO REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando Não está sendo apresentado(a) o custeio / a contribuição relativo(a) dos Benefícios de Risco em virtude de ter sido terceirizada a cobertura desses Benefícios pela transferência dos correspondentes riscos para o mercado segurador através do pagamento dos prêmios cobrados pela Seguradora contratada com base em recursos aportados pela(s) Patrocinadora(s), sendo relevante destacar a existência de um compromisso formal da(s) Patrocinadoras de que, na eventualidade de ocorrência de qualquer não pagamento pela Seguradora contratada das coberturas por morte em atividade e por entradas em invalidez, as mesmas aportarão os recursos necessários para que ocorra a cobertura dos correspondentes benefícios devidos pelo Plano.

Deve-se destacar que o Fundo Coletivo de Benefícios de Risco, mesmo com a terceirização da cobertura desses Benefícios, deverá manter, pelo menos, um valor mínimo (naturalmente menor que o anterior a essa terceirização) para acontecimentos inesperados, visando minimizar os efeitos de contratempos e pendências, na forma que venha a ser atuarialmente indicada pelo Atuário responsável pelo Plano com base na experiência registrada a partir dessa terceirização.

Os valores correspondentes aos Prêmios a serem pagos à Entidade Seguradora responsável por prover a cobertura dos Benefícios de Riscos devem transitar pelo Fundo Coletivo de Benefícios de Risco

antes de seu pagamento ser feito para a Seguradora, bem como os valores das Indenizações recebidas relativas à cobertura dos Benefícios de Risco devem transitar pelo Fundo Coletivo de Benefícios de Risco antes de serem alocadas nas respectivas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

Quanto aos demais benefícios (outros Benefícios não constituídos pelo “Pecúlio” por Morte em Atividade e pelo “Pecúlio” por Entradas em Invalidez), por serem concedidos na modalidade de Contribuição Definida, estão sendo adequadamente financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2019

Gabriel Pimentel Sátyro **José Roberto Montello**
Atuário MIBA 2799 *Atuário MIBA 426*

*“Trabalhamos com muita
alegria e dedicação em prol
da satisfação dos nossos
Participantes.”*

*Luciana Franco,
Analista Previdenciária*



PLANO BD

1. QUADRO DE PARTICIPANTES*

Quadro de Participantes - Plano BD						
Participantes	Assistidos					Total Geral
	Aposentadorias				Pensões**	
Ativos	Tempo de serviço	Idade	Especial	Invalidez		
3	480	5	86	93	253	920

*Os números apresentados acima, são com base nas Demonstrações Atuariais de 2018

**Por prudência, a estatística considera 13 casos de Pensão que ainda não foram deferidos, tratados no Passivo Actuarial (Avaliação Actuarial de Benefícios Concedidos) como "Situações Indefinidas", relativo a falecidos que deixaram beneficiários cadastrados no Plano, que ainda não requereram a Pensão

2. BENEFÍCIOS PAGOS*

Benefícios Pagos - Plano BD								
Mês	Aposentadorias				Pensão	Benefício temporário	Abono Anual (13°)	Total Pago Mês(R\$)
	Especial	Invalidez	Tempo de serviço	Invalidez				
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	Valor (R\$)	
Dezembro	206.994,55	171.647,99	1.516.393,18	8.845,09	363.335,01	5.842,82	880,82	2.273.939,46
Total	2.444.166,96	2.024.606,73	17.815.420,79	103.101,42	4.240.623,39	14.480.819,20	2.274.357,71	43.383.096,20

*Os números apresentados acima, são com base no Relatório de Atividades de dezembro de 2018

3. SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Este Plano está fechado a novas adesões de Participantes desde 30/09/1998 e saldado para novas contribuições desde 31/12/2010.

NOTA: A idade média dos Participantes Ativos é de 63 anos.

Face à situação atuarial do Plano ter alcançado um nível superavitário, que, nos termos da legislação aplicável, permitiu a redução total das contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios do Plano, o custo total desses benefícios é nulo. Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas.

4. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO

Não houve alteração do Regulamento neste exercício.



5. HIPÓTESES ATUARIAIS E SEUS FUNDAMENTOS

HIPÓTESE: TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Em consonância com o item 69 do GUIA PREVIC – Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar e com o § 4º do Art. 3º da Instrução PREVIC nº 23/2015, nossa Consultoria Atuarial tomou por base o Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano BD nº 002 da FAELBA, realizado em 2018 por Consultoria Financeira contratada pela FAELBA para o Plano, com resultados posicionados em 31/12/2017 e tomando por base o cadastro de Participantes e Assistidos posicionado em 31/12/2017, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos futuros, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2018. Conforme apresentado no JM/2453/2018, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 5,63% ao ano, indicando que a carteira atual de ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 5,63% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC nº 363/2018, para a Duração do Passivo de 8,86 anos, que varia de 4,19% ao ano até 6,39% ao ano. Neste contexto, a FAELBA optou por adotar de forma prudente a Taxa Real de Juros de 4,19% ao ano para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018, que se encontra no intervalo estabelecido para adoção de Taxa de Juros no Plano.

HIPÓTESE: PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO (ANUAL)

O valor esperado para o exercício seguinte está sendo alterado para 1% ao ano (em média), tendo em vista a perspectiva de taxa média de crescimento

real dos salários (taxa média de crescimento acima da inflação), que a Patrocinadora estima dar ao longo dos anos futuros aos atuais empregados que foi de 1% ao ano, seja por mérito pessoal, por produtividade geral ou promoção, em conformidade com o item 1.2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

HIPÓTESE: FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

HIPÓTESE: FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DA ENTIDADE

A utilização de um Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano de 100% significa que, mesmo num cenário de inflação nula ao longo dos anos remanescentes deste Plano (que está fechado a novas adesões de participantes desde 30/09/1998), a situação atuarial do Plano não sofrerá impacto negativo.

HIPÓTESE: ROTATIVIDADE (SAÍDA SEM DIREITO A BENEFÍCIO)

Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 30/09/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média bastante próxima à idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com a Patrocinadora antes de preencher as condições para entrar em gozo de

benefício, optem pelo instituto do autopatrocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício. Nesse contexto, estamos adotando Rotatividade Nula, o que representa uma hipótese mais conservadora para o Plano.

HIPÓTESE: TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Foram apresentados através do JM/2453/2018, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, que nos levaram à conclusão da necessidade de adoção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagravada em 15%”.

HIPÓTESE: TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, conforme consta no JM/2361/2017, há viabilidade para manutenção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagravada em 15%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, bem como por seus respectivos resultados demonstrarem plena aderência a mortalidade de inválidos do Plano.

HIPÓTESE: TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Foi apresentado através do JM/1418/2015, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que indica manutenção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA), considerando que é realizado o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez da atual massa de

3 Participantes Ativos do Plano BD da Faelba para, quando necessário, ajustar essa hipótese biométrica.

HIPÓTESE: COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

É adotada a família efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já concedidas. Dessa forma, tão somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista, na qual a última revisão foi realizada ao longo do exercício de 2015, tomando por base o cadastro da Faelba, cujos resultados foram apresentados através do JM/2266/2015.

HIPÓTESE: INDEXADOR DO PLANO

O Indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um índice oficial de inflação, calculado pelo IBGE, que expressa a perda do poder aquisitivo da renda dos trabalhadores.

HIPÓTESE: ENTRADA EM APOSENTADORIA

No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores demonstrando que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.



“A equipe de benefícios trabalha diretamente com o Objetivo principal da Faelba, que é conceder Benefícios aos Assistidos para que mantenham sua qualidade de vida ou em muitos dos casos melhore-a.”

*Anastácia Joana,
Técnica Previdenciária*

6. ESTUDO TÉCNICO DE ADEQUAÇÃO DA TAXA REAL DE JUROS ATUARIAL

Em consonância o item 69 do GUIA PREVIC – Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar e com o § 4º do Art. 3º da Instrução PREVIC nº 23/2015, nossa Consultoria Atuarial tomou por base o Estudo Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano BD nº 002 da FAELBA, realizado em 2018 por Consultoria Financeira contratada pela FAELBA para o Plano, com resultados posicionados em 31/12/2017 e tomando por base o cadastro de Participantes e Assistidos posicionado em 31/12/2017, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos futuros, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2018. Conforme apresentado no JM/2453/2018, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 5,63% ao ano, indicando que a carteira atual de ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 5,63% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC nº 363/2018, para a Duração do Passivo de 8,86 anos, que varia de 4,19% ao ano até 6,39% ao ano. Neste contexto, a FAELBA optou por adotar de forma prudente a Taxa Real de Juros de 4,19% ao ano para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018, que se encontra no intervalo estabelecido para adoção de Taxa de Juros no Plano.



“Comprometimento em realizar pagamentos de Benefícios que possibilitem uma qualidade de vida e financeira aos nossos assistidos e beneficiários.”

*André Moreira,
Analista Previdenciário*

7. SUPERÁVIT

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2017 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2018 (*1)	R\$ 87.553.629,25
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2018 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 30.699.152,03
Adoção da Taxa Real de Juros de 4,19% a.a.	R\$ (4.638.976,00)
Adoção da Tábua de Mortalidade Geral BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagravada em 15%	R\$ (4.456.209,00)
Destinação de Resultado Técnico apurado como Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ (21.616.766,97)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ (3.896.335,65)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2018 (*4)	R\$ 83.644.493,66

(*1): $R\$ 87.553.629,25 = 80.978.199,45 \times 1,0812$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela FAELBA para 31/12/2018 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2017 evoluído para 31/12/2018 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 1,02% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2018, que foi de R\$ 380.210.071,00 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2018, tais como evolução da base cadastral, alterações de benefícios regulamentares, evolução de salários e benefícios fora das projeções realizadas, mortalidade / sobrevivência e entrada em invalidez em nível abaixo ou acima das previsões realizadas. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse resíduo, tendo em vista que ele representa apenas 1% do total das Provisões Matemáticas avaliadas, ele está sendo designado como “Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal (mutualista), com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*4): Superávit Técnico Acumulado de 83.644.493,66, que representa 22,00% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2018, que foi de R\$ 380.210.071,00, após realizada a destinação voluntária parcial em 31/12/2018, foi contabilizado como Reserva de Contingência no valor de R\$ 71.175.325,29 e como Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$ 12.469.168,37.

SUPERÁVIT

NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADOS

Considerando que, neste exercício de 2018, está sendo realizada a destinação voluntária parcial do valor apurado a título de Reserva Especial para Revisão de Plano, sabendo que, mesmo estando sendo adotadas hipóteses atuariais sustentáveis, com destaque para a taxa real de juros / descontos de 4,19% ao ano e para a Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagravada em 15%”, continua a existir parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite da Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de 8,72 anos})]$ das Provisões Matemáticas, caracterizada com de origem estrutural, passível de ser destinada para a realização de revisões do Plano, nas formas estabelecidas no Regulamento do Plano e na Legislação Vigente, evidenciando, assim, a natureza estrutural do Resultado (Superávit) Técnico Acumulado, sendo então necessária sua destinação, visando manter o equilíbrio financeiro do Plano.

INEXISTÊNCIA DE INADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO DO PATROCINADOR

Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas, desde 31/12/2010.



“Meu trabalho é feito com responsabilidade, dedicação e comprometimento, visando contribuir com a qualidade de vida dos nossos participantes e assistidos.”

*Denise Bulhões,
Analista Previdenciário*

8. PARECER ATUARIAL

CUSTOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE EM RELAÇÃO AO ANTERIOR

1) Face a situação atuarial do Plano ter alcançado um nível superavitário, que, nos termos da legislação aplicável, permitiu a redução integral das contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios do Plano, o custo total desses benefícios é nulo.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2018, a idade média dos participantes ativos é de 63 anos.

2) Como o Custo Total relativo aos benefícios do Plano é nulo, conseqüentemente as Contribuições dos Participantes (inclusive dos Assistidos) e do Patrocinador destinadas ao custeio dos benefícios são igualmente nulas.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2017 para o final do ano 2018, considerando a evolução das suas principais grandezas, são as seguintes:

Referência	31/12/2017	31/12/2018	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	372.465.382,04	376.608.421,00	1,11%
Provisão de Benefícios a Conceder (*1)	6.741.576,81	3.601.650,00	-46,58%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	379.206.958,85	380.210.071,00	0,26%

(valores em R\$)



PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS E, SE FOR O CASO, MEDIDAS PARA MITIGAÇÃO

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 02 da FAELBA, patrocinado pela COELBA, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior), em razão do fechamento do Plano, em 30/09/1998, a novas adesões de participantes, face à entrada em vigência do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 4,19% ao ano e da Tábua de Mortalidade Geral SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagravada em 15%, apresentou em 31/12/2018, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 105.261.260,63, equivalente a 27,69% das Provisões Matemáticas do Plano, então existentes, cuja abertura estabeleceu o montante de R\$ 71.175.325,29, contabilizado como Reserva de Contingência (equivalente a 18,72% das Provisões Matemáticas) e o valor de R\$ 34.085.935,34, registrado como Reserva Especial para Revisão de Plano antes da destinação voluntária parcial de R\$ 21.616.766,97 realizada também no encerramento do exercício de 2018, que fez com que a nova Reserva Especial para Revisão de Plano fosse contabilizada em R\$ R\$ 12.469.168,37.

2) A FAELBA aprovou a destinação voluntária parcial de R\$ 21.616.766,97 da Reserva Especial para Revisão

de Plano (apurada em 31/12/2018, no valor de R\$ 34.085.935,34), distribuídos à razão de 53,434024%, para Participantes e Assistidos, e 46,565976%, para o Patrocinador (proporção calculada conforme JM/2415/2014 e JM/3043/2014, conforme segue: R\$ 11.456.973,70 para os Assistidos, para pagamento de benefício temporário de valor igual a 05 (cinco) Benefícios mensais (valor-base de dezembro de 2018), em 02 (duas) parcelas mensais e consecutivas, pagas a contar do mês seguinte à aprovação pela Previc; R\$ 93.734,75 destinados aos Participantes, inclusive Autopatrocinados e optantes pelo BPD, para pagamento de 05 (cinco) benefícios projetados (valor-base de dezembro de 2018), por ocasião da concessão da complementação de aposentadoria, e R\$ 10.066.058,52 destinados a Patrocinadora Coelba, a título de reversão de contribuições, em 36 (trinta e seis) prestações mensais e consecutivas, a contar do mês seguinte à aprovação pela Previc, em conformidade com o Regulamento do Plano BD. Foi registrado, ainda, que, nos termos do item 53 do Regulamento do Plano BD, 15% das reversões efetivamente realizadas ao Patrocinador reforçarão o Fundo Administrativo do Plano. A Diretoria Executiva ficará responsável pela operacionalização junto ao órgão de supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Previc) do que aqui foi decidido.

Abertura resumo da destinação com base na proporção de 53,434024% para Participantes e Assistidos e 46,565976% para a Patrocinadora:

Recebedor	Valor
Participantes	R\$ 93.734,75
Assistidos	R\$ 11.456.973,70
Patrocinadora Coelba	R\$ 10.066.058,52
Total	R\$ 21.616.766,97

(valores em R\$)

Sendo esses valores já revertidos em 31/12/2018 para os Fundos Previdenciais constantes na “Letra f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:” desta Demonstração Atuarial, conforme estabelecido na NOTA TÉCNICA ATUARIAL, relativa ao Plano de Benefícios Previdenciários BD Nº 02 da FAELBA (CNPB: 1974.0005-83), incluindo as regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais, ajustadas aos termos da Nota nº 322/2014/CGMA/DIACE/PREVIC, pela qual se aplicam as destinações de reserva especial, em atendimento a letra “f” do item 88. do Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014, tendo em vista a aprovação dos procedimentos destacados neste item, nos termos descritos no Ofício nº 410/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2015.

NOTA: Paralelamente a destinação realizada no exercício de 2018, os totais apresentados na “Subseção f)”, contemplam reversões de valores anteriormente contabilizados na “Subseção e)”, considerando as regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais, ajustadas aos termos da Nota nº 322/2014/CGMA/DIACE/PREVIC, pela qual se aplicam as destinações de reserva especial, em atendimento a letra “f” do item 88. do Ofício nº 2.639/CGTR/DITEC/PREVIC de 18/08/2014, tendo em vista a aprovação dos procedimentos

destacados neste item, nos termos descritos no Ofício nº 410/CGTR/DITEC/PREVIC de 19 de fevereiro de 2015.

3) Destacamos ainda que, para destinação de R\$ 21.616.766,97, na proporção de aproximadamente 53,434024% para os Participantes e Assistidos e de 46,565976% para o Patrocinador, foram utilizados os princípios apresentados pela legislação vigente, com destaque para os seguintes parâmetros:

a) utilização da tábua biométrica que gere expectativas de vida completa iguais ou superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-2000 Basic Suavizada em 10% (dez por cento), sendo utilizada nesta avaliação atuarial referente ao encerramento do exercício de 2018 a Tábua “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagradada em 15%”, observado o disposto item I do Art. 23 da Resolução nº 30/2018, conforme apresentado na “letra a) Seção das Hipóteses Atuariais” desta Demonstração Atuarial;

b) utilização da taxa real de juros de 4,19% ao ano, observando o limite máximo correspondente ao teto do intervalo estabelecido no art. 5º da Resolução CNPC nº 30/2018, para o respectivo plano de benefícios, reduzida em um ponto percentual, conforme apresentado na “letra a) Seção das Hipóteses Atuariais” desta Demonstração Atuarial, destacado abaixo:

Taxa de Juros	Taxa Adotada	Taxa Limite	Taxa Parâmetro	Taxa Máxima
Valor (% a.a.)	4,19%	5,39%	5,99%	6,39%

PARECER ATUARIAL

c) anteriormente à destinação, foi observado que caso o valor do ajuste de precificação, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na nesta avaliação atuarial de 4,19% ao ano, e o valor contábil desses títulos, fosse negativo, seria deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, sendo o valor desse ajuste de precificação igual a R\$ 41.546.423,08 em 31/12/2018.

4) Os principais fatores que influenciaram para aumento ou redução significativa dos compromissos atuariais na avaliação atuarial, são os seguintes:

- adoção da Taxa Real de Juros de 4,19% ao ano (+ R\$ R\$ 4,6 milhões no valor das Provisões Matemáticas); e
- Adoção da Tábua de Mortalidade Geral SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagravada em 15%: (+ R\$ 4,5 milhões no valor das Provisões Matemáticas).

5) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

- Tábua de Mortalidade Geral: “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagravada em 15%”;
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: “ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)”;
- Tábua de Entrada em Invalidez: LIGHT (MÉDIA);
- Rotatividade: Considerada Nula;
- Taxa real de juros/desconto: 4,19% ao ano;
- Projeção de Crescimento Real de Salários: 1% ao ano;
- Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição;
- Em relação à composição familiar, foi adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e foi adotada

uma Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos assistidos para os participantes não assistidos, revisada periodicamente;

- Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 100% (que é compatível, inclusive, com uma inflação anual média nula ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano); e
- Entrada em Aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições, previstas no Regulamento do Plano Previdenciário de Benefício Definido nº 002, para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução. Caso não cumpra as condições em sua integridade poderá receber o seu benefício com reduções, prevista no já mencionado Regulamento.

6) Para o exercício 2019, está sendo mantida, face à situação atuarial do Plano, em conformidade com a legislação aplicável, a não cobrança de contribuição dos participantes (inclusive os assistidos) e do Patrocinador para o custeio dos benefícios. O custeio das despesas administrativas de responsabilidade do Patrocinador, será feito com base no Fundo Administrativo, sendo que, quando da reversão do FUNDO COELBA em favor do Patrocinador COELBA, na forma permitida pela legislação aplicável, 15% das reversões efetivamente realizadas ocorrerão na forma de transferência para o Fundo Administrativo.

7) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2018, foi de 12,03%, contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 8,12% o que, em termos reais, representou obter 8,18% contra uma expectativa atuarial de 4,38% ao ano em vigor durante o exercício de 2018, adotando-se o INPC do IBGE, aplicado com 1 (um) mês de defasagem, como indexador do Plano.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência e como Reserva para Revisão de Plano (antes de sua destinação integral após o decurso de 3 exercícios consecutivos), atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas nesta D.A., o regime atuarial de financiamento de Capitalização

na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de auxílio-reclusão, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FAELBA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, o qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2018, refletida nesta D.A.

VARIAÇÃO DO RESULTADO SUPERAVITÁRIO NO EXERCÍCIO ENCERRADO, APONTANDO CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Referência	Valor
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2017 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2018 (*1)	R\$ 87.553.629,25
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2018 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 30.699.152,03
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2017 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2018 (*1)	R\$ (4.638.976,00)
Adoção da Tábua de Mortalidade Geral BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagregada em 15%	R\$ (4.456.209,00)
Destinação de Resultado Técnico apurado como Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ (21.616.766,97)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ (3.896.335,65)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2018 (*4)	R\$ 83.644.493,66

(*1): $R\$ 87.553.629,25 = 80.978.199,45 \times 1,0812$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela FAELBA para 31/12/2018 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2017 evoluído para 31/12/2018 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 1,02% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2018, que foi de R\$ 380.210.071,00 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2018, tais como evolução da base cadastral, alterações de benefícios regulamentares, evolução de salários e benefícios fora das projeções realizadas, mortalidade / sobrevivência e entrada em invalidez em nível abaixo ou acima das previsões realizadas. Sendo pelo princípio da imaterialidade / irrelevância desse resíduo, tendo em vista que ele representa apenas 1% do total das Provisões Matemáticas avaliadas, ele está sendo designado como “Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal (mutualista), com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

(*4): Superávit Técnico Acumulado de 83.644.493,66, que representa 22,00% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2018, que foi de R\$ 380.210.071,00, após realizada a destinação voluntária parcial em 31/12/2018, foi contabilizado como Reserva de Contingência no valor de R\$ 71.175.325,29 e como Reserva Especial para Revisão de Plano no valor de R\$ 12.469.168,37.

NATUREZA CONJUNTURAL OU ESTRUTURAL DO RESULTADO ACUMULADO

Considerando que, neste exercício de 2018, está sendo realizada a destinação voluntária parcial do valor apurado a título de Reserva Especial para Revisão de Plano, sabendo que, mesmo estando sendo adotadas hipóteses atuariais sustentáveis, com destaque para a taxa real de juros / descontos de 4,19% ao ano e para a Tábua de Mortalidade Geral “qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagregada em 15%”, continua a existir parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite da Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano de 8,72 anos})]$ das Provisões Matemáticas, caracterizada com de origem estrutural, passível de ser destinada para a realização de revisões do Plano, nas formas estabelecidas no Regulamento do Plano e na Legislação Vigente, evidenciando, assim, a

natureza estrutural do Resultado (Superávit) Técnico Acumulado, sendo então necessária sua destinação, visando manter o equilíbrio financeiro do Plano.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado está sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, no que se refere ao Benefício de Auxílio-Reclusão, o mesmo está avaliado em conjunto com o Benefício de Pensão por Morte.

Rio de Janeiro, 14 de Março de 2019

Gabriel Pimentel Sátyro **José Roberto Montello**
Atuário MIBA 2799 *Atuário MIBA 426*



GESTÃO DE INVESTIMENTOS



1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO

O ano de 2018 seguiu precisamente a receita dos últimos anos: incerteza, volatilidade, tensões geopolíticas, discursos ufanistas antiglobalização, disrupção tecnológica e muitas, muitas mudanças. Contudo, alguns acontecimentos, como a disputa comercial entre Estados Unidos e China e as eleições presidenciais aqui no Brasil, ajudaram a apimentar ainda mais essa mistura.

No exterior, a economia americana iniciou o ano pujante, reverberando os reflexos da reforma fiscal realizada pelo governo Trump no final de 2017, que ajudou a elevar o consumo e, por conseguinte, aumentou a lucratividade das empresas, o que por sua vez colaborou para a continuidade da valorização das bolsas americanas, movimento que já dura quase uma década, sendo um dos maiores ciclos de crescimento da história.

Todavia, no segundo semestre do ano, as bolsas americanas – e os mercados globais – foram severamente afetados pelo aumento da aversão ao risco, que elevou a volatilidade, diante do crescimento das tensões comerciais entre EUA e China.

O presidente Donald Trump resolveu levar a cabo uma das suas promessas de campanha: reduzir o vultoso déficit nas transações correntes entre os dois países. A ofensiva culminou em uma série de elevações de impostos, as quais foram retaliadas pelo gigante asiático, o que levou a muitas empresas

– inclusive a Apple – a reduzir suas projeções de faturamento, o que por sua vez redundou na revisão do PIB global pelos principais organismos multilaterais, haja vista o protagonismo dos dois países no comércio mundial.

Mas não foi só com a China que Donald Trump decidiu elevar o tom. O presidente também demonstrou insatisfação com as condições comerciais entre os EUA e a Zona do Euro e propôs elevação das tarifas para veículos oriundos da região - sobretudo da Alemanha - o que ajudou a espriar ainda mais o clima de aversão ao risco.

Ainda em relação a Zona do Euro, o bloco mostrou desaceleração no ritmo de recuperação econômica, o que levou a autoridade monetária a seguir com os estímulos fiscais e, ainda que em menor nível, com a injeção de liquidez. Outrossim, o bloco não conseguiu chegar a um acordo viável com o Reino Unido para endereçar o Brexit, outro problema com grande potencial para reprimir a economia da região.

Na Ásia, o Japão não conseguiu sair da dinâmica de baixo crescimento e baixa inflação, apesar do seu arrojado programa de estímulos monetários. A China, por sua vez, seguiu suscitando preocupações quanto à desaceleração da sua economia, haja vista que o crescimento do seu PIB foi o menor desde 1990, e este indicador pode ser ainda mais impactado diante de um recrudescimento da tensão comercial com os EUA.

A disputa comercial esquentou sobremaneira no último trimestre, o que levou a um “derretimento” generalizado dos ativos americanos, marcando a maior correção vista desde a grande depressão.

Esse impasse, inclusive, perdurou durante todo o

ano, sendo sem dúvida o principal evento político e econômico do ano. Em dezembro, entretanto, os dois países se comprometeram a buscar soluções conjuntas para solucionar a disputa, e os EUA estabeleceram um prazo até 1º de março para chegarem a um acordo e evitar novas elevações de impostos. Desse modo, este tema também será o protagonista da agenda de 2019.

Ainda na esfera internacional, a Turquia e a Argentina apresentaram graves problemas fiscais, levando seus respectivos bancos centrais a promoverem grandes elevações em suas taxas de juros, afim de conter a elevada desvalorização cambial, o que levou a uma fuga generalizada de capital dos países emergentes.

No Brasil, o noticiário político assumiu os holofotes no início do ano. O governo federal valeu-se de um expediente inédito para decretar uma intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Em abril, após ter a prisão decretada pelo juiz Sérgio Moro, o ex-presidente Lula (PT) se entregou após um longo discurso, evento que exaltou ainda mais a divisão política no país, antecipando o embate eleitoral.

Em maio, o país literalmente parou após os caminhoneiros de todo o país decretarem greve. A paralisação durou 11 dias e impactou severamente a claudicante recuperação econômica, obrigando o governo federal a realizar uma série de concessões para a categoria. O evento - que reforçou a extrema dependência do modal rodoviário - impactou sobremaneira o mercado brasileiro, resultando em severas correções nos ativos de risco.

No segundo semestre, apesar do cenário externo mais desafiador, todas as atenções do mercado local voltaram-se para corrida eleitoral, a qual prometia



“Na AFIN, o nosso compromisso é com o futuro dos nossos Participantes através do alinhamento de retorno e riscos.”

*Cleiton Pires,
Gerente de Investimentos*

ser bastante apertada, dado o grande número de candidatos. Todavia, no começo de setembro o candidato Jair Bolsonaro (PSL) sofreu um atentado em Juiz de Fora (MG) e ficou entre a vida e morte. O evento acabou por impulsionar a campanha do presidencialista, resultando em um crescimento vigoroso nas pesquisas de intenção de voto.

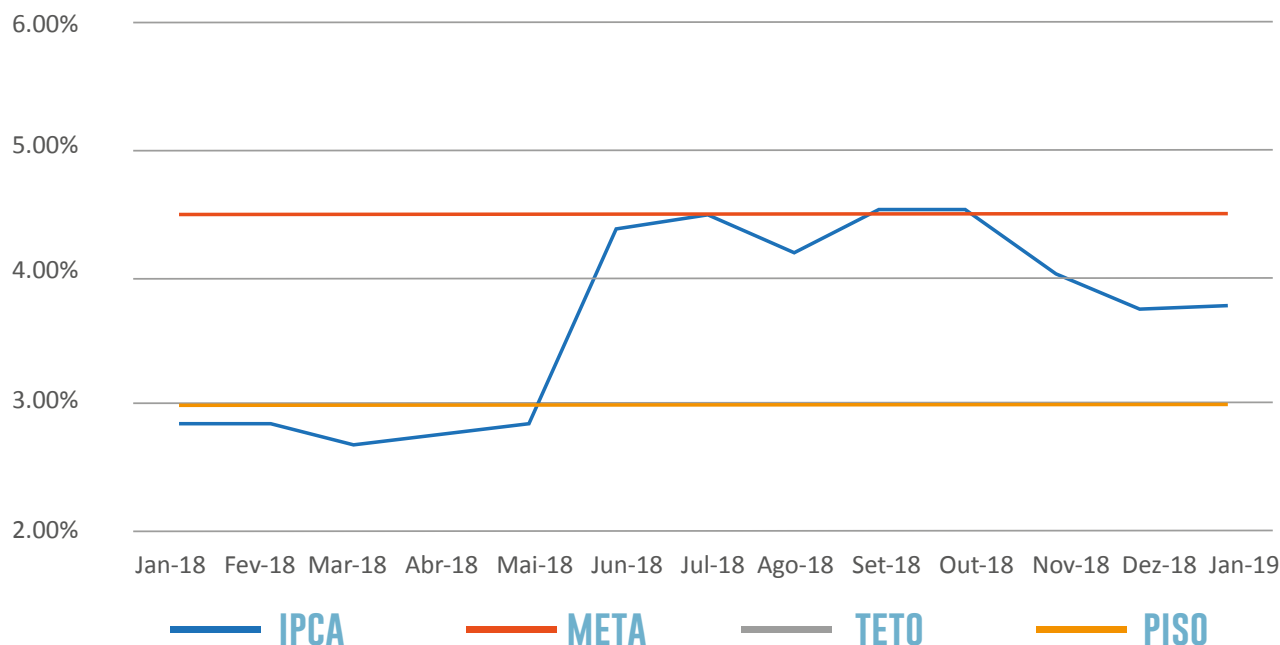
O favoritismo apontado pelas pesquisas foi confirmado nas urnas e o candidato Jair Bolsonaro atingiu 46% dos votos válidos, ficando muito perto de ser eleito no primeiro turno. No 2º turno, disputou a eleição com o candidato Fernando Haddad (PT) e venceu a contenda com 55% dos votos.

A mudança no pêndulo político - após quatro mandatos do PT - e a retórica liberal do novo presidente, subsidiada por uma equipe econômica de peso, liderada pelo economista liberal Paulo

Guedes, reverberaram em grande otimismo no mercado, levando a uma grande valorização dos ativos de risco e queda acentuada no câmbio. Apesar do otimismo com o novo governo, a recuperação econômica seguiu a passos lentos, dado o elevado nível de desemprego e o baixo nível de investimento – consequência da incerteza em torno do processo eleitoral. Além disso, a greve dos caminhoneiros prejudicou ainda mais a atividade econômica.

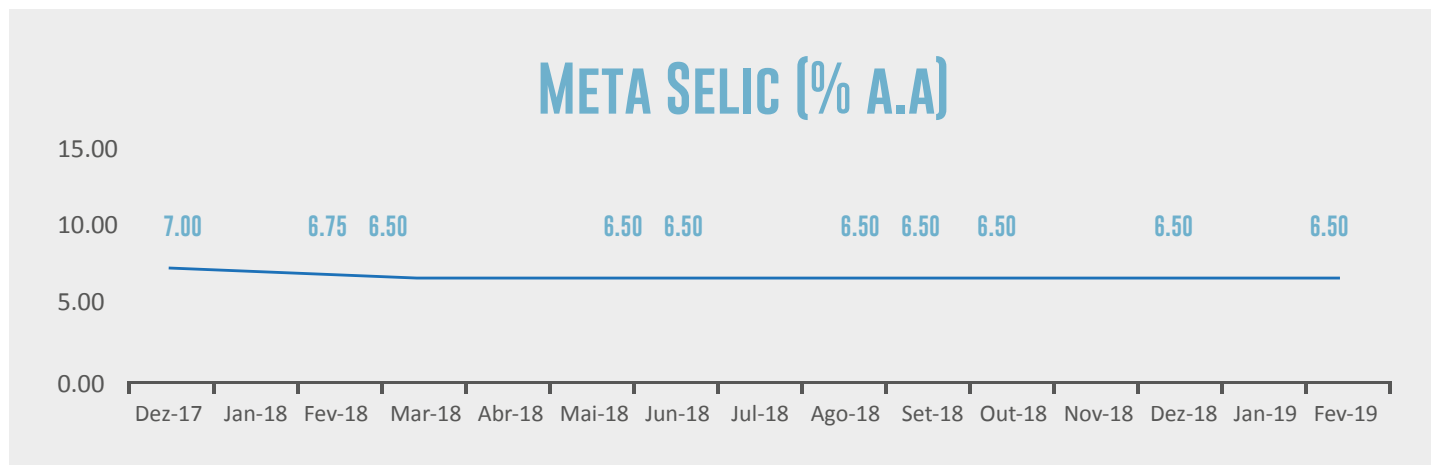
Diante desse contexto, a inflação continuou acomodada em níveis historicamente baixos. O IPCA fechou o ano em 3,75%, dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN (4,5%) e o INPC em 3,43%. Vale destacar que esse resultado foi impactado pela greve dos caminhoneiros e pelo aumento considerável no preço dos combustíveis, sem os quais poderia ser ainda menor, o que denota a fraqueza da atividade econômica no período.

IPCA 12 MESES



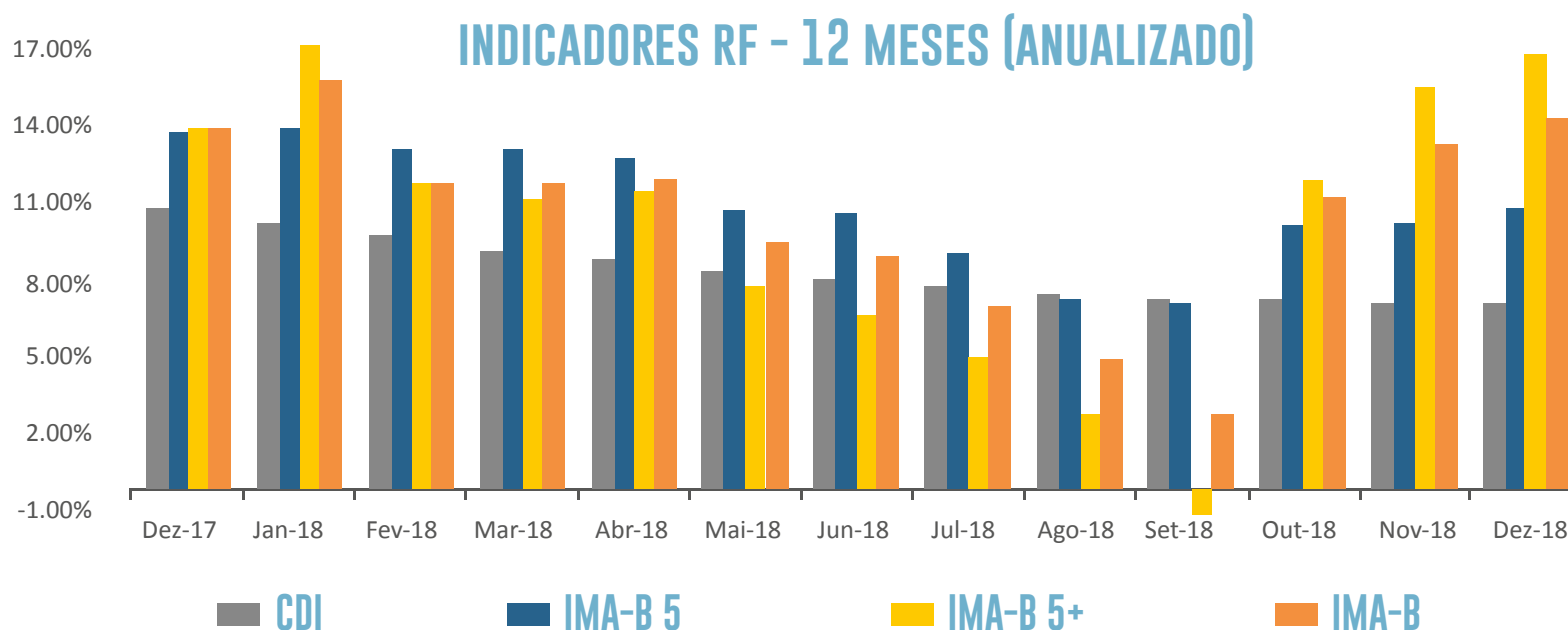
A continuidade do comportamento benigno da inflação, permitiu uma flexibilização ainda maior das condições monetárias, levando o Comitê de Política Monetária

(COPOM) a reduzir a taxa Selic para históricos 6,5% no ano, movimento que poderia ser maior não fosse a famigerada greve dos caminhoneiros.



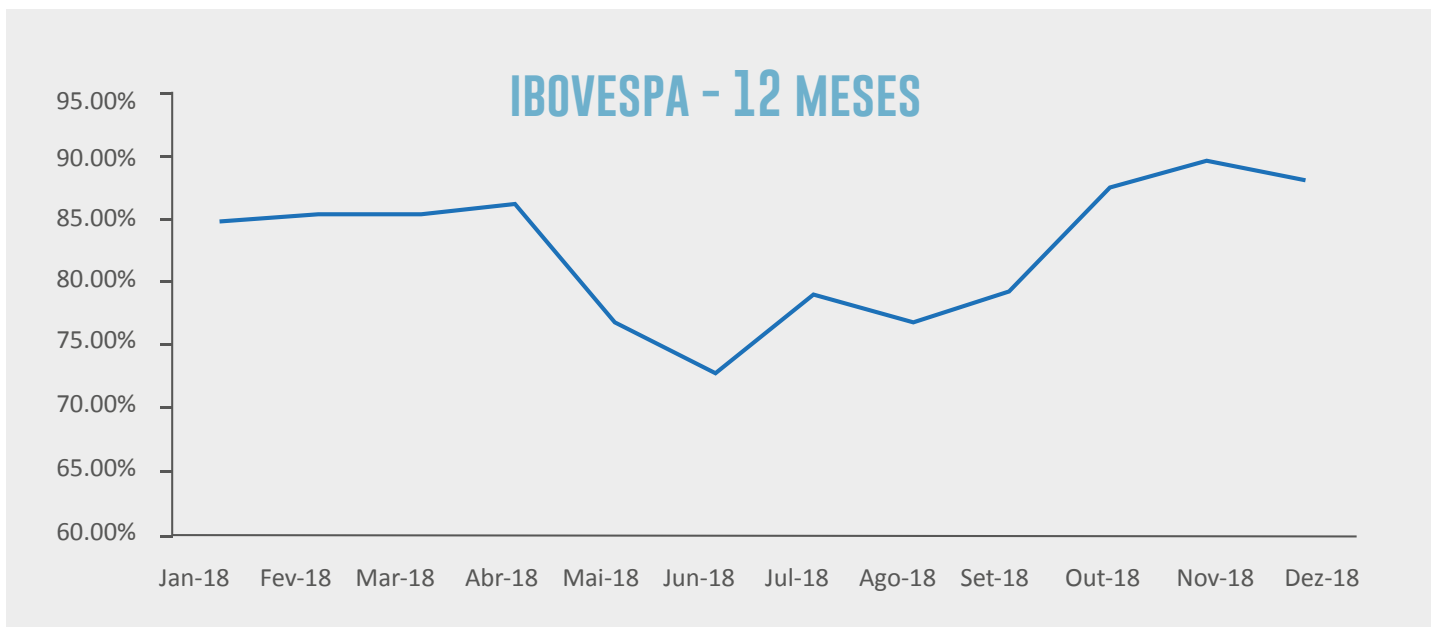
Apesar da elevada volatilidade, os ativos de renda fixa fecharam o ano com destacada valorização ao longo de toda a curva de juros, na esteira do otimismo do mercado com o resultado da eleição presidencial, a qual

levou a uma redução considerável da taxa de câmbio e do risco-país (CDS), o que beneficiou sobretudo os títulos mais longos.



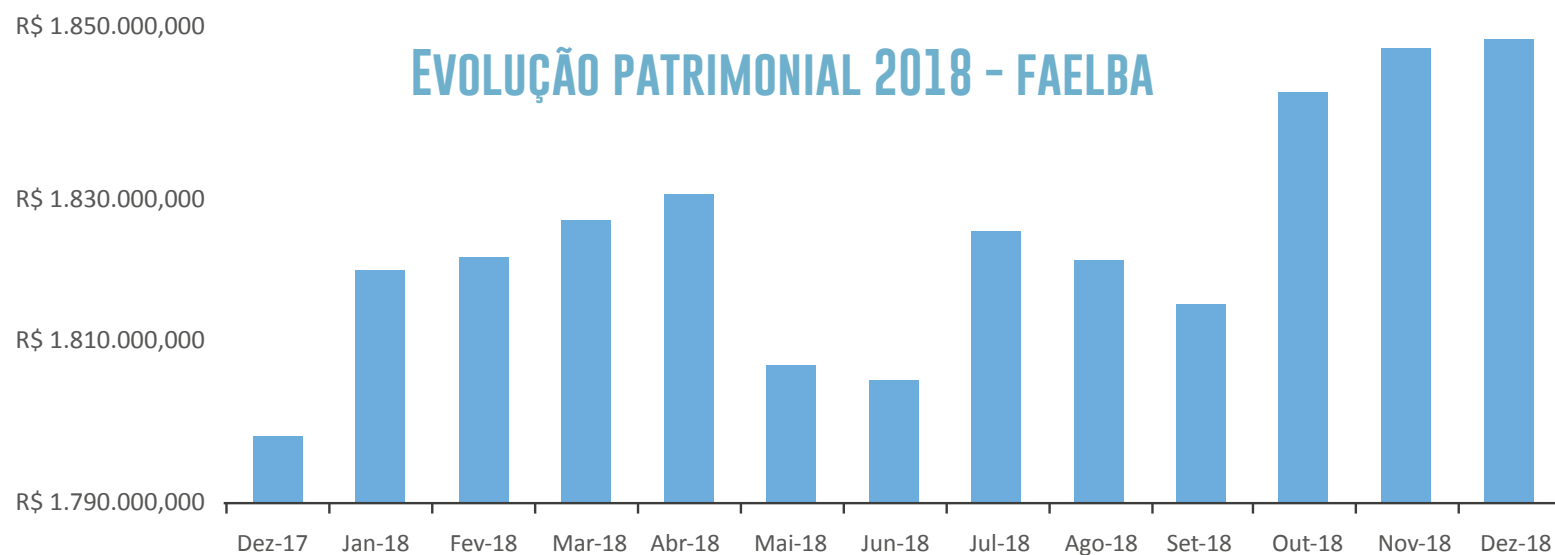
Os ativos de renda variável também encerraram o ano com valorização acentuada. O discurso liberal do novo governo aliada a forte bancada eleita pelo partido

governista, levou o mercado a apostar na aprovação da reforma da previdência, fazendo com que o Ibovespa fechasse o ano com valorização de 15,03%.

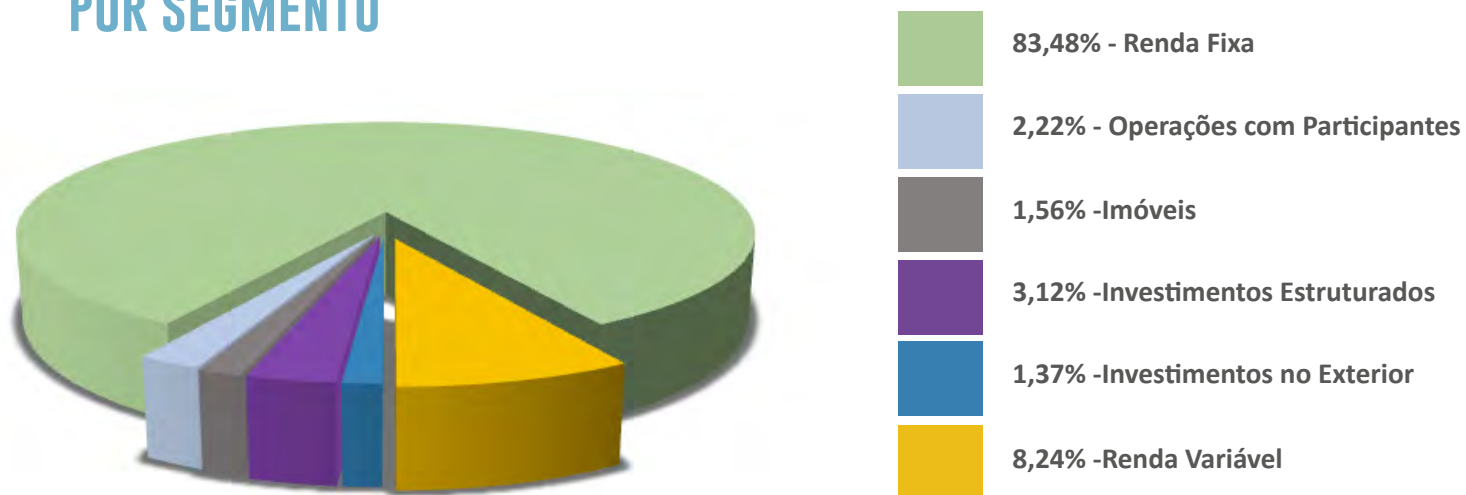


2. PATRIMÔNIO GERAL

O Patrimônio da FAELBA apresentou um crescimento de 2,49% no ano de 2018 fechando dezembro com R\$ 1.842.491.207.



2.1. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO



No encerramento do ano, o patrimônio da Faelba estava distribuído da seguinte maneira: 83,48% em renda fixa, 8,24% em renda variável, 3,12% em investimentos estruturados, 2,22% em empréstimos, 1,57% em imóveis e 1,37% em investimentos no exterior.

Em relação a alocação do ano anterior, a principal variação ocorreu no segmento de investimentos estruturados, cujo patrimônio cresceu em 21,43%, por ocasião de novos aportes realizados. Outro segmento que apresentou elevação significativa foi de renda variável, que apresentou crescimento de 20,16%, em decorrência da excelente rentabilidade no ano e das movimentações de perfil, que resultaram em incremento do Perfil Diferenciado.

Em relação às demais estratégias, o segmento de renda fixa apesar de apresentar estabilidade no patrimônio ano contra ano, teve sua participação reduzida de 85,21% para 83,48%, devido sobretudo ao incremento dos segmentos de renda variável e investimentos estruturados mencionados acima. O segmento de operações com participantes apresentou crescimento considerável, de 8,21%, contudo sua participação se manteve estável, haja vista crescimento dos demais segmentos.

O segmento de imóveis apresentou decréscimo patrimonial marginal de 2,42%, resultado da contabilização da depreciação dos ativos que compõem a carteira, em linha com o esperado, haja vista que essa classe apresentou crescimento de 32% no último ano, por ocasião da reavaliação realizada. As reavaliações são realizadas a cada três anos, em média.



“Nosso trabalho consiste em garantir que os recursos da Faelba sejam aplicados da melhor maneira.”

*Danilo César,
Analista de Investimentos*

3. RENTABILIDADE ANUAL E PATRIMÔNIO POR PLANO

Dentre os planos da Faelba, o Plano BD foi aquele que apresentou maior rentabilidade nominal (12,03%) em 2018, sobretudo por conta da alienação com lucro substancial de parte dos títulos que compõem sua carteira. A movimentação foi realizada para ajustar a carteira do plano em relação as obrigações do plano, após minucioso estudo das premissas atuariais e econômicas do plano.

O Plano CD, por sua vez, apresentou rentabilidade de 8,28%, ligeiramente abaixo do seu índice de

referência no ano (8,38%). O maior destaque do plano no ano foi a estratégia em renda variável local (15,97%), que contribuiu sobremaneira para o resultado do plano, apesar da sua participação relativamente pequena (8,44%) no patrimônio total. Já a estratégia de renda fixa, cuja participação no patrimônio total do plano encerrou o ano em 77,17%, apresentou retorno de 7,29%.

Finalmente, o Plano de Gestão Administrativa (PGA), apresentou retorno de 6,98%, superando seu índice de referência no ano. O bom desempenho reflete o êxito da estratégia de rebalanceamento realizada no portfólio em 2017, cujo o objetivo foi melhorar a diversificação e a performance do plano no longo prazo.

Plano	Patrimônio	Rentabilidade
BD	537.520.560,29	12,03%
CD	1.267.459.685,41	8,28%
PGA	37.510.961,99	6,98%
Consolidado	1.842.491.207,69	8,95%

3.1. PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD)

Em 2018, mais uma vez, o segmento de renda variável local foi o destaque do plano (15,97%), o que combinado ao crescimento de 20% da sua participação no patrimônio total em relação ao ano anterior, contribuiu muito para o resultado consolidado do plano.

O segmento de renda fixa, por sua vez, sofreu bastante com a elevada volatilidade observada ao longo do ano, principalmente por conta da greve dos caminhoneiros e das eleições presidenciais. A rentabilidade do segmento foi de 7,29%, algo em torno de 114% do CDI e cerca de 87% do índice de referência do plano.

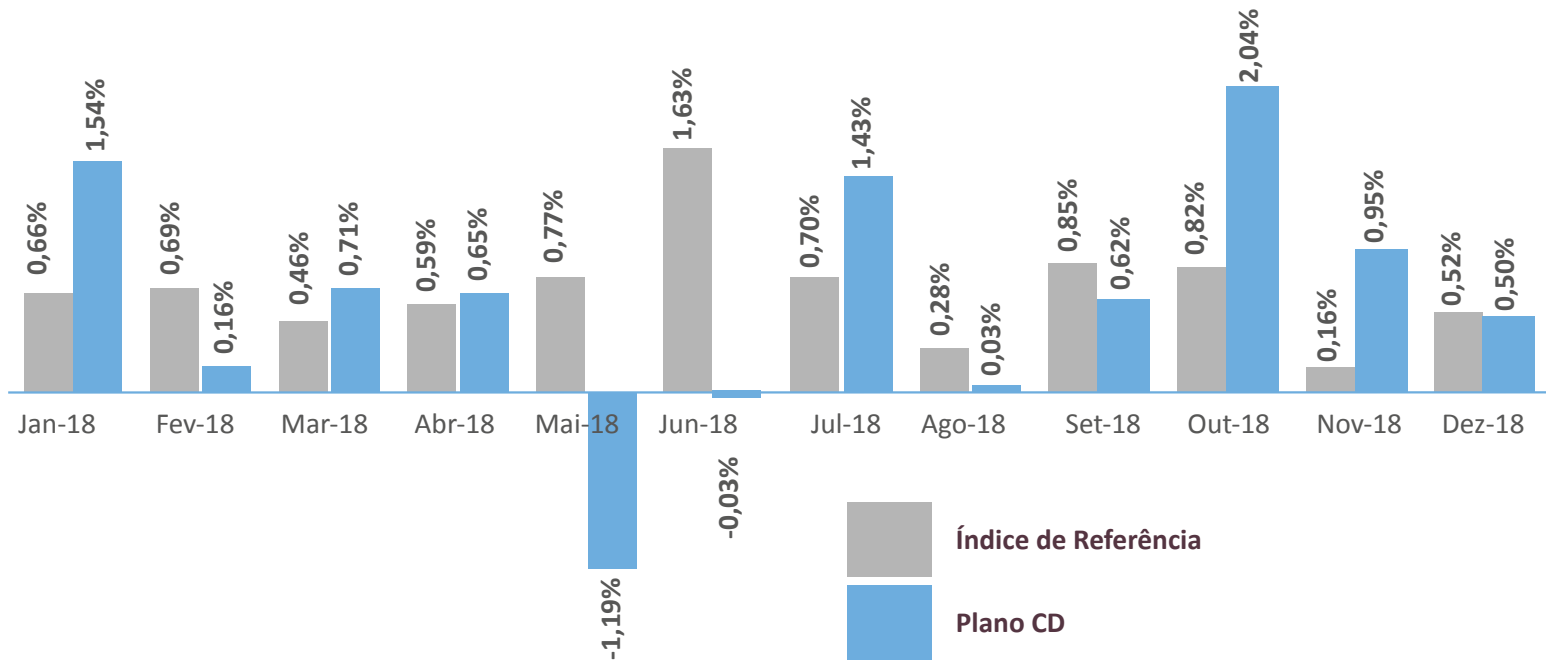
Em relação aos demais segmentos, os maiores detratores foram as estratégias de investimento

no exterior (2,16%), investimentos estruturados (4,60%) e imóveis (4,85%), as quais figuraram abaixo do índice de referência. Já a estratégia de operação com participantes, apresentou recuperação em relação ao ano anterior (6,67%), com retorno de 8,96%, superando o índice de referência e contribuindo para o resultado consolidado do plano.

Em termos consolidados, o Plano CD encerrou o ano com rentabilidade de 8,28%, ligeiramente abaixo do seu índice de referência (IPCA + 4,5% a.a.), que

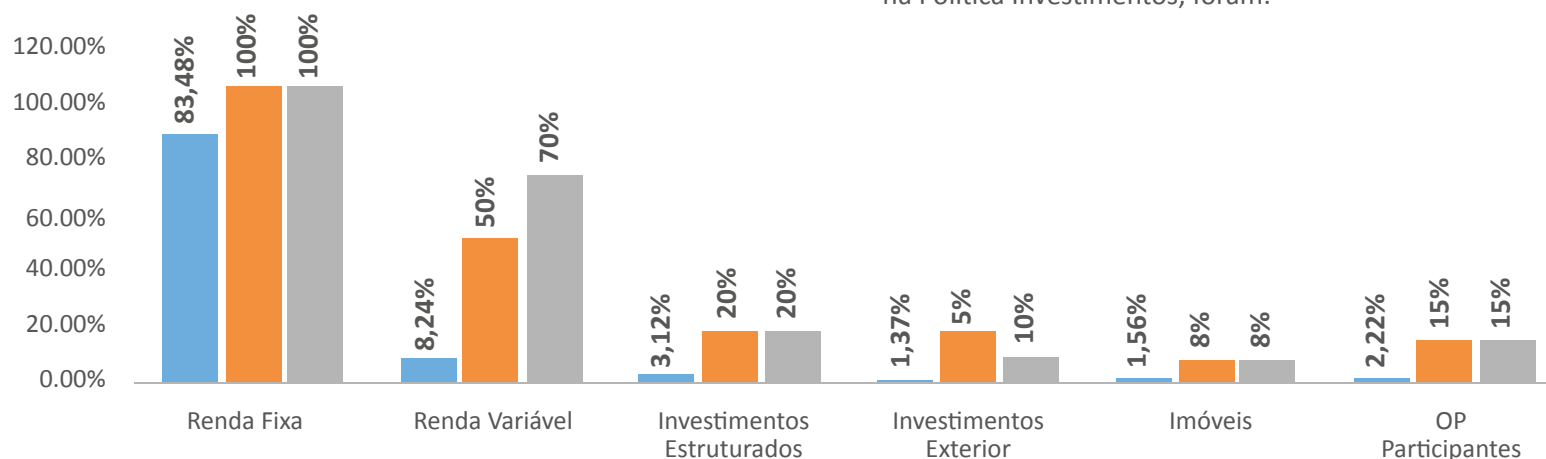
fechou o ano com 8,38%, o que atesta a resiliência da carteira, oriunda da sua diversificação. O patrimônio total do plano apresentou crescimento em torno de 3,5%, em termo líquidos, ou seja, já contabilizados o cumprimento de todas as obrigações.

É importante ressaltar ainda, que o resultado do Plano mais uma vez apresentou importante elevação em termo reais, superando a inflação, medida pelo IPCA, em 4,37%, elevando o poder de compra dos seus participantes.



3.1.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Faelba manteve o índice de referência do Plano CD (IPCA + 4,5% ao ano) para o exercício de 2018. Os limites de alocação por segmento estabelecidos na Política Investimentos, foram:



Seguem benchmarks por segmento de investimentos e metas de rentabilidade:

Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade
Plano	IPCA + 4,50% ao ano	IPCA + 4,50% ao ano
Renda Fixa	CDI + 0,86% ao ano	IPCA +3,93% ao ano
Renda Variável	IBrX ao ano	IPCA +9,81% ao ano
Investimentos Estruturados	CDI + 2,00% ao ano	IPCA +5,07% ao ano
Investimentos no Exterior	35% MSCI World + 65% (CDI + 2,60% ao ano)	IPCA +5,37% ao ano
Imóveis	INPC a.a	INPC a.a
Operações com Participantes	IPCA + 4,60% a.a	IPCA + 4,60% a.a

As metas de rentabilidade do Plano CD não se configuram como obrigação, sendo apenas um referencial baseado nas estimativas utilizados na Política de Investimentos.

A despeito da organização de seus investimentos baseada nos segmentos propostos pela legislação aplicável, a Entidade adota uma estrutura gerencial baseada em mandatos para facilitar a adoção de estratégias de investimento e monitoramento dos seus ativos.

Um mandato pode ser entendido como a consolidação de investimentos com características semelhantes em termos de risco, rentabilidade esperada, prazo, dentre outras. Além de servir como referência para a gestão dos recursos, tal estrutura de investimentos serve como parâmetro para o controle e monitoramento de riscos.

A SEGUIR, DETALHA-SE RESUMIDAMENTE A ESTRUTURA DE CADA UM DOS MANDATOS OBSERVADOS:

MANDATO RENDA FIXA GESTÃO ATIVO: representa os investimentos em fundos exclusivos de renda fixa, compostos predominantemente por títulos públicos. No exercício de 2018, a Faelba optou por substituir a alocação direcional baseada em percentuais predefinidos do CDI e dos IMA's, substituindo-a por um alvo de retorno de CDI + 1,20%. O racional da alteração foi atribuir maior discricionariedade para gestão, de modo que pudesse realizar alterações pontuais na carteira, adequando-a ao cenário de forma mais ágil.

Mandato	Benchmark
Renda Fixa Gestão Ativa	CDI + 1,20% a.a
Renda Fixa Tradicional	CDI a.a
Renda Fixa IMA	100% (IMA-B/IMA-B5/IMA-B5+/IRF-M)
Renda Fixa Crédito	CDI + 0,75% a.a
Multimercado Institucional	CDI + 1,50% a.a
Renda Variável Ativa	IBrX a.a
Multimercado Estruturado	CDI + 1,50% a.a
FIP e FII	IPCA + 8,00%
Investimentos no Exterior – RV	MSCI World a.a
Investimentos no Exterior – RF	CDI + 2,60% a.a

Período	Benchmark
Jan/2018 - Dez/2018	CDI + 1,20% a.a

RENDA FIXA IMA: esse mandato engloba os investimentos em fundos abertos de renda fixa passiva, com gestores especialistas em cada um dos indexadores que compõem o benchmark do Mandato Híbrido (CDI, IMA-B 5 e IMA-B 5+).

MULTIMERCADO INSTITUCIONAL: mandato composto por fundos exclusivos que aplicam em renda fixa de forma ativa, com o objetivo de obter retornos acima da taxa livre de risco, podendo aplicar em diversos ativos, inclusive em cotas de outros fundos.

RENDA FIXA CRÉDITO: esse mandato compreende os investimentos em veículos destinados à aquisição de títulos privados, que buscam prêmio em relação às taxas de juros praticadas no mercado através da assunção de risco de crédito.

RENDA FIXA TRADICIONAL: esse mandato é composto por investimentos em veículos destinados à aquisição dos títulos públicos atrelados a CDI/SELIC, ou seja, expostos preponderantemente a taxas pós-fixadas.

RENDA VARIÁVEL ATIVA: abrange o consolidado dos investimentos do segmento de renda variável da Fundação – dispostos através da estrutura Core & Satellite – cujo objetivo é superar o benchmark de referência.


INVESTIMENTO ESTRUTURADO - MULTIMERCADOS: esse mandato reúne os Fundos Multimercados que não obedecem, necessariamente, a todos os pontos da legislação aplicável às EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

INVESTIMENTO ESTRUTURADO – FII E FIP: esse mandato reúne Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos de Participação.

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR – RF E RV: abrange a alocação em fundos de gestores externos cujos ativos sejam preponderantemente alocados no exterior.

Em relação ao acompanhamento de risco de mercado, a Faelba, em consonância com a legislação vigente, adota a metodologia Value-at-Risk (VaR), cuja função é estimar, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos que compõem a carteira analisada, qual a perda máxima esperada para as condições atuais de mercado.

Além do VaR, a Faelba faz uso da metodologia Stress Test, que realiza testes para simular qual seria a desvalorização máxima dos ativos em um cenário extremamente pessimista, de modo a aferir o impacto e a extensão das perdas na carteira analisada.



“É gratificante participar do processo de rentabilização das reservas financeiras dos participantes, bem como saber que estou contribuindo para um futuro mais confortável para os aposentados.”

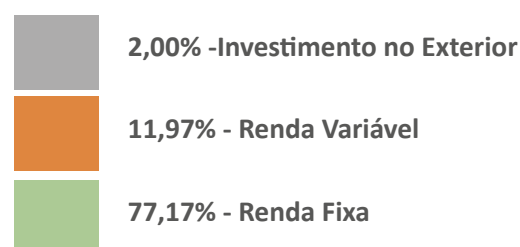
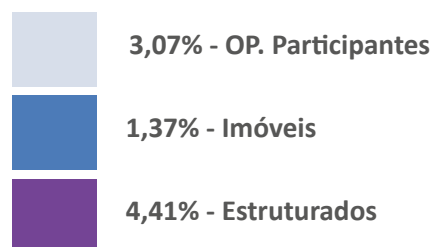
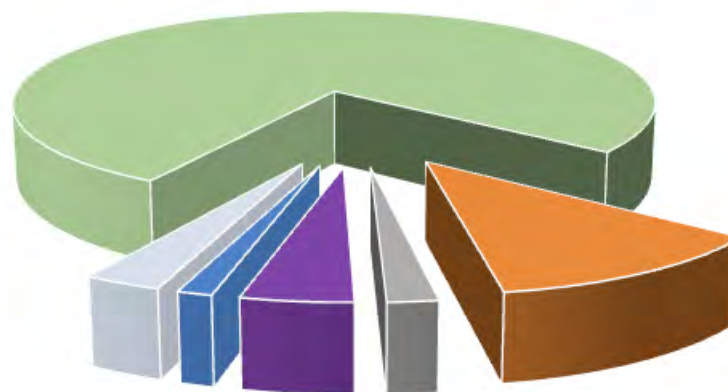
*Diego Rigatti,
Analista de Investimentos*

3.1.2. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	978.121.272,63	77,17%
Renda Variável	151.776.070,92	11,97%
Investimento no Exterior	25.321.686,37	2,00%
Estruturados	55.866.055,95	4,41%
Imóveis	17.424.655,92	1,37%
Op. Participantes	38.949.943,62	3,07%
Total	1.267.459.685,41	100,00%

O patrimônio do plano CD apresentou um crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior. A parcela investida em renda fixa, apesar de ainda ser a mais representativa no plano, foi reduzida de 79,5% para 77%, enquanto a parcela em renda variável cresceu de 10,3% para 12%, aproximadamente.

A participação do segmento de investimentos estruturados passou a representar 4,41% ante 3,74% no ano anterior. O segmento de investimento no exterior manteve sua participação próxima a 1,4%. A participação dos demais segmentos permaneceu estável. Essas alterações refletem principalmente a escolha dos perfis de investimento realizada pelos participantes, assim como a maior rentabilidade dos ativos de renda variável.



3.1.3. ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
Renda Fixa	-	978.121.272,63
ITAÚ-UNIBANCO	FEF ITAU CD	158.836.745,02
BRADESCO	FEF BRADESCO CD	154.624.539,71
SANTANDER	FEF SANTANDER CD	149.641.519,14
SULAMÉRICA	SULAMERICA INEMA	92.237.209,11
VOTORANTIM	FEF VOTORANTIM RF CDI CD	335.255.552,84
SULAMÉRICA	SULAMÉRICA INFLATIE	75.080.414,11
ICATU VANGUARDA	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO	12.445.292,70
RENDA VARIÁVEL	-	151.776.070,92
SULAMÉRICA INVEST DTVM	SULAMÉRICA EXPERTISE	8.819,14
BRASIL CAPITAL	BRASIL CAPITAL FIC FIA	12.124.806,90
BAHIA ASSET MANAGEMENT	BAHIA AM SMID CAPS FIC FIA	14.964.638,50
FRANKLIN TEMPLETON INVEST	FT FEF CD FIA	100.917.690,29
VINCI PARTNERS	VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	8.258.359,00
BNP PARIBAS	BNP PARIBAS ACTION	7.238.581,32
OCEANA INVESTIMENTOS	OCEANA SELECTION FIA	8.263.175,77
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-	25.321.686,37
BBDTVM	BB MULTI BLACKROCK IE	8.950.137,44
VOTORANTIM	VOT. ALLIANZ EUROPE	5.847.368,06
PIMCO	PIMCO INCOME	10.524.180,87
ESTRUTURADOS	-	55.866.055,95
FUNDOS DE PARTICIPAÇÕES	-	12.956.268,20
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL	3.623.712,25
LACAN INVESTIMENTOS	LACAN FLORESTAL FIP	3.595.642,91
LACAN INVESTIMENTOS	LACAN FLORESTAL II	5.736.913,04
MULTIMERCADOS	-	42.909.787,75
OCCAM BRASIL	OCCAM EQUITY HEDGE	9.167.032,42
BAHIA ASSET MANAGEMENT	BAHIA AM MARAU	10.240.118,44
GARDE ASSET MANAGEMENT	GARDE D'ARTAGNAN	10.935.950,97
SAFRA	SAFRA GALILEO	12.566.685,92
TOTAL CD		1.211.085.085,87

3.1.4. REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 2018, as salas 3301 e 3302 - nas quais fica localizada a sede da Faelba – passaram por uma reavaliação, por ocasião do término da reforma iniciada no segundo semestre de 2017.

O rendimento total do segmento no ano foi de 4,85%, já contabilizadas as depreciações de cada imóvel que compõe a carteira. Desse modo, o valor total da carteira de imóveis encerrou o ano com R\$ 28.815.954, dos quais R\$ 17.424.655 estavam alocados no Plano CD (60,47%).

3.1.5. RENTABILIDADE ANUAL

O Plano CD apresentou um resultado consolidado de 8,28% no ano, o que representa 98% do índice de referência e 129% do CDI do período. Quando considerada a inflação, medida pelo IPCA, o plano apresentou uma rentabilidade real (acima da inflação) de 4,37%.

O destaque do ano foi o segmento de Renda Variável local, que apresentou retorno de 15,97%, superando em larga monta o índice de referência e contribuindo para compensar o resultado mais modesto do segmento de renda fixa.

Além de superar o seu benchmark, o IBX (15,42%) no período, a carteira mostrou consistência, marcando seu terceiro ano consecutivo de rentabilidade acima de dois dígitos, capturando bem a continuidade do movimento de recuperação da bolsa brasileira, superando inclusive o principal índice do mercado,

o Ibovespa (15,03%), mais uma vez destacando a efetividade da estratégia Core & Satelite, mormente nos períodos de maior volatilidade.

Outro segmento de destaque no ano foi o de Operações com Participantes, o qual apresentou boa recuperação frente ao ano anterior (quando havia ficado abaixo do índice de referência, com um rendimento de 6,64%), fechando o ano com retorno de 8,96%. O principal fator para o aumento foi a variação do IPCA, que avançou de 2,95% no ano anterior para 3,75% em 2018, uma vez que a taxa de concessão dos empréstimos é IPCA + 4,60%. O segmento de Renda Fixa apresentou retorno de 7,29%, o que representa 87% do índice de referência e 114% do CDI. Essa estratégia foi bastante impactada pela elevada volatilidade verificada no ano, sobretudo no mês de maio, por ocasião da greve dos caminhoneiros.

O segmento de imóveis apresentou retorno de 4,85%, em linha com o esperado, haja vista que os contratos de aluguel são corrigidos por índices de inflação. Além disso, cabe ressaltar que este segmento apresentou destacada valorização no ano anterior (41,45%), decorrente da reavaliação realizada naquele período.


O segmento de Investimentos Estruturados apresentou retorno de 4,68%, ficando abaixo do índice de referência e do CDI. A estratégia de multimercados sofreu bastante com a elevada volatilidade do período, além de ter amargado perdas consideráveis em maio, devido à greve dos caminhoneiros, fechando em 5,13%. Já o segmento de FIPs, que apresenta características específicas em termos de maturidade do investimento, apresentou retorno 3,38%.

O segmento de Investimentos no Exterior encerrou o ano com retorno de 2,16%. Esta classe sofreu bastante com a volatilidade nos mercados

internacionais, principalmente por conta da disputa comercial entre EUA e China.

Todos os segmentos apresentaram rentabilidade positiva no ano, todavia, apenas os segmentos de Renda Variável e Operações com Participantes superaram o Índice de Referência no período. Cabe destacar ainda a performance do segmento de imóveis, que superou o seu benchmark no ano. No consolidado o Plano CD fechou o ano próximo do Índice de Referência, com uma rentabilidade de 8,28% contra 8,38% do indicador, ou aproximadamente 99% deste.

PLANO CD		
Segmentos	Rentabilidade Acumulada	% Benchmark
Renda Fixa	7,29%	86,99%
Renda Variável	15,97%	103,58%
Investimentos Estruturados	4,68%	54,89%
Investimentos no Exterior	2,16%	25,96%
Imóveis	4,85%	141,10%
Op. Participantes	8,96%	105,70%
Consolidado	8,28%	98,81%



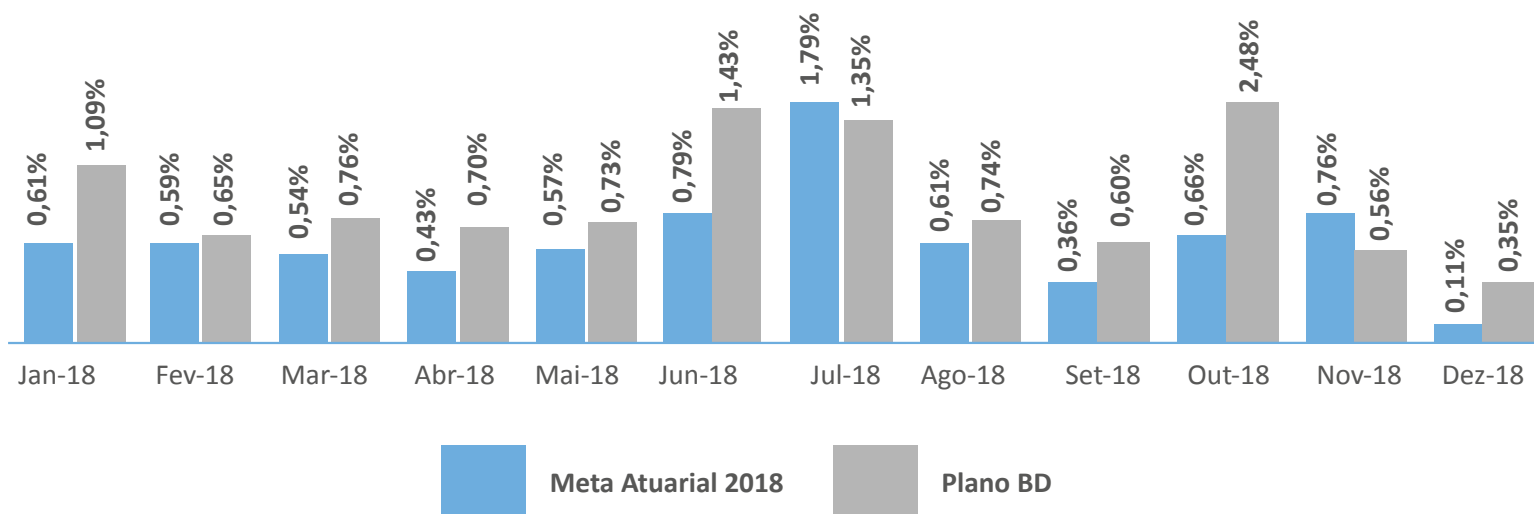
“Sou grato por fazer parte de uma equipe super qualificada e alinhada com os objetivos da FAELBA.”

*Rodrigo Moreira,
Analista de Investimentos*

3.2. PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)

Desde o estudo de ALM (Asset Liability Management) realizado em 2010 e suas reavaliações periódicas (a partir de 2013 a reavaliações passaram a ser semestrais), o Plano BD vem apresentando desempenho estável, visto que a maioria preponderante dos títulos que compõem a sua carteira estão marcados na curva, ou seja, são carregados até o vencimento e consideram o

retorno estabelecido quando da sua aquisição, a despeito da oscilação diária dos seus preços, o que resguarda esses ativos da volatilidade decorrente das mudanças de cenários econômicos. Cabe ressaltar que o plano se encontra saldado e quitado, ou seja, seu saldo de ativos é suficiente para cobrir o passivo atuarial.



Apesar disso, o Plano BD encerrou o ano com a excelente rentabilidade de 12,03%, o que representa 152% da meta atuarial, superando os 9,85% de 2017.

A principal contribuição para o resultado foi a alienação, em caráter pontual, de alguns títulos, com o objetivo de adequar a carteira de ativos ao

passivo do plano. Tal movimento foi embasado nos estudos de ALM realizados no período. Ocorre, pois, que tais títulos, os quais estavam marcados “na curva”, foram trazidos “a mercado”, beneficiando-se do fechamento da curva de juros observada no ano. Cabe salientar que tal movimento foi realizado em caráter pontual, com vistas a atender estritamente a requisitos

técnicos, a saber, adequação da carteira frente ao passivo atuarial, sendo, desse modo, a realização do ganho inesperada. Cabe ressaltar ainda que não há previsão para novas movimentações dessa natureza, as quais serão realizadas sempre por força de indicações do estudo de ALM, que por sua vez se baseará no passivo atuarial, de modo que não é possível determinar o resultado de eventuais movimentações (lucro ou prejuízo) ex ante.

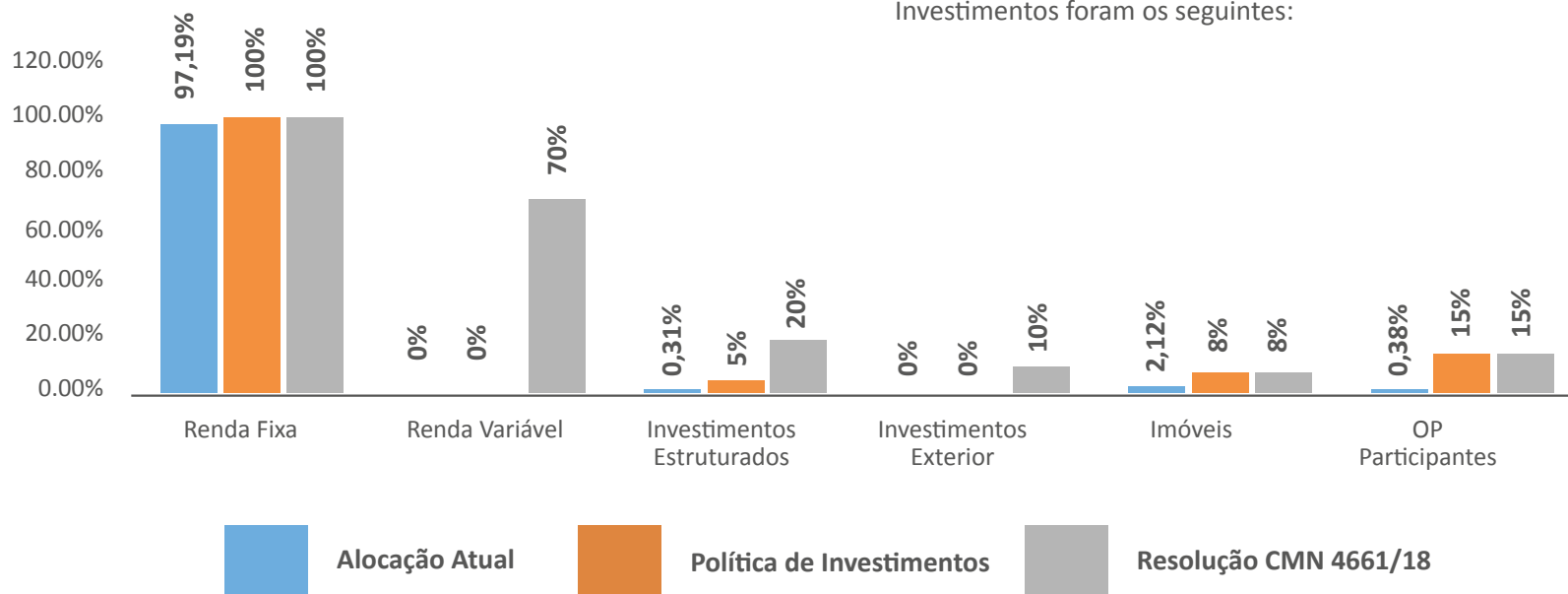
O resultado, conforme destacado, superou a meta atuarial (INPC + 4,38%) em larga medida, que fechou o ano em 7,93%. Se considerarmos a inflação oficial medida pelo IPCA (3,75%), o plano fechou o ano com retorno real de 7,99%.

Os dois estudos de ALM realizados no ano, apesar de apontarem a necessidade de realocação de alguns títulos, corroboraram a boa solvência exibida nos estudos anteriores.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em 2018, a Faelba manteve a Meta Atuarial do Plano BD em INPC + 4,38% ao ano. Os limites de alocação por segmento estabelecidos na Política Investimentos foram os seguintes:



BENCHMARKS POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS E METAS DE RENTABILIDADE:

Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade
Plano	INPC + 4,38% a.a	INPC + 4,38% a.a
Renda Fixa	INPC + 4,38% a.a	INPC + 4,38% a.a
Investimentos	IPCA a.a	IPCA a.a
Imóveis	INPC a.a	INPC a.a
Operações com Participantes	IPCA + 4,60% a.a	IPCA + 4,60% a.a

Assim como no Plano CD, a Faelba também organiza os investimentos do Plano BD na forma de mandatos para fins de gestão e monitoramento dos mesmos.

Mandato	Benchmark
ALM	INPC + 4,55% a.a
Renda Fixa	IPCA a.a

A seguir, detalha-se resumidamente a estrutura de cada um dos mandatos observados:

ALM (ASSET LIABILITY MANAGEMENT): esse mandato contempla os veículos de investimento que carregam os títulos de longo prazo destinados a cobrir as obrigações atuariais do plano.

INVESTIMENTO ESTRUTURADO – FII E FIP: esse mandato reúne Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos de Participação.

Em relação ao monitoramento do risco de mercado dos ativos que compõem a carteira do Plano BD, assim como ocorre no plano CD, a Política de Investimentos estabelece a utilização das metodologias Value at Risk (VaR) e Stress Test.

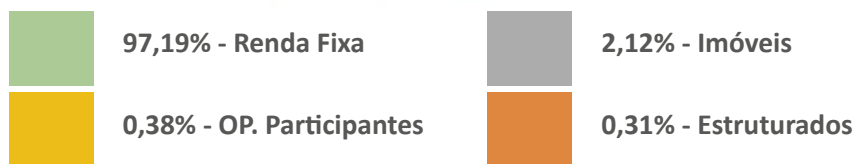
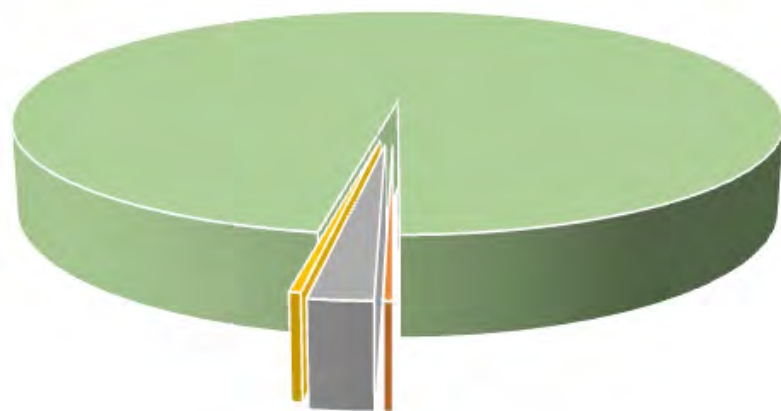


“Potencializar o retorno dos investimentos, gerindo pessoas e processos, com o compromisso de excelência dos resultados, respeitando a boa governança.”

*Francisco Artur,
Diretor Adm-Financeiro*

3.2.1. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTO	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	522.411.096,91	97,19%
Estruturados	1.691.067,13	0,31%
Imóveis	11.391.298,23	2,12%
Op. Participantes	2.027.098,02	0,38%
Total	537.520.560,29	100,00%



3.2.2. ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME DO FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
RENDA FIXA	-	522.411.096,91
BRADESCO	FEF BRADESCO ATUARIAL	522.411.096,91
ESTRUTURADOS	-	1.691.067,13
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL	1.691.067,13
TOTAL BD	-	524.102.164,04

O fundo FEF Bradesco Atuarial BD concentra 97,19% do patrimônio do Plano BD. Sua carteira é composta majoritariamente por títulos públicos indexados à inflação e marcados até o vencimento (na curva), cuja movimentação ocorre de acordo com os resultados oriundos dos estudos periódicos de ALM.

Desde 2014, o Plano BD não possui exposição em renda variável conforme decisão do Conselho Deliberativo.



3.2.3. REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Assim como mencionado no relatório que trata do Plano CD, em 2018 foi realizada uma reavaliação das salas 3301 e 3302, onde fica localizada a sede da Faelba.

O rendimento total do segmento no ano foi de 4,85%, já contabilizadas as depreciações de cada imóvel que compõe a carteira. Desse modo, o valor total da carteira de imóveis encerrou o ano com R\$ 28.815.954, dos quais R\$ 11.391.298 estavam alocados no Plano BD (39,53%).



3.2.4. RENTABILIDADE ANUAL

GESTOR		
SEGMENTOS	SEGMENTOS	% BENCHMARK
Renda Fixa	11,43%	144%
Investimentos Estruturados	2,16%	58%
Imóveis	4,85%	141%
Op. Participantes	8,39%	103%
Consolidado	12,03%	152%

O segmento de renda fixa do plano BD encerrou o ano com alta de 11,43%, resultado que superou o do ano anterior (8,69%). Tal resultado se deu, principalmente, por conta da movimentação de alienação de alguns títulos, conforme mencionado acima, a qual teve impacto significativo no segmento, haja vista que foram realizadas na carteira do fundo atuarial, que compõem a renda fixa.

O segmento de Investimentos Estruturados apresentou resultado de 2,16% - refletindo o desempenho do Fundo Brasil Energia Renovável, em processo de recuperação. O segmento de operações com participantes fechou o ano com rentabilidade de 8,39%, refletindo o aumento da inflação em relação ao ano anterior, haja vista que a

taxa de concessão utilizada nas operações foi IPCA + 4,60%. Por fim o segmento de imóveis apresentou retorno de 4,85%, conforme mencionado acima.

O resultado consolidado do Plano foi de 12,03% no ano, frente a 7,93% da meta atuarial. Com efeito, apesar do destacado resultado, é importante ratificar que a maioria preponderante dos ativos da carteira é marcada até o vencimento (“na curva”) e suas movimentações são determinadas através de estudos de ALM, cujo principal objetivo é estabelecer a alocação de ativos mais eficiente para cumprir com as obrigações atuariais do plano, as quais, por sua vez, são revisadas anualmente, tendo em vista a atualização periódica da população que integra o plano de benefícios.

3.3. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

3.3.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS: A Faelba manteve a meta de rentabilidade do Plano PGA em 100% CDI. Segue abaixo limite de alocação por segmento:

SEGMENTOS	LIMITE LEGAL (RESOLUÇÃO CMN Nº 4661)	POLITICA DE INVESTIMENTOS	ALOCAÇÃO OBJETIVO
Renda Fixa	100%	Renda Fixa	100%

Seguem abaixo os benchmarks por segmento e as respectivas metas de rentabilidade:

SEGMENTOS	BENCHMARK	META DE RENTABILIDADE
Plano	CDI	CDI
Renda Fixa	80% CDI + 20% IMA-B	80% CDI + 20% IMA-B

A Política de Investimentos estabelece que o monitoramento do risco de mercado será realizado através das metodologias Value at Risk (VaR) e Stress Test, as mesmas utilizadas nos demais planos da Faelba.

3.3.2. CARTEIRA DE ATIVOS POR SEGMENTO

SEGMENTOS	PATRIMÔNIO (R\$)	(%)
Renda Fixa	37.510.961,99	100,00%
Total	37.510.961,99	100,00%



3.3.3. ATIVOS POR GESTOR

GESTOR	NOME FUNDO	PATRIMÔNIO (R\$)
BBDTVM	BB FEF PGA	37.510.961,99

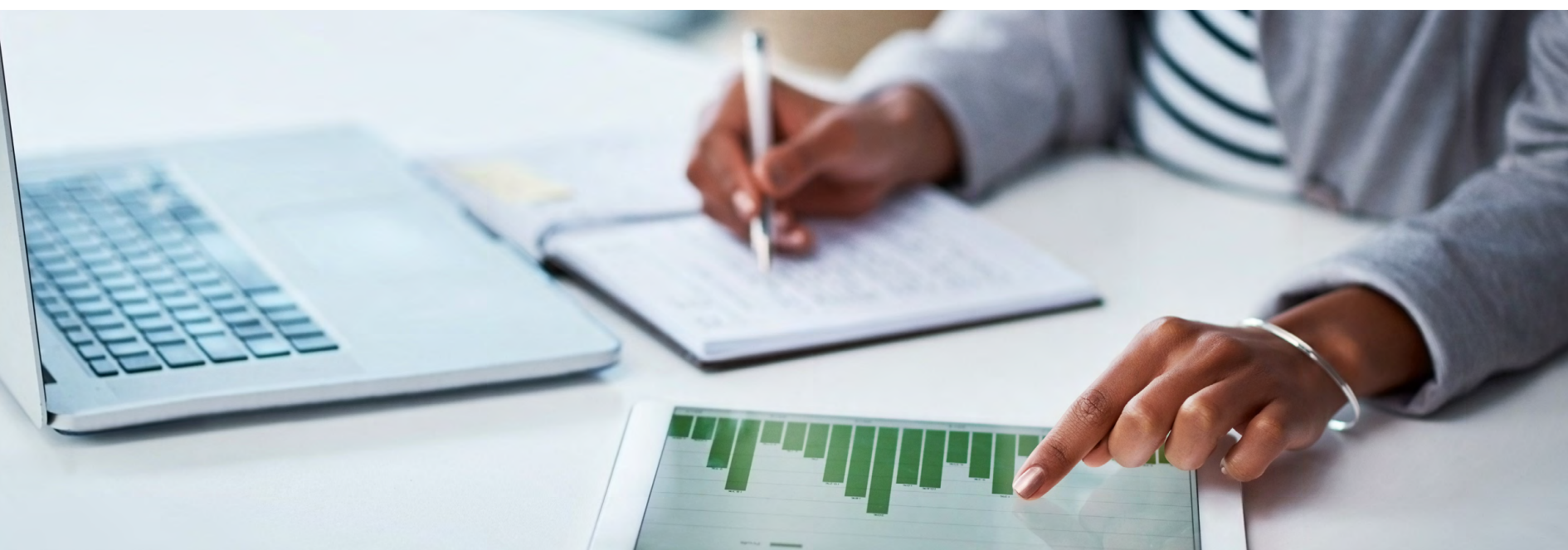
3.3.4. RENTABILIDADE ANUAL

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) obteve um retorno de 6,98%, equivalente a 109% do CDI (6,42%), seu benchmark. O bom desempenho do plano reflete a decisão da Faelba de destinar 14% dos seus recursos para alocações em títulos

indexados à inflação de maior prazo médio, com o objetivo de incrementar a rentabilidade no médio-longo prazo, contribuindo para perenidade do plano, preservando, no entanto, o caráter defensivo da carteira.



PLANO PGA		
SEGMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA	% BENCHMARK
Renda Fixa	6,98%	90%
Consolidado	6,98%	109%



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

PERFIS DE INVESTIMENTOS



7.1. PERFIS EXISTENTES

Dentre os planos de benefícios administrados pela Faelba, o único que possui perfis de investimentos é o Plano CD. São disponibilizadas sete opções de perfil para escolha dos participantes de acordo com sua tolerância a risco. Seguem abaixo as opções:



OPÇÃO DE ALOCAÇÃO	PERFIL CONSERVADOR % PROVISÃO MATEMÁTICA	PERFIL BÁSICO % PROVISÃO MATEMÁTICA	PERFIL DIFERENCIADO % PROVISÃO MATEMÁTICA
1	100	-	-
2	-	100	-
3	-	90	10
4	-	80	20
5	-	70	30
6	-	60	40
7	-	50	50

A rigor, os participantes dispõem de três grandes estratégias de investimento para definirem a opção de alocação (perfil) mais adequada à sua necessidade e tolerância a risco.

O Perfil Conservador, criado em 2014, é a opção de alocação com menor exposição a risco de mercado. Sua carteira deve ser composta exclusivamente por títulos públicos soberanos pós-fixados, e seu objetivo é entregar um retorno próximo a taxa livre de risco (taxa Selic), com a menor oscilação (volatilidade) possível.

O Perfil Básico é uma opção de alocação de risco moderado, no entanto sem exposição direta a ativos de renda variável. Sua carteira pode ser composta por diversas classes de ativos, e seu objetivo é superar a taxa livre de risco com baixa volatilidade.

O Perfil Diferenciado é uma opção de alocação de risco elevado, cuja carteira pode ser composta por ativos de renda variável no Brasil e no exterior. Seu objetivo é entregar retorno substancialmente superior a taxa livre de risco, aceitando, para tanto, maior volatilidade.

Dadas essas características, é facultado aos participantes a opção de alocar 100% no Perfil Conservador, 100% no Perfil Básico, ou ainda em uma combinação entre os Perfis Básico e Diferenciado, de acordo com o nível de exposição à renda variável que o participante deseja possuir, limitado a 50%.

No ano de 2018, os perfis apresentaram os seguintes resultados:

PERFIL	ACUMULADO EM 2018 (%)
Perfil Conservador	6,53
Perfil Básico	7,61
Perfil Diferenciado	14,20
Perfil 90 - 10	8,37
Perfil 80 - 20	9,11
Perfil 70 - 30	9,82
Perfil 60 - 40	10,52
Perfil 50 - 50	11,19



7.1.1. PERFIL CONSERVADOR:

O perfil encerrou o ano com patrimônio de R\$ 212.925.717, equivalente a 16,80% do Plano CD, o que denota uma queda substancial em relação ao ano anterior quando representava 22,34%, justificada, não apenas pela acentuada valorização dos ativos do Perfil Diferenciado, mas principalmente pelas opções de perfis realizadas pelos participantes em 2018. O perfil apresentou rentabilidade de 6,53%, abaixo do resultado nominal de 2017, quando o perfil teve retorno de 10,14%, conforme estava previsto, haja vista que o perfil aloca exclusivamente em títulos soberanos vinculados a remuneração efetiva da Taxa Selic (Selic Over), que por sua vez apresentou redução significativa no período, passando de 9,94% em 2017 para 6,43% em 2018.

Apesar da redução em relação ao ano anterior, o perfil apresentou um excelente resultado, superando, de forma surpreendente, a própria Taxa Selic e o CDI, contrariando a expectativa, que era de

um retorno levemente abaixo desses índices, dado sua exposição a risco. Apesar disso, o resultado do perfil ficou abaixo do índice de referenciado plano CD, que encerrou o ano com retorno de 8,38%.

MANDATO CDI X CDI - 2018



7.1.2. PERFIL BÁSICO:

Ao final do exercício, o patrimônio do perfil alcançou R\$ 887.960.391, crescendo 9,67% em relação ao ano anterior. A rentabilidade do perfil foi de 7,61% no ano, o que representa 91% do índice de referência.

O resultado do Perfil Básico foi influenciado sobremaneira pelo desempenho mais comedido da carteira de renda fixa, e teve um peso significativo sobre o Plano CD, haja vista se tratar do maior perfil do plano, com participação de 70% no patrimônio deste. Além disso, como mencionado, o Perfil Básico compõe a parcela de menor risco para aqueles participantes que optam pelo Perfil Diferenciado, o que reitera a sua importância.

Em relação à sua composição, o Perfil Básico é aquele que possui maior diversificação. Ao final do ano seus recursos estavam alocados da seguinte maneira: 86,17% em renda fixa local; 6,29% em investimentos estruturados; 4,39% em operações com participantes; 1,96% em imóveis e 1,19% investimentos no exterior (renda fixa). Apesar da concentração no segmento de renda fixa local, o perfil apresenta volatilidade moderada, haja vista que os ativos que compõem sua carteira são marcados a mercado, ou seja, são ajustados diariamente de acordo com sua oferta e demanda. Segue abaixo um resumo sobre o desempenho de cada um destes segmentos no ano.



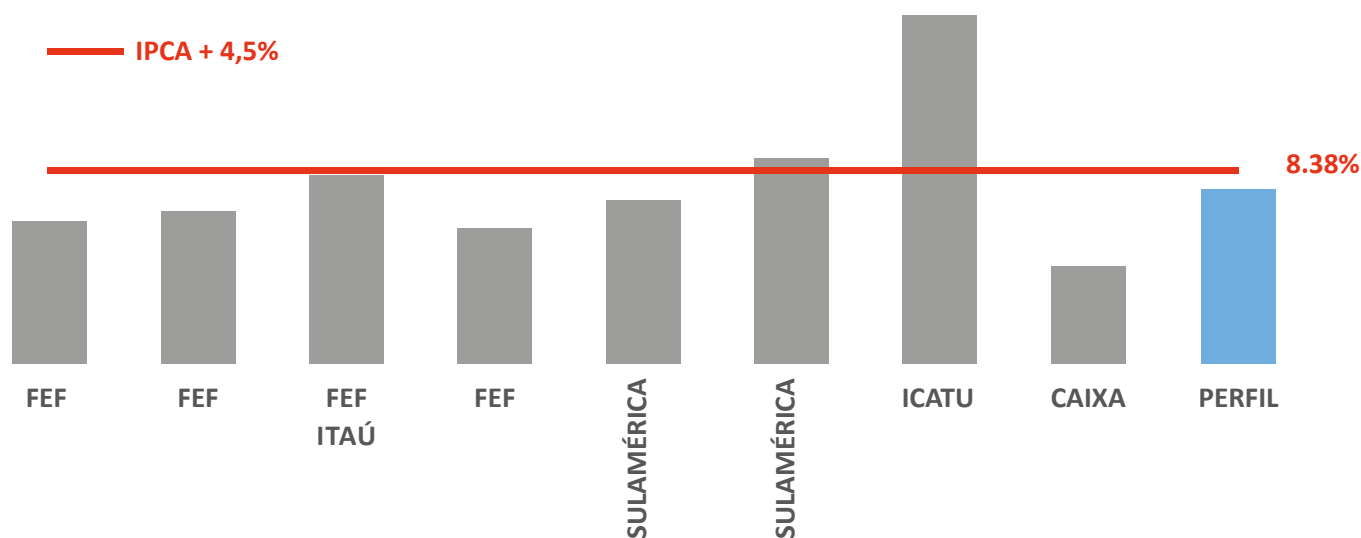
RENDA FIXA

Este segmento afetou o retorno do Perfil Básico, dado seu desempenho mais comedido, influenciando, por conseguinte, o Plano CD como um todo, tendo em vista o peso ponderado que exerce nos dois casos, dado o tamanho do seu patrimônio. A rentabilidade desta parcela atingiu 7,57%, o que representa 118% do CDI e 90% do Índice de Referência do plano CD.

Apesar da alocação estratégica definida para o ano (CDI +1,20%), que deu maior discricionariade a os gestores para definição do portfólio, o resultado do segmento foi bastante influenciado pela elevada volatilidade observada ao longo do ano, que afetou sobremaneira a curva de juros brasileira, sobretudo no mês de maio, em decorrência da greve dos caminhoneiros.



RENDA FIXA X ÍNDICE DE REFERÊNCIA PLANO CD



INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

O segmento foi um dos detratores para rentabilidade consolidada do perfil, à medida que performou abaixo do índice de referência. A estratégia de multimercados sofreu bastante com a elevada volatilidade do período, além de ter amargado perdas consideráveis em maio, devido à greve dos caminhoneiros, fechando em 5,13%. Já o segmento de FIPs, que apresenta características específicas em termos de maturidade do investimento, apresentou retorno 3,38%. No consolidado o segmento fechou o ano com retorno de 4,68%. Cabe salientar, todavia, que o horizonte de investimento para essa classe de ativos é essencialmente de longo prazo.

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR - RENDA FIXA

A estratégia - que foi adotada em 2017 com o objetivo de aumentar a diversificação da carteira do Perfil Básico (haja vista a menor correlação dos títulos de mercados maduros com os títulos de renda fixa no Brasil) - enfrentou um ano difícil, devido à disputa comercial entre EUA e China - que aumentou a volatilidade no mercado internacional, impactando todos os ativos - e o discurso mais duro do FED (Banco Central Americano), sinalizando um aperto monetário através do aumento da taxa de juros. Apesar disso, a estratégia mostrou resiliência, encerrando o ano com rentabilidade de 4,03%.

IMÓVEIS

O Perfil Básico concentra as aplicações do plano CD nesse segmento, que encerrou o ano com rentabilidade de 4,85%, conforme esperado, tendo em vista que os reajustes dos aluguéis dos imóveis que compõem a carteira levam em consideração índices de inflação, cujo comportamento tem refletido o arrefecimento da economia e o elevado nível de desemprego. Ainda assim, o segmento conseguiu superar a inflação medida pelo IPCA, já contabilizada a depreciação dos imóveis.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O segmento, exclusivo do Perfil Básico, encerrou o ano com rentabilidade de 8,96%, superando o índice de referência, refletindo a elevação da inflação em relação a 2017, uma vez que a taxa de concessão dos empréstimos é IPCA + 4,60%.

7.1.3. PERFIL DIFERENCIADO

No ano, o perfil teve uma rentabilidade de 14,20%, ficando abaixo do Ibovespa (15,03%) e do seu benchmark, IBX, que fechou o ano com 15,42%. Apesar disso, o perfil superou em larga medida o índice de referência do plano CD; o patrimônio cresceu 18,15% em relação a 2017, alcançando R\$ 166.573.576, o que representa 13,14% de todo o plano.



O destaque do período ficou com a renda variável local, que apresentou rentabilidade de 15,97%. Já a posição alocada no exterior sofreu com a maior volatilidade no mercado internacional, fechando o ano com rentabilidade de 0,88%.

No que se refere à composição, este perfil congrega as posições de maior risco do Plano CD, haja vista que investe exclusivamente no segmento de renda variável. Deste modo, é indicado para aqueles participantes que possuem maior tolerância a risco e maior horizonte de tempo para formar sua reserva, ou seja, participantes que almejem um retorno substancialmente superior no longo prazo, mas que estejam preparados para observar oscilações consideráveis em suas reservas no curto prazo.

Ainda em relação à composição, cabe ressaltar que alocação estratégica da Faelba para este perfil contempla, desde 2014, a exposição a ativos de renda variável no exterior, como mecanismo para mitigar o risco do mercado local. Além disso, a exposição a essa estratégia permite que a Faelba acesse os principais mercados - e negócios - do mundo e diversifique sua fonte de receitas, otimizando ainda mais a relação risco x retorno da carteira.

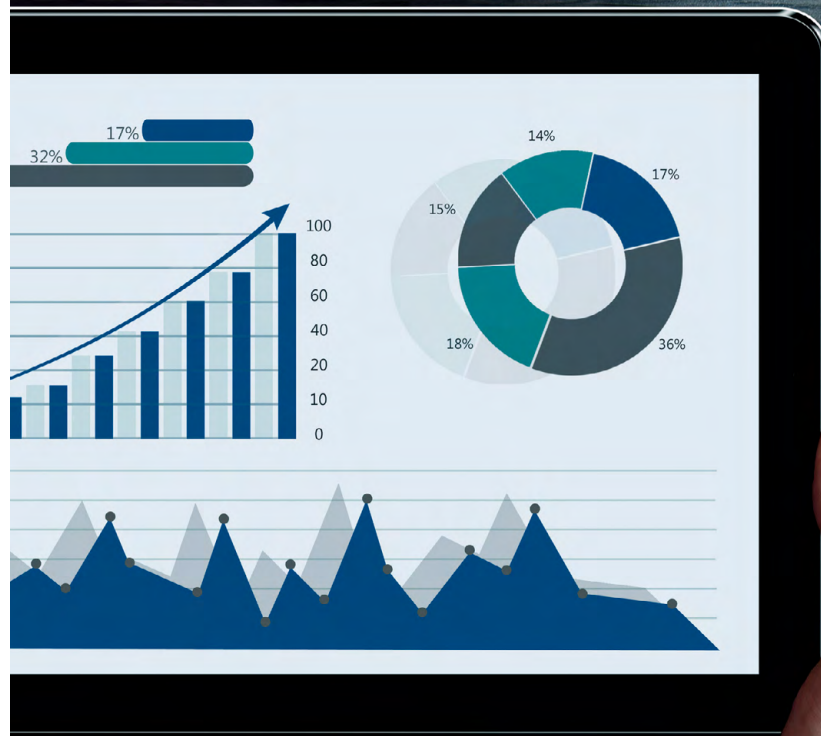


RENDA VARIÁVEL LOCAL

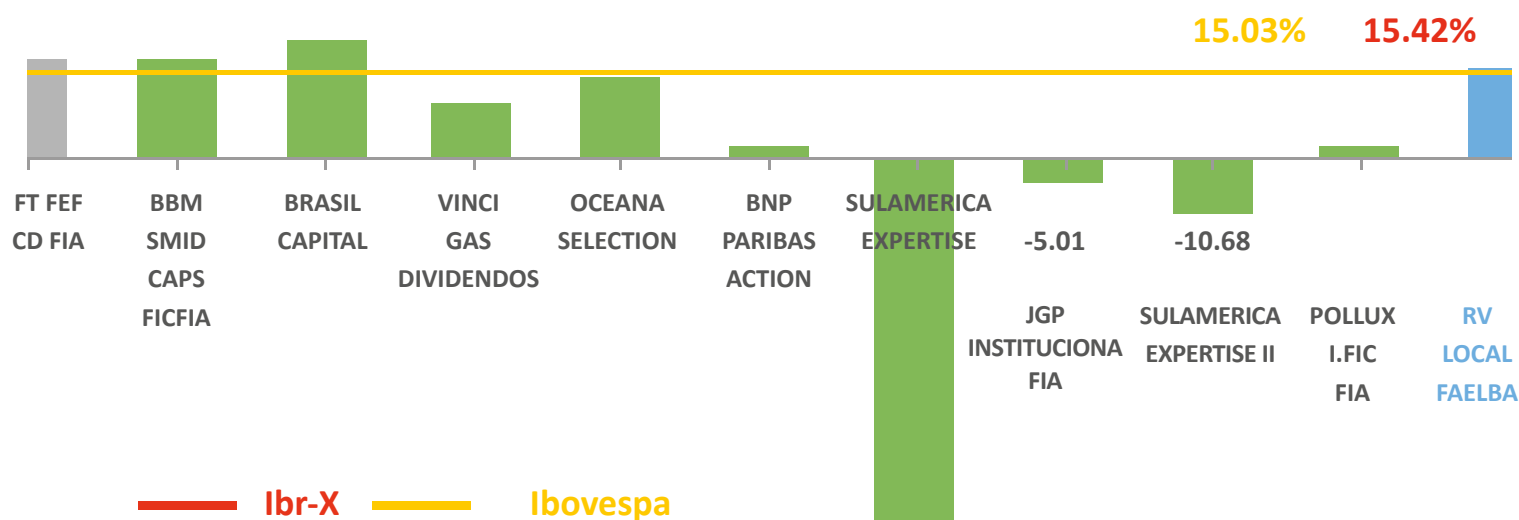
Este segmento contribuiu substancialmente para o resultado do perfil no ano, sobretudo considerando o seu patrimônio - que fechou o exercício com saldo de R\$ 151.776.070 - o que representa 91,12% do total do perfil. Sua rentabilidade no ano foi de 15,97%, superando o seu benchmark, IBX (15,42%), e contribuindo consideravelmente para o resultado do Plano CD.

A carteira do perfil conseguiu capturar o bom desempenho da bolsa brasileira, que apesar da elevada volatilidade observada no ano, apresentou valorização acentuada no final do ano graças ao resultado das eleições presidenciais que animou o mercado, fazendo com que o Ibovespa, principal índice de ações do Brasil, fechasse com ganhos acima de dois dígitos pelo terceiro ano consecutivo.

Em relação a estratégia de alocação neste segmento, a Faelba utiliza a estrutura Core & Satellite, que consiste em manter uma parcela relevante do seu capital em um fundo núcleo (Core), com elevada liquidez e alta correlação com o mercado (Ibovespa), o qual é utilizado como “colchão” para as movimentações contumazes do perfil. A outra parcela do capital é distribuída em vários fundos menores (satelites), os quais, por sua vez, além de apresentar estratégias distintas do fundo núcleo, geralmente possuem menor correlação com o mercado em geral, com o fundo core e entre si, além de menor liquidez, haja vista seu objetivo de gerar retornos superiores (alpha) no longo prazo.



CORE & SATÉLITE - 2018



INVESTIMENTOS NO EXTERIOR - RENDA VARIÁVEL

O segmento sofreu bastante com a elevada volatilidade no mercado internacional, advinda principalmente do acirramento da disputa comercial entre EUA e China, que afetou os ativos de forma generalizada. Além disso, a elevação das taxas de juros realizadas pelo banco central americano (FED) e a sinalização de uma política monetária mais apertada corroborou com o movimento de aversão ao risco. O segmento fechou o ano com rentabilidade de 0,88%.

Em relação ao resultado do fundo Sulamerica Expertise, que apresentou o principal resultado do segmento. Este resultado se deu principalmente por conta da amortização das cotas do fundo, a qual teve de ser realizada na data prevista pelo regulamento, por se tratar de um fundo fechado (pipe). Além disso, apesar da posição em ações ser liquidada, o fundo foi obrigado a postergar a sua liquidação total porque detinha direitos de subscrição de algumas das ações que faziam parte da carteira. Desse modo, o fundo aguarda o pagamento desses direitos para realizar a liquidação das cotas. Até lá, mantém apenas o valor referente a tais direitos, que por ser pouco representativo em termos absolutos e concentrado, apresenta elevada oscilação. Apesar disso, a posição da Faelba montava a pouco mais de R\$ 8 mil, de

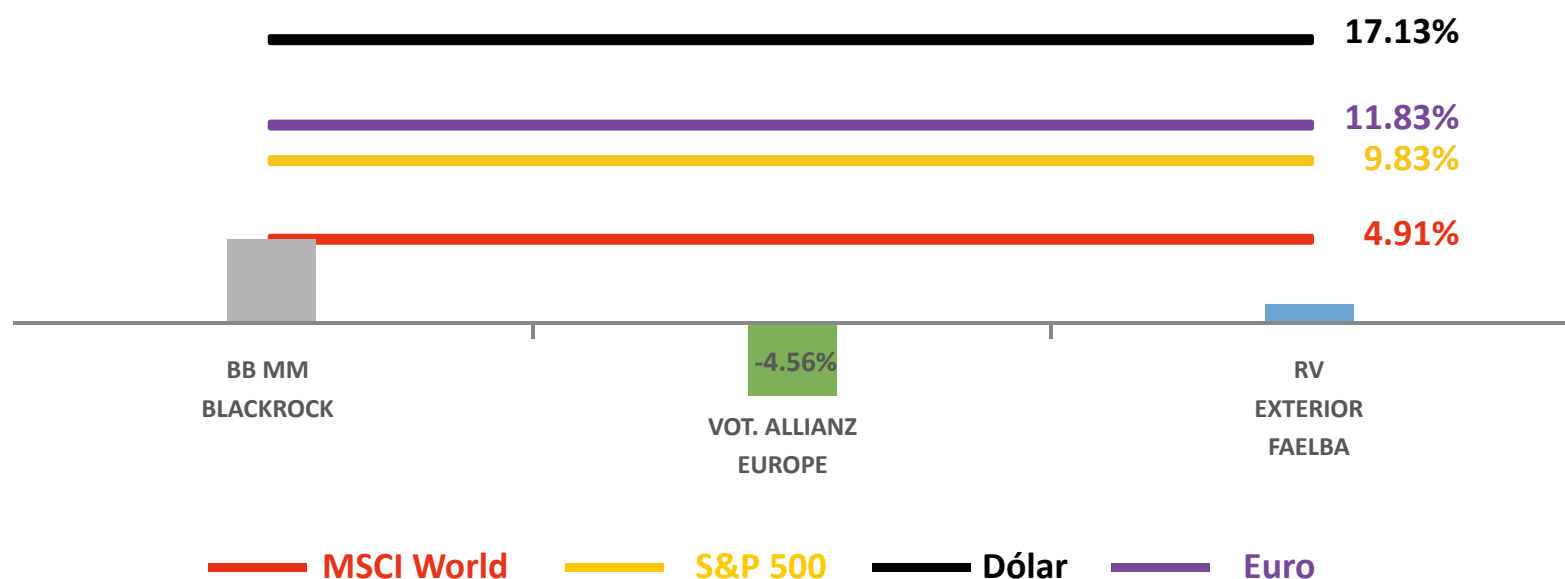
modo que a variação diária é insignificante para o resultado consolidado do Perfil Diferenciado e, por conseguinte do Plano CD.

Cabe destacar ainda o resultado dos veículos Bahia Smid Caps, Brasil Capital – fundo que utiliza a estratégia valor, selecionado em junho de 2018 –, e Franklin Templeton. O primeiro foi beneficiado pela recuperação das empresas de menor capitalização

da bolsa brasileira e os outros dois conseguiram realizar uma boa seleção de papéis, superando os Ibovespa. Em relação ao Franklin Templeton, a importância do seu desempenho contribuiu substancialmente para o resultado do Perfil Diferenciado, haja vista que trata-se do fundo core da estratégia, bem como aquele que possui o maior patrimônio.



INVESTIMENTOS NO EXTERIOR - RV



A FAELBA INFORMA QUE RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

GESTÃO ADMINISTRATIVA



“Meu trabalho ajuda a melhorar a qualidade de vida das pessoas. Para mim, isso faz todo sentido!”

*Selina Petersen,
Gerente Adm-Financeira*

DESPESAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS ADMINISTRATIVO 2018

DESPESAS POR PLANOS DE BENEFÍCIOS	PLANOS				TOTAL
	BD		CD		
	R\$	%	R\$	%	%
ADMINISTRATIVAS					
PESSOAL E ENCARGOS	809.028	41,72	4.552.324	44,17	5.361.352
CONSELHEIROS	38.869	2,00	218.711	2,12	257.580
DIRIGENTES	53.282	2,75	299.812	2,91	353.094
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	29.149	1,50	164.020	1,59	193.169
VIAGENS E ESTADIAS	42.851	2,21	241.121	2,34	283.972
SERVIÇO DE TERCEIROS	174.216	8,98	663.193	6,43	837.409
CONSULTORIA JURIDICA	197.690	10,19	1.112.383	10,79	1.310.073
DESPESAS GERAIS	414.605	21,38	2.261.502	21,94	2.676.107
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	31.542	1,63	177.485	1,72	209.027
TRIBUTOS	128.250	6,61	504.036	4,89	632.285
OUTRAS DESPESAS	19.881	1,03	111.866	1,09	131.747
SUBTOTAL	1.939.363	100	10.306.453	100	12.245.816



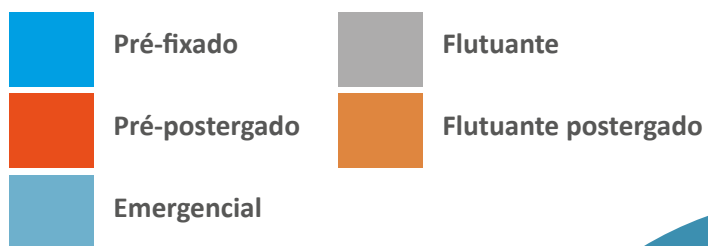
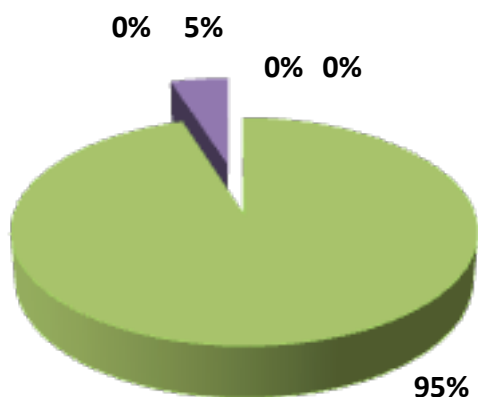
COMPARATIVO PATRIMÔNIO X DESPESA	BD	CD
PATRIMÔNIO	503.510.740	1.258.540.546
RELAÇÃO PERCENTUAL DESPESAS/PATRIMÔNIO	%	%
ADMINISTRATIVAS	0,39	0,82
GESTÃO INVESTIMENTOS		



EMPRÉSTIMOS

CONCESSÕES POR MODALIDADES ANUAL - 2018

CONCESSÕES POR MODALIDADE 2018 - BD		
TIPO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Pré-fixado	0	0
Pré-postergado	0	0
Flutuante	98	1.465.619
Flut. Postergado	5	155.803
Emergencial	0	0
Total	103	1.621.422



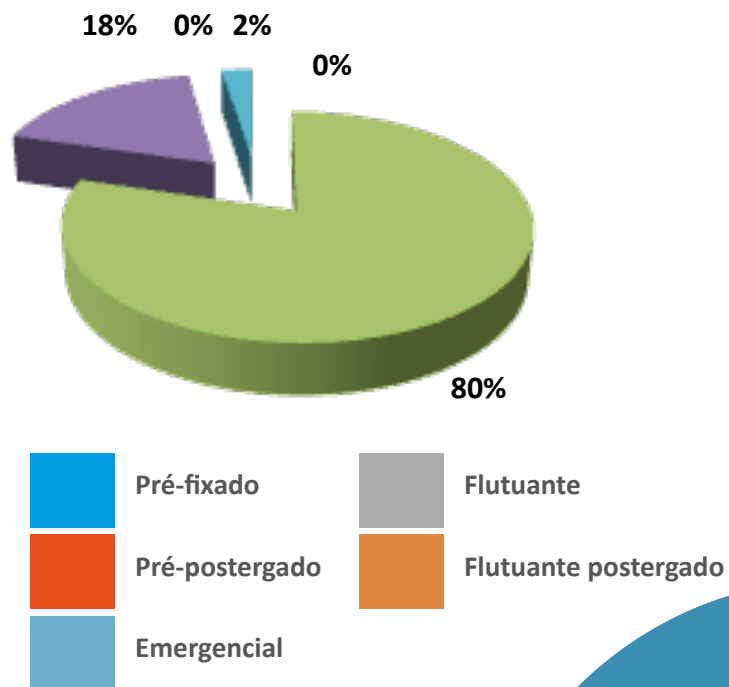
“Nosso objetivo é na solução dos seus problemas e na realização dos seus planos.”

*Tânia Cristina,
Técnica Financeira*

CONCESSÕES POR MODALIDADE 2018 - CD

TIPO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Pré-fixado	0	0
Pré-postergado	0	0
Flutuante	659	18.438.765
Flut. Postergado	148	4.327.657
Emergencial	21	46.910
Total	828	22.813.332

TOTAL	931	24.434.754
--------------	------------	-------------------



PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

*“É através da comunicação
que reforçamos a
importância de ser
previdente, e programar
o futuro com a ajuda da
FAELBA.”*

*Daiane Pereira,
Analista de Comunicação*





JORNAL IMPRESSO OU DIGITAL

Janeiro

A Faelba realizou em janeiro de 2018, consulta para saber de que forma – versão digital e/ou impressa – o seu público prefere receber as edições do Jornal. O objetivo é disseminar a informação, adequando ao hábito de leitura de cada Participante e Assistido da Entidade. O formulário foi disponibilizado no site da Fundação.

INFORME DE RENDIMENTOS

Fevereiro

Os informes de rendimentos, para efeito da declaração do imposto de renda, foram disponibilizados na área restrita do site da Faelba, em fevereiro de 2018. Os documentos foram elencados nas seguintes categorias: Assistidos dos Planos BD e CD, Participantes que fizeram resgate parcelado e beneficiários que receberam o pecúlio invalidez ou morte da Fundação em 2017. Os informes, para a Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda, foram, também, encaminhados via Correios.

MUDANÇA REGULAMENTO PLANO CD

Março

O Conselho Deliberativo, em reunião de 22.03.2018, aprovou a proposta de alteração do Regulamento do Plano de Contribuição Definida (CD). Para atender à legislação aplicável, a Faelba disponibilizou o quadro comparativo entre o texto regulamentar em vigor e o novo texto proposto para conhecimento dos Participantes e Assistidos vinculados ao Plano CD (Faelflex).



Março

BENEFÍCIO TEMPORÁRIO: PROCESSO VAI PARA A PREVIC

O Conselho Deliberativo, em reunião de 22.03.2018, aprovou a proposta, apresentada pela Diretoria Executiva da Faelba, para distribuição da Reserva Especial 2017 do Plano BD, através do pagamento do Benefício temporário, de valor igual a 06 (seis) benefícios mensais (tendo como valor-base de dezembro de 2017), em 02 (duas) parcelas mensais e consecutivas, a serem pagas a contar do mês seguinte à aprovação pela Previc. A Diretoria está responsável pela operacionalização do que foi deliberado pelo Colegiado junto ao órgão regulador e fiscalizador.



Abril

RECADASTRAMENTO GERAL - BD

Com foco na manutenção das informações cadastrais atualizadas, a Faelba iniciou em abril, o recadastramento geral da base de dados dos Participantes, Assistidos e Pensionistas do Plano de Benefício Definido (BD). O recadastramento é fundamental para a sustentabilidade dos planos de benefícios, pois visa a preservação dos Fundos e garante a segurança dos participantes e de seus dependentes quando necessitarem de atendimento ou recebimento de benefício.



Abril

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Faelba disponibilizou no site a Política de Segurança da Informação (PSI). O documento orienta e estabelece as diretrizes corporativas da Fundação para a proteção dos ativos de informação e a prevenção de responsabilidade legal. O Sistema de Gestão de Segurança da Informação foi implantado com base na metodologia da ABNT NBR ISO 27001:2013. O objetivo é estabelecer e manter o sistema, na busca da melhoria contínua nos níveis de confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e processos da Entidade.



Abril

BENEFÍCIO TEMPORÁRIO - PLANO BD

A Faelba protocolou junto à Previc no dia 10/04/2018, o processo de pagamento do Benefício Temporário para Participantes e Assistidos do Plano BD, com a respectiva reversão de valores ao Patrocinador. A Fundação aguarda o posicionamento do órgão Regulador e Fiscalizador, repassando todas as informações tempestivamente aos Participantes e Assistidos do Plano BD.



Abril

RELATÓRIO ANUAL 2017

O Relatório Anual Faelba 2017, com o descritivo das atividades da Faelba no ano de 2017, foi divulgado no site da Fundação no dia 25/04/2018. Os Participantes e Assistidos puderam conferir a prestação de contas em detalhes, com os números e as atividades realizadas pela gestão, entre outras informações importantes.



Maior

RECADASTRAMENTO GERAL

Com foco na manutenção das informações cadastrais atualizadas, a Faelba estendeu prazo para recadastramento geral da base de dados dos Participantes, Assistidos e Pensionistas do Plano de Benefício Definido (BD). O período inicial até 11 de maio foi estendido para 30 de maio de 2018.



Maio

FAELBA CERTIFICADA NA ISO 27001

Após auditoria pela certificadora ABS Quality Evaluations, a Faelba obteve no dia 03/05/2018, a Certificação de conformidade com base nos requisitos da ISO 27001:2013. A Fundação iniciou em 2017 o processo de implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI), para resguardar a gestão e as informações da Entidade em alinhamento com o conjunto de políticas, procedimentos e controles que definem as regras de segurança da



Junho

PERFIS DE INVESTIMENTO - 01 A 15 DE JUNHO DE 2018

De 1º a 15 de junho de 2018, foi possível ao Participante ou Assistido, vinculado ao Plano de Contribuição Definida (CD – Faelflex), realizar a movimentação dos Perfis de Investimento, através da área restrita do site da Fundação ou pelo Aplicativo da Faelba, no menu Perfis de Investimento.



Junho

FAELBA PARTICIPA DE 1º MBA DA UNIABRAPP

A Faelba foi a única Fundação do Nordeste que teve um representante no MBA em Gestão de Previdência Complementar da UniAbrapp, a gerente ADM-Financeira, Selina Petersen. O MBA em Gestão de Previdência Complementar da UniAbrapp tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento profissional dos que atuam no sistema e, conseqüentemente, para o fortalecimento da gestão e governança das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com capacitação e qualificação baseado na experiência de atuação da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

TREINAMENTO – TRIBUTAÇÕES E ISENÇÕES



Julho

Os Colaboradores da Faelba participaram em julho, da palestra sobre Tributações e Isenções dos Benefícios e Institutos pagos, ministrada pela advogada tributarista e consultora da ABRAPP, Patrícia Linhares. A capacitação teve como principais temas: regras e formas de aplicação dos regimes de tributação, condições que implicam as isenções destes impostos na previdência complementar, além de desmistificar os conceitos que envolvem os termos. Na palestra a advogada Patrícia Linhares, também, detalhou as vantagens de cada um dos regimes de tributação, Regressivo e Progressivo, ratificando as particularidades de ambos.

PALESTRA SOBRE CENÁRIO ECONÔMICO



Agosto

A Faelba recebeu em agosto, a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif que ministrou palestra sobre o Cenário Econômico Brasileiro. Participaram do encontro dirigentes e gestores de Fundos de Pensão baianos que ouviram da economista as impressões e estudos sobre o atual momento político brasileiro, os impactos que as próximas eleições podem causar ao cenário econômico do país, bem como os desafios que estão por vir.

MUDANÇA NA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS



Agosto

A Faelba informou aos seus Participantes e Assistidos que, a partir de 27/08/2018, a taxa de juros dos empréstimos nas modalidades Pós-Fixada e Emergencial saíria de 4,60% a.a. para 5,00% a.a., a fim de garantir o retorno do investimento em consonância com a meta atuarial, conforme decisão do Conselho Deliberativo, em agosto de 2018.



Agosto

BENEFICIO TEMPORÁRIO PARA ASSISTIDOS DO PLANO BD

O processo de distribuição do Superávit do Plano BD, no exercício de 2017, foi aprovado pela PREVIC, em 16/08/18, resultando no pagamento de Benefício Temporário a seus Participantes e Assistidos, bem como Reversão de Valores para o Patrocinador. Foi determinado que o pagamento, aos Assistidos e Participantes do BD, ocorresse em 06 (seis) Benefícios divididos em duas parcelas, nos meses de setembro e outubro, respectivamente, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.



Setembro

FAELBA NO INSTAGRAM

A Faelba chegou ao Instagram! Agora a Fundação pode ser seguida no perfil @faelbacomunica (www.instagram.com/faelbacomunica). A nova plataforma segue a mesma linha da página no Facebook e do perfil no Twitter, com postagens voltadas a Educação Financeira e Previdenciária, bem-estar, institucional e muitos outros assuntos relacionados ao negócio da Entidade. A ideia é estabelecer mais uma forma de comunicação, mas sem deixar de informar e educar de uma forma leve e descontraída.



Setembro

REGULAMENTO DO PLANO CD – O QUE MUDA PARA OS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

A Faelba divulgou em setembro de 2018, que estava em vigor o novo Regulamento do Plano de Contribuição Definida (CD), aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e publicada em 31/08/2018, no Diário Oficial da União (DOU). Entre as principais alterações o novo regulamento inclui a redução da carência de 60 para 30 meses no resgate das contribuições realizadas pelo Patrocinador, a opção dos Participantes Elegíveis a benefício, Assistidos e Beneficiários realizar contribuições voluntárias ao Plano e aos Assistidos a possibilidade de receber o benefício em 12 ou 13 parcelas por ano.



Agosto

PAGAMENTO 1ª PARCELA DO BENEFÍCIO TEMPORÁRIO

A Faelba efetuou em setembro, o pagamento da primeira parcela do Benefício Temporário, relativo ao exercício de 2017.



Outubro

FAELBA INICIA SÉRIE DE PUBLICAÇÕES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

No dia 01 de outubro de 2018, a Faelba iniciou uma série de publicações e ações de Educação Financeira e Previdenciária, onde foram publicadas, de forma alternada no site e enviadas por newsletter, definições sobre finanças e previdência. As ações têm como objetivo ampliar o conhecimento dos Participantes e Assistidos acerca das questões financeiras e previdenciárias, e, também, sobre o seu Plano Previdenciário na Faelba de forma simples e descontraída.



Outubro

FAELBA 44 ANOS

No dia 31 de outubro, a Fundação completou 44 anos. Celebrando a conquista de ser uma entidade referência no sistema de previdência complementar fechada, pautado no compromisso de administrar com transparência o patrimônio de seus Participantes e Assistidos. A Faelba, mantém sua consolidação no Sistema com o propósito de ajudar na qualidade de vida dos seus Participantes no momento da Aposentadoria.



Outubro

13º BENEFÍCIO PARA ASSISTIDOS DO PLANO CD

A Faelba divulgou em outubro, que conforme o novo Regulamento do Plano de Contribuição Definida (CD), aprovado pela Portaria nº 841, de 31/08/2018, os Assistidos do Plano CD podem solicitar a programação do pagamento de mais uma parcela do benefício mensal. A nova opção deve ser solicitada anualmente pelo Assistido do Plano CD, através do formulário, disponibilizado no site da Fundação.



Outubro

ELEIÇÃO FAELBA – 2018

A Faelba divulgou no site em outubro, o Regimento Eleitoral e o Edital de Convocação/Cronograma, documentos balizadores da eleição para Diretor de Segurança (DSE). Os candidatos interessados em concorrer puderam se inscrever no período de 26 a 31/10/2018, na Sede da Fundação.





Novembro

ELEIÇÃO DIRETOR DE SEGURIDADE 2018

De 26 a 29 de novembro de 2018, a Faelba realizou o processo de votação para escolha do novo Diretor de Seguridade (DSE) da Fundação. Participantes, Assistidos e Beneficiários puderam votar, através do site ou por telefone. Em 30 de novembro, com 60,05% dos votos válidos, Alvaro Moreira de Pinho Neto (Alvaro Pinho) foi reeleito, continuando à frente da Diretoria de Seguridade da. O administrador de empresas, Alvaro Pinho obteve 1.276 votos do total de 2.125. Pinho disputava o pleito com o também administrador de empresas Mauricio Porto Espinheira – Maurição (2,64% - 56 votos) e o engenheiro elétrico Leonidas Henriques Filho - Léo (36,38% - 773 votos).



Novembro

PALESTRAS PERFIS DE INVESTIMENTOS

Entre novembro e dezembro, a Faelba realizou Palestras para orientar os Participantes do Plano de Contribuição Definida (CD) no momento da Opção pelos Perfis de Investimento. As palestras foram realizadas em 9 unidades do Patrocinador Coelba no interior e também no Ed Sede, em Salvador. A Palestra dos Assistidos aconteceu no auditório da Faelba, no Ed Suarez Trade.



Novembro

FAELBA E VOCÊ

Assistidos dos Planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Definida (CD), prestigiaram na tarde do dia 7 de novembro, no auditório da entidade, o evento “Faelba e Você”, realizado em comemoração aos 44 anos da Fundação. O encontro voltado para os Assistidos teve como tema principal a palestra “A arte de envelhecer”, da Psicóloga Maiara Amaro.



Novembro

ABONO ANUAL – 2ª PARCELA

Pagamento da 2ª parcela do Abono Anual para os Aposentados e Pensionistas do Plano de Benefício Definido (BD).



Dezembro

PESQUISA DE SATISFAÇÃO 2018

A Faelba, em atendimento a requisito da Norma ISO 9001:2015 – Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), aplicou, entre 3 e 26 de dezembro de 2018, a Pesquisa de Satisfação no universo dos seus Participantes e Assistidos. O objetivo foi apurar a percepção e a satisfação desse público. A Pesquisa de Satisfação Faelba 2018 foi disponibilizada no formato online no site da Entidade. A meta de satisfação foi alcançada com o índice geral de 74% para os processos avaliados.



Dezembro

PERFIS DE INVESTIMENTO - 01 A 15 DE DEZEMBRO DE 2018

De 1º a 15 de dezembro de 2018, foi possível ao Participante ou Assistido, vinculado ao Plano de Contribuição Definida (CD – Faelflex), realizar a movimentação dos Perfis de Investimento, através da área restrita do site da Fundação ou pelo Aplicativo da

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





“Fornecemos as informações contábeis com qualidade aos nossos Participantes e Assistidos para o auxílio na tomada de suas melhores decisões.”

*Fabiana Lima,
Analista Contábil*

ÍNDICE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	87
Balanco patrimonial consolidado.....	90
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio social.....	92
Demonstração consolidada do plano de gestão administrativa.....	93
Demonstração dos ativos líquidos por plano de benefício - benefício definido.....	95
Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - benefício definido.....	96
Demonstração dos ativos líquidos por plano de benefício - contribuição definida.....	97
Demonstração das mutações do ativo líquido por plano de benefícios - contribuição definida.....	98
Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - contribuição definida.....	99
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	100

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Participantes e Patrocinadores da
**FAELBA - Fundação Coelba de Previdência
Complementar**
Salvador – BA

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação dos ativos líquidos, e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda

liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador (BA), 27 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6

Henrique Piereck de Sá
Contador CRC PE 023398/O-3



*“Contabilizando os frutos da
vida dos Participantes.”*

*Annibal Dias,
Analista Contábil*

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Disponível		794	579
Realizável		1.844.814	1.800.810
Gestão previdencial	7	2.596	3.134
Gestão administrativa	8	57	128
Investimentos	9	1.842.161	1.797.548
Fundos de investimento		1.772.698	1.730.270
Investimentos imobiliários		28.623	29.569
Empréstimos e financiamentos		40.840	37.709
Permanente		930	679
Imobilizado		930	664
Intagível		-	15
Total do ativo		1.846.538	1.802.068

	Notas	2018	2017
Passivo			
Exigível operacional	10	3.645	7.935
Gestão previdencial		1.840	5.532
Gestão administrativa		1.788	2.348
Investimentos		17	55
Exigível contingencial	11	40.994	41.844
Gestão previdencial		40.994	41.844
Patrimônio social		1.801.900	1.752.289
Patrimônio de cobertura do plano	12	1.717.464	1.666.155
Provisões matemáticas		1.633.820	1.587.177
Benefícios concedidos		1.071.167	1.003.210
Benefícios a conceder		562.653	583.967
Equilíbrio técnico		83.644	80.978
Superávit técnico		83.644	80.978
Fundos	13	84.435	84.134
Fundos previdenciais		44.586	41.484
Fundos administrativos		36.736	39.998
Fundos dos investimentos		3.113	2.652
Total do passivo		1.846.538	1.802.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017	Variação (%)
Patrimônio social - início do exercício	1.752.289	1.664.727	5
Adições	190.597	228.014	(16)
Contribuições previdenciais	27.352	25.631	7
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	153.572	188.862	(19)
Reversão líquida de contingências – gestão previdencial	228	-	100
Receitas administrativas	6.318	8.951	(29)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	2.665	3.993	(33)
Constituição de fundos de investimento	462	577	(20)
Destinações	(140.986)	(140.452)	(0)
Benefícios	(128.740)	(127.746)	(1)
Constituição líquida de contingências – gestão previdencial	-	(1.725)	100
Despesas administrativas	(12.246)	(10.981)	12
Acréscimo no patrimônio social	49.611	87.562	(43)
Provisões matemáticas	46.643	78.991	(40)
Superávit técnico do exercício	2.666	5.537	(52)
Fundos previdenciais	3.103	495	(527)
Fundos administrativos	(3.263)	1.962	(266)
Fundos dos investimentos	462	577	(20)
Patrimônio social - final do exercício	1.801.900	1.752.289	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017	Variação (%)
Fundo administrativo do exercício anterior	39.998	38.036	5
Custeio da gestão administrativa	8.983	12.944	(31)
Receitas	8.983	12.944	(31)
Custeio administrativo da gestão previdencial	6.134	8.707	(30)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	180	239	(25)
Resultado positivo líquido dos investimentos	2.665	3.993	(33)
Outras receitas	4	5	(20)
Despesas administrativas	(12.246)	(10.982)	12
Administração previdencial	(9.660)	(8.478)	14
Pessoal e encargos	(4.734)	(4.075)	16
Treinamentos/congressos e seminários	(151)	(215)	(30)
Viagens e estadias	(198)	(165)	20
Serviços de terceiros	(1.714)	(1.401)	22
Despesas gerais	(2.010)	(1.757)	14
Depreciações e amortizações	(183)	(120)	53
Tributos	(555)	(689)	(19)
Outras despesas	(115)	(56)	105
Administração dos investimentos	(2.586)	(2.504)	3
Pessoal e encargos	(1.238)	(1.158)	7
Treinamentos/congressos e seminários	(42)	(34)	24
Viagens e estadias	(86)	(54)	59
Serviços de terceiros	(433)	(405)	7
Despesas gerais	(666)	(729)	(9)
Depreciações e amortizações	(26)	(17)	53
Tributos	(79)	(99)	(20)
Outras despesas	(16)	(8)	100
Sobra da gestão administrativa	(3.263)	1.962	(266)
Constituição do fundo administrativo	(3.263)	1.962	(266)
Fundo administrativo do exercício atual	36.736	39.998	(8)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – BENEFÍCIO DEFINIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017	Variação (%)
Ativos	546.022	541.416	1
Disponível	11	16	(31)
Recebível	8.617	19.359	(8)
Investimento	537.394	532.041	(1)
Fundos de investimento	524.102	518.642	(1)
Investimentos imobiliários	11.315	11.689	(3)
Empréstimos e financiamentos	1.977	1.710	16
Obrigações	35.446	36.302	(2)
Operacional	772	609	(27)
Contingencial	34.674	35.693	(3)
Fundos não previdenciais	7.066	7.097	(0)
Fundos administrativos	6.513	6.963	(3)
Fundos dos investimentos	553	404	37
Ativo líquido	503.510	498.017	1
Provisões matemáticas	380.210	379.207	0
Superávit técnico	83.644	80.978	(3)
Fundos previdenciais	39.656	37.832	5
Apuração do equilíbrio técnico ajustado			
Equilíbrio técnico	83.644	80.978	3
Ajuste de precificação	41.546	42.083	(1)
Equilíbrio técnico ajustado	125.190	123.062	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO DEFINIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	498.017	505.311	(1)
Adições	57.920	46.867	(24)
Contribuições	121	16	(645)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	57.415	46.851	(23)
Reversão líquida de contingências - Gestão Previdencial	384	-	100
Destinações	(52.427)	(54.161)	3
Benefícios	(51.128)	(50.615)	(1)
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	-	(1.235)	100
Custeio administrativo	(1.299)	(2.311)	44
Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido	5.494	(7.294)	175
Provisões matemáticas	1.003	(15.981)	106
Fundos previdenciais	1.825	3.151	(42)
Superávit técnico do exercício	2.666	5.537	(52)
Ativo líquido - final do exercício	503.510	498.017	1
Fundos não previdenciais	7.066	7.097	(0)
Fundos administrativos	6.513	6.695	(3)
Fundos dos investimentos	553	402	38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – BENEFÍCIO DEFINIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017	Variação (%)
Provisões técnicas	463.853	534.722	(13)
Provisões matemáticas	380.209	379.207	0
Benefícios concedidos	376.608	372.465	1
Benefício definido	376.608	372.465	1
Benefício a conceder	3.601	6.742	(46)
Benefício definido	3.601	6.742	(46)
Equilíbrio técnico	83.644	80.978	3
Resultados realizados	83.644	80.978	3
Superávit técnico acumulado	83.644	80.978	3
Reserva de contingência	71.175	71.518	(0)
Reserva para revisão de plano	12.469	9.460	32
Fundos	40.209	38.236	(5)
Fundos previdenciais	39.656	37.832	(5)
Fundos dos investimentos - gestão previdencial	553	404	37
Exigível operacional	772	609	(27)
Gestão previdencial	767	598	(28)
Investimentos - gestão previdencial	4	11	(63)
Exigível contingencial	34.674	35.693	(3)
Gestão previdencial	34.674	35.693	(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017	Varição (%)
Ativos	1.298.728	1.258.304	3
Disponível	757	483	57
Recebível	30.715	33.774	(9)
Investimento	1.267.256	1.224.047	4
Fundo de investimento	1.211.085	1.170.168	3
Investimentos imobiliários	17.308	17.880	(3)
Empréstimos e financiamentos	38.863	35.999	8
Obrigações	7.405	11.129	(33)
Operacional	1.085	4.977	(78)
Contingencial	6.320	6.152	3
Fundos não previdenciais	32.783	35.553	(8)
Fundos administrativos	30.223	33.304	(9)
Fundos dos investimentos	2.560	2.249	14
Ativo Líquido	1.258.541	1.211.622	4
Provisões matemáticas	1.253.611	1.207.970	4
Fundos previdenciais	4.930	3.652	35



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017	Variação (%)
Ativo líquido - início do exercício	1.211.622	1.119.306	8
Adições	129.523	176.333	(27)
Contribuições	33.366	34.322	(3)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	96.157	142.011	(32)
Destinações	(82.605)	(84.017)	(2)
Benefícios	(77.612)	(77.131)	1
Constituição líquida de contingências - gestão previdencial	(157)	(490)	(68)
Custeio administrativo	(4.836)	(6.396)	(24)
Acréscimo no ativo líquido	46.918	92.316	(49)
Provisões matemáticas	45.640	94.972	(52)
Fundos previdenciais	1.278	(2.656)	(148)
Ativo líquido - final do exercício	1.258.541	1.211.622	4
Fundos não previdenciais	32.783	35.553	(8)
Fundos administrativos	30.223	33.304	(9)
Fundos dos investimentos	2.560	2.249	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

31 DE DEZEMBRO DE 2018

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2018	2017	Variação (%)
Provisões técnicas	1.268.506	1.225.001	4
Provisões matemáticas	1.253.611	1.207.970	4
Benefícios concedidos	694.498	630.745	10
Contribuição definida	694.498	630.745	10
Benefício a conceder	559.113	577.226	(3)
Contribuição definida	559.113	577.226	(3)
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	249.414	255.045	(2)
Saldo de contas - parcela participantes	309.699	322.181	(3)
Fundos	7.490	5.901	27
Fundos previdenciais	4.930	3.652	35
Fundos dos Investimentos - gestão previdencial	2.560	2.249	14
Exigível operacional	1.085	4.977	(78)
Gestão previdencial	1.073	4.934	(78)
Investimentos - gestão previdencial	12	43	(72)
Exigível contingencial	6.321	6.152	3
Gestão previdencial	6.321	6.152	3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2018
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar (“FAELBA” e ou “Entidade”) é uma Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, localizada à Avenida Tancredo Neves, 450, sala 3.302, Caminho das Árvores, Salvador-BA, constituída em 31 de outubro de 1974, sob a forma de fundação, por prazo indeterminado, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por meio da Portaria nº 1.681, de 6 de julho de 1979, publicada no DOU de 10 de julho de 1979, processo MPAS nº 301.855/79.

A Entidade obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) e às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional (CMN) divulgadas pelo Banco Central do Brasil, tendo como órgão fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, estando disciplinada pela Lei Complementar nº 109/2001 e alterações posteriores.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como principal finalidade administrar Planos de Benefícios de natureza previdenciária, patrocinados e/ou

instituídos, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social e assegurar aos seus Participantes (Ativos, Autopatrocinados, Assistidos e Pensionistas) as prestações estabelecidas em seus Planos de Benefícios Previdenciários mediante seus respectivos regulamentos.

De acordo com artigo 34 da Lei Complementar nº 109/2001, a FAELBA é uma entidade multipatrocinada que, atualmente, administra dois planos de benefícios previdenciários, quais sejam:

A) PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - BD

Denominado Plano de Benefícios Previdenciários nº 002 (“Plano BD”), registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC sob o nº 19.740.005-83, é um plano coletivo, de característica solidária, em que os Participantes e o Patrocinador contribuem para o Plano. Nesse modelo de Plano, o valor do benefício a ser concedido ao Participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos salários reais de contribuição (SRC), devidamente corrigidos pelos índices de reajuste salarial do Patrocinador. O Plano BD está fechado à novas adesões desde 30 de setembro de 1998. Além dos Assistidos, o Plano ainda conta com Participantes Ativos remanescentes do processo de migração.

Para os Participantes do Plano BD, em dezembro de 2010, ocorreu a quitação do Plano BD e consequente suspensão definitiva das contribuições, em decorrência do superávit técnico apurado em 31 de dezembro de 2010, conforme parecer atuarial.

B) PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA - CD

Denominado Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 – FAELFLEX (“Plano CD”), é registrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (SPPC) sob o nº 19.980.036-47. Nesse modelo de Plano, no momento da filiação do Participante fica definido o valor que ele e o Patrocinador vão contribuir mensalmente. Essas contribuições do Participante e do Patrocinador, acrescidas das rentabilidades mensais, formam a reserva matemática do participante no Plano de Benefício. Esse montante será o suporte para o pagamento dos benefícios, quando o participante reunir as condições para se aposentar. Esse plano encontra-se aberto a novas adesões.

Os recursos de que a Entidade dispõe para cumprir seu principal objetivo são oriundos:

- Das contribuições de suas Patrocinadoras, a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, a própria FAELBA - Fundação Coelba de Previdência Complementar e Tracol Serviços Elétricos Ltda. No Plano de Contribuição Definida (CD), para os exercícios findos em 2018 e 2017, as Patrocinadoras COELBA e FAELBA contribuíram com valor igual à contribuição do participante, mais 0,51% (0,51% em 2017) do salário real de contribuição dos Participantes Ativos para benefícios de risco (morte/invalidez), acrescida de 2,00% (2,00% em 2017) para cobertura das despesas administrativas, até setembro de 2018, sendo suspensas, por deliberação do Conselho Deliberativo, por um período de 12 meses, a partir de outubro de 2018. Para a Patrocinadora Tracol não

houve contribuição para benefícios de risco (morte/invalidez).

- Das contribuições de seus Participantes, em que o Participante do Plano CD no momento da sua filiação dispõe de cinco faixas de contribuição: 50%, 70%, 80%, 90% e 100% do valor base de sua contribuição. Conjuntamente a isso, o Patrocinador passa a contribuir com igual valor, formando a sua reserva matemática.
- Dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que obedecem ao disposto na Resolução BACEN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e suas alterações, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A Entidade aplica a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

As Patrocinadoras são responsáveis pelo processamento da folha de pagamento dos Participantes Ativos, base para o recebimento das contribuições e pela atualização do cadastro de Participantes, que alimenta os cálculos atuariais para determinação das reservas matemáticas dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía um total de 6.379 (5.448 em 2017) Participantes, conforme composição a seguir:

Plano	Participantes ativos		Participantes assistidos		Pensionistas		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Benefício definido	3	5	668	681	259	251	930	937
Contribuição definida	4.001 ^(*)	3.136 ^(*)	1.448 ^(**)	1.375 ^(**)	-	-	5.449	4.511
	4.004	3.141	2.116	2.056	259	251	6.379	5.448

(*) Este número contempla Participantes em condições de Vinculados, Autopatrocinados e Desligados, Suspensos, Cancelados e Auxílio Doença.

(**) Este número contempla Participantes em condições de pecúlio invalidez convertido em renda

PERFIS DE INVESTIMENTO

A FAELBA implantou os perfis de investimento para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 - FAELFLEX, a partir de março de 2008, possibilitando aos Participantes desse plano, optar por uma das três modalidades de perfis:

- O perfil básico, em que os recursos são aplicados 100% em renda fixa, imóveis, operações com Participantes e estruturados;
- O perfil diferenciado, em que o participante pode optar pela alocação de 10% a 50% da sua reserva matemática em renda variável; e
- O perfil conservador, implantado na FAELBA em janeiro de 2014, aplica 100% do patrimônio em Ativos indexados ao CDI e/ou SELIC em um fundo de renda fixa condominial fechado.



1. CONTEXTO OPERACIONAL CONTINUAÇÃO

b) Plano de Contribuição Definida - CD - Continuação

Os três perfis de investimento estão com as seguintes composições acumuladas das reservas em 31 de dezembro de 2018:



Perfil	Qtde de Participantes	Volume de recursos (*)	Rentabilidade (%)
Básico	1.187	856.918	7,61
Diferenciado	3.221	149.989	14,20
Conservador	1.041	256.538	6,53
	5.449	1.263.446	

(*) Não incluído o saldo de (R\$ 9.835) relativo à valorização das cotas ainda não incorporadas.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 27 de março de 2019.

BASE DE PREPARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE]

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades autorizadas e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), sob a fiscalização e supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e em atendimento às disposições legais dos órgãos

normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução MPAS/CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e alterações; e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de Ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração de resultado e fluxos de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de Ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

2. BASE DE PREPARAÇÃO CONTINUAÇÃO

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar apresentam as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial Consolidado – evidencia, quantitativa e qualitativamente, de forma resumida, a posição patrimonial e financeira da Entidade em uma determinada data;
- Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Social (DMPS) – mostra a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no patrimônio social do conjunto de planos de benefícios administrados pela Entidade;
- Demonstração das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL) – evidencia as modificações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios no exercício;
- Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – demonstra a atividade administrativa da Entidade, evidenciando a alteração do fundo administrativo;
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano

de Benefícios (DAL) – evidencia os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios; e

- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) – apresenta as provisões técnicas, que é a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Entidade.

A estruturação contábil e as demonstrações contábeis são apresentadas segregadas em 3 (três) sistemas de gestão distintos, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade, quais sejam:

- Gestão Previdencial - atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do Plano de Benefícios de natureza previdenciária.
- Gestão Administrativa - atividade de registro e de controle das receitas e despesas administrativas, do Ativo permanente, bem como dos fatos inerentes à administração dos Planos de Benefícios; sendo os registros das operações administrativas efetuados em um ambiente contábil denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA), cujo patrimônio próprio chamado fundo administrativo, segregado por Plano de Benefícios.
- Fluxo dos investimentos - atividade de registro e controle referente à aplicação dos recursos da gestão previdencial e da gestão administrativa. Tais registros são efetuados em contas específicas dentro de cada gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis consolidadas e por Plano são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2018, com base no julgamento da Administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo (Nota 12), as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações (Nota 11), a provisão para crédito de liquidação duvidosa, entre outros.

A Administração da Entidade não identificou a

existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis, consolidadas e por plano, foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos Ativos e passivos financeiros, cuja base de mensuração está descrita nas práticas contábeis correspondentes a cada um deles ao longo dessas demonstrações contábeis.

6. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

a) Registro das adições, deduções, receitas, despesas, rendas/variações positivas e deduções/variações negativas

As adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do fluxo de investimentos são escrituradas pelo regime de competência, exceto receitas provenientes das contribuições de Autopatrocinados, registradas pelo regime de caixa.

b) Reservas matemáticas e fundos da gestão previdencial

Para o Plano BD, as reservas matemáticas e os fundos previdenciais são apurados com base em cálculos atuariais procedidos por atuário externo.

Para o Plano CD, as reservas matemáticas são constituídas pelo somatório das reservas individuais dos Participantes. Elas representam os compromissos, acumulados no encerramento do exercício, com benefícios concedidos e a conceder aos Participantes, Assistidos e Pensionistas.

c) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável; e é provável que um recurso econômico

seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

As principais provisões e correspondentes práticas contábeis mantidas pela Entidade em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

i) Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, anexo “A” da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

ii) Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

Registra as férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias; 13º salários provisionados, segundo o regime de competência, no Plano de Gestão Administrativa – PGA acrescidos dos encargos sociais.

iii) Provisão para contingências

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. Este montante é atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados Patrocinadores dos processos.

O registro da provisão é realizado no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem e, existindo depósito judicial, este deve ser registrado no Ativo realizável.

iv) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas com bases atuariais, por e sob a responsabilidade do atuário contratado pela Entidade; e correspondem aos compromissos acumulados no encerramento do exercício, segregados por Plano de Benefício, assegurado aos Participantes ou aos seus Beneficiários, na forma prescrita no regulamento do Plano de Benefícios.

- Benefícios concedidos - correspondem ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos Participantes e Beneficiários já em gozo de benefício.
- Benefícios a conceder - registra o valor presente dos saldos dos benefícios a serem pagos aos Participantes da geração atual que, ainda não estejam em gozo de benefício, avaliado de acordo com a nota

técnica atuarial.

d) Ativo realizável - fluxo de investimentos

Na gestão dos seus investimentos a Entidade utiliza a estrutura UNIFUNDO, em que os recursos financeiros são aplicados solidariamente entre os Planos de Benefícios e a estrutura MULTIFUNDO, cuja gestão dos recursos financeiros é individualizada por Planos de Benefícios. Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento das rendas e deduções são os seguintes:

i) Créditos privados e depósitos/fundos de investimentos de renda fixa e multimercado

Os investimentos estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

As rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Os títulos pré e pós fixados e com vencimento superior a 365 dias mantidos na carteira até o vencimento consideram a capacidade financeira da Entidade, atestada em parecer atuarial. O critério de avaliação contábil é o da marcação pela curva do rendimento de

forma proporcional (pro rata) até o vencimento.

Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações contábeis. Ativos relevantes alocados desses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

ii) Ações e fundos de investimentos de ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à do balanço, na Bolsa de Valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez.

Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são apurados pelo regime de competência. A avaliação dos Ativos de renda variável deve ser feita utilizando-se a última cotação diária de fechamento do mercado em que o Ativo apresentar maior liquidez, desde que tenha sido negociado pelo menos uma vez nos últimos 90 (noventa) dias.

Na hipótese de Ativos sem negociação nos últimos 90 (noventa) dias, o valor do título deverá ser avaliado pelo menor entre os seguintes valores: custo de aquisição;

última cotação disponível; último valor patrimonial do título divulgado à CVM; ou valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data-base das demonstrações contábeis. Ativos relevantes alocados nesses fundos vêm sendo avaliados a valor de mercado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 04/2002 e alterações, e na Instrução CVM nº 438/2006.

iii) Investimentos imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados ao valor decorrente das reavaliações realizadas. As depreciações das construções são calculadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano, considerando o tempo de vida útil remanescente estipulada no laudo de avaliação e sua contrapartida é lançada como despesa nos investimentos.

As receitas provenientes dos aluguéis são registradas no resultado, na rubrica “Investimentos imobiliários” na gestão de investimentos.

iv) Operações com Participantes

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos Participantes oriundos de empréstimos concedidos

pela Entidade, deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização desses créditos. Entende-se por valor atualizado, o valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais.

Os empréstimos a Participantes são remunerados de acordo com os critérios abaixo:



Modalidade	Prazo	Participantes	Taxa de juros 2018	Taxa de juros 2017
Empréstimo pós-fixado (*) D	e 1 a 60 meses De 1 a 72 meses	Plano BD Plano CD	IPCA + 5,00% a.a.	INPC + 4,60% a.a.
Empréstimo emergencial	Até 12 meses	Plano BD e CD	IPCA + 5,00% a.a.	INPC + 4,60% a.a.

(*) Também chamado de empréstimo flutuante

Em janeiro de 2018, foi implementada, para os dois Planos, a cobrança da Taxa de Risco na modalidade Emergencial, e a aplicação da Taxa por faixa etária para o Plano CD.

TAXA DE RISCO

Taxa cobrada mensalmente sobre as parcelas dos empréstimos concedidos a Participantes do Plano CD e, no ato da concessão a empréstimos, concedidos a Participantes do Plano BD para constituição de fundos com a finalidade específica de liquidar o saldo devedor do participante em caso de falecimento.



PLANO CD

Modalidade	Faixa etária na concessão	Taxa de risco	Prazo máximo de amortização
Pós-fixado	Até 60 anos	0,045% a.m.	72 meses
Pós-fixado	De 61 a 65 anos	0,052% a.m.	60 meses
Pós-fixado	De 66 a 70 anos	0,064% a.m.	48 meses
Pós-fixado	De 71 a 75 anos	0,070% a.m.	24 meses
Pós-fixado	Acima de 75 anos	0,080% a.m.	12 meses
Emergencial	Independente	0,045% a.m.	12 meses

PLANO BD

Modalidade	Faixa etária na concessão	Taxa de risco		Prazo máximo de amortização
		Sem aval	Com aval	
Pós-fixado	Até 60 anos	3,01%	-	60 meses
Pós-fixado	De 61 a 65 anos	6,28%	-	60 meses
Pós-fixado	De 66 a 70 anos	7,29%	-	48 meses
Pós-fixado	De 71 a 75 anos	5,37%	-	24 meses
Pós-fixado	Acima de 75 anos	5,20%	-	12 meses
Emergencial	Independente	4,42%	-	12 meses

e) Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição e direito do uso de Software, deduzidos de depreciação e amortização calculada pelo método linear estabelecido em função do tempo de vida útil dos bens às seguintes taxas anuais: 10% para instalações, móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para softwares, computadores e periféricos.

f) Operações administrativas

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e diretas), deduzidas

das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo. O saldo do fundo administrativo é segregado por Plano de Benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores, Participantes e Assistidos dos planos. O critério para determinação do saldo do fundo administrativo está descrito na Nota 13 b).

As fontes de custeio da gestão administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e

está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

g) Tributos Federais - Imposto de renda e PIS/COFINS

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, onde o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos Assistidos e o instituto do resgate dos planos da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.



7. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os valores a receber e direitos relativos às contribuições de Patrocinadores e Participantes, observando-se o plano de custeio. As contribuições são reconhecidas pelo regime de competência, exceto os registros relativos às contribuições dos Autopatrocinados vinculados ao Plano de Contribuição Definida que são efetuados com base no regime de caixa.

A gestão previdencial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está composta conforme discriminado a seguir:

Depósitos judiciais/recursais Depósitos judiciais

2018	2017
2.596	3.134
2.596	3.134

8. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

A composição dos realizáveis da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

Contribuições para custeio
Responsabilidade de empregados
Responsabilidade de terceiros

2018	2017
57	78
-	50
57	128

9. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS E PGA)

A composição dos realizáveis da gestão administrativa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é a seguinte:

	2018	2017
Fundos de investimento	1.772.698	1.730.270
Renda fixa	993.227	1.041.531
Ações	166.574	140.979
Multimercado	598.250	534.707
Participações	14.647	13.053
Investimentos imobiliários	28.623	29.569
Aluguéis e renda		
Uso próprio	4.190	4.636
Locadas a terceiros	4.744	4.841
Rendas de participações	19.689	20.093
Operações com Participantes	40.840	37.709
	1.842.161	1.797.548

INVESTIMENTOS POR PLANO

A Entidade aplica os recursos dos planos de benefícios nos segmentos conforme determina a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de setembro de 2018, e estão posicionados em 31 de dezembro de 2018 da seguinte forma:



	BD	CD	PGA	Total
Renda fixa				
Fundos de renda fixa	522.411	422.781	37.511	982.703
Multimercados	-	555.340	-	555.340
Renda variável				
Fundos de ações	-	151.776	-	151.776
Investimentos estruturados				
Participações	1.691	12.956	-	14.647
Multimercados	-	42.910	-	42.910
Investimentos no exterior				
Fundos de ações	-	14.798	-	14.798
Renda Fixa	-	10.524	-	10.524
	524.102	1.211.085	37.511	1.772.698
Imóveis	11.315	17.308	-	28.623
Operações com participantes	1.977	38.863	-	40.840
	537.394	1.267.256	37.511	1.842.161

DESEMPENHO POR SEGMENTO DE INVESTIMENTOS

Segmentos	Rentabilidade dos ativos consolidada		Rentabilidade dos ativos plano BD		Rentabilidade dos ativos plano CD		Rentabilidade dos ativos PGA	
	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano	% Ano
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Renda fixa	8,68	10,26	11,43	8,69	7,29	11,11	6,98	10,56
Renda variável	15,97	26,95	-	-	15,97	26,95	-	-
Investimentos no exterior	2,16	23,20	-	-	2,16	23,20	-	-
Investimentos estruturados	4,60	11,22	2,16	17,27	4,68	10,99	-	-
Investimentos imobiliários	4,85	41,45	4,85	41,45	4,85	41,45	-	-
Operações com participantes	8,93	6,64	8,39	6,48	8,96	6,67	-	-
Total	8,95	11,69	11,24	9,23	8,04	12,88	6,98	10,56

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Considerando a necessidade de diversificação das estratégias, em maio de 2014, a FAELBA adquiriu cotas de fundos de investimentos no exterior, voltados à atuação global (companhias domiciliadas ou com atividades em países desenvolvidos e com alto crescimento em dividendos) e a mercados desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Japão, Canadá, dentre outros). Em linha com a estratégia de diversificação dos investimentos, em outubro de 2017, a FAELBA adquiriu cotas de fundos de investimento no exterior voltados para a renda fixa.

O segmento de investimento no exterior no Plano CD apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio de R\$ 25.322 (R\$ 24.786 em 2017).

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e alterações posteriores e CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, respectivamente, a composição dos títulos e valores mobiliários são classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, devendo ser precificados a valor de mercado.

ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para as quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos.

A composição dos títulos está assim demonstrada em 31 de dezembro de 2018 e 2017:



*“Saber escutar e se relacionar,
é essencial para a excelência
nos resultados da Faelba.”*

*Shirley Pinto,
Secretária da Diretoria.*

A) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCIMENTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para negociação	60.653	1.453.850	1.772.698	37.511	524.102	1.211.085	
Fundos de Investimentos	60.653	1.453.850	1.772.698	37.511	524.102	1.211.085	
Renda Fixa	6.706	475.354	647.448	37.511	-	87.526	
FEF PGA FUNDO DE INVESTIMENTO RF	15	34.254	37.511	37.511	-	-	
LFT	1	10.704	11.855	11.855	-	-	2020 a 2022
LTN	7	4.995	6.565	6.565	-	-	2020
NTN-B	2	5.159	5.839	5.839	-	-	2019 a 2055
NTN-F	4	4.054	4.159	4.159	-	-	2021
DEBENTURES	0	3.450	3.206	3.206	-	-	2022
Op Compromissadas	1	5.892	5.892	5.892	-	-	2022 a 2027
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(6)	(6)	-	-	
BRADESCO FI RF FEF ATUARIAL BD	1.041	362.341	522.411	-	522.411	-	
LFT	0	200	237	-	237	-	2022
NTN-B	130	280.337	433.961	-	433.961	-	2020 a 2050
NTN-C	4	7.896	14.343	-	14.343	-	2021
Op Compromissadas	77	68.613	68.630	-	68.630	-	2020
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	829	4.173	4.173	-	4.173	-	
DEBENTURES	1	1.121	1.095	-	1.095	-	2020
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(28)	-	(28)	-	
Cotas de Fundos Abertos	5.650	78.759	87.526	-	-	87.526	
ICATU VANGUARDA IPC	3.684	9.912	12.445	-	-	12.445	
SULAMERCIA INFLATIE	1.966	68.847	75.080	-	-	75.080	
Ações	17.620	146.363	151.776	-	-	151.776	
FT FEF CD FIA	3.891	102.437	100.918	-	-	100.918	
Ações	3.824	97.633	94.910	-	-	94.910	
Cotas de Fundo - SANT TIT PUB FIC LP	67	4.804	4.804	-	-	4.804	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	1.204	-	-	1.204	
Cotas de Fundos Abertos	13.729	43.926	50.858	-	-	50.858	
BNP PARIBAS ACTION FIA	27	7.000	7.239	-	-	7.239	
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	12.736	14.965	-	-	14.965	
OCEANA SELECT FIC FIA	3.720	7.000	8.263	-	-	8.263	
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	9	-	-	9	
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	1.895	5.000	8.258	-	-	8.258	
BRASIL CAPITAL 30 FIC FIA	5.426	10.000	12.125	-	-	12.125	

Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCIMENTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Multimercados	2.341	491.261	555.340	-	-	555.340	
FEF CD SANTANDER FI MULTIMERCADO	26	133.404	149.642	-	-	149.642	
DEBENTURES	2	4.255	3.558	-	-	3.558	2019 a 2022
LFT	12	103.345	119.004	-	-	119.004	2020 a 2023
LTN	1	636	1.000	-	-	1.000	2019
NTN-B	7	21.800	21.734	-	-	21.734	2019 a 2050
NTN-F	4	3.212	4.109	-	-	4.109	2021 a 2025
Op Compromissadas	0	270	270	-	-	270	2019
Opções Futuros	0	85	0	-	-	0	2019
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber						(33)	
ITAU FIM FEF CD	19	152.923	158.837	-	-	158.837	
LF	0	6.300	7.564	-	-	7.564	2019
LFT	14	130.852	135.640	-	-	135.640	2019 a 2021
NTN-B	5	15.772	15.638	-	-	15.638	2019 a 2055
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(5)	-	-	(5)	
BRADESCO FI MULTIMERCADO FEF CD	921	142.691	154.625	-	-	154.625	
Cotas de Fundo - BRAM FI REF CASH DI	844	-	4.249	-	-	4.249	
DEBENTURES	1	2.642	2.206	-	-	2.206	2019 a 2020
LFT	9	79.840	87.866	-	-	87.866	2019 a 2024
NTN-B	0	185	228	-	-	228	2023
Op Compromissadas	67	59.770	59.785	-	-	59.785	2020
Opções Futuros	-	254	296	-	-	296	2019 a 2020
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(4)	-	-	(4)	
SULAMERICA FAELBA INEMA FI MULT.	1.375	62.242	92.237	-	-	92.237	
Cotas de Fundos de Investimentos - Total	1.357	-	21.895	-	-	21.895	
CHE 9 FIDC SEN	1	-	710	-	-	710	
FIDC RCI BRASIL I	1	-	75	-	-	75	
ITAU INST ALOCAÇÃO D	207	-	3.239	-	-	3.239	
MODAL MULT INST FIF	514	-	2.655	-	-	2.655	
SILVERADO 6 SER MAX	1	-	13	-	-	13	
SULAM RF ATIVO FI LP	96	-	3.972	-	-	3.972	
SUL AMERICA JUOREAL	188	-	3.256	-	-	3.256	
SULA EVOLUTION FIM	350	-	7.975	-	-	7.975	
DEBENTURES	6	13.474	12.933	-	-	12.933	2019 a 2026
LF	0	2.250	2.394	-	-	2.394	2020
LFSC	0	1.800	1.849	-	-	1.849	2050
LFSN	0	10.800	17.374	-	-	17.374	2021 a 2022
LFT	1	12.895	14.734	-	-	14.734	2020 a 2023
NTN-B	4	14.279	14.391	-	-	14.391	2021 a 2022
Opções de Futuros	-	(0)	(0)	-	-	(0)	
Op Compromissadas	7	6.744	6.746	-	-	6.746	2019
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(80)	-	-	(80)	
Referenciado	36	267.099	335.256	-	-	335.256	
FEF VOTORANTIM FI RENDA FIXA CDI	36	267.099	335.256	-	-	335.256	
LFT	33	258.607	326.781	-	-	326.781	2020 a 2023
Op Compromissadas	2	8.492	8.494	-	-	8.494	2030
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(20)	-	-	(20)	
Estruturados	18.947	52.772	57.557	-	1.691	55.866	
Cotas de Fundos Multimercado	18.946	33.300	42.910	-	-	42.910	
SAFRA GALILEO INSTITUCIONAL	29	8.000	12.567	-	-	12.567	
OCCAMEQUITY HEDGE FIC FIM	3.311	6.000	9.167	-	-	9.167	
GARDE DARTAGNAN FIC FIM	5.701	9.300	10.936	-	-	10.936	
BAHIA AM MARAÚ ESTUTURADO	9.906	10.000	10.240	-	-	10.240	
Cotas de Fundos de Participação	1	19.472	14.647	-	1.691	12.956	
Rio Bravo Energia I FIP	0	11.000	5.315	-	1.691	3.624	
Lacan Florestal FIP	0	2.512	3.596	-	-	3.596	
Lacan Florestal II FIP	1	5.960	5.737	-	-	5.737	
Exterior	15.004	21.001	25.322	-	-	25.322	
BB MM BLACKROCK IE	4.252	6.158	8.950	-	-	8.950	
PIMCO INCOME FIM IE	7.388	10.000	10.524	-	-	10.524	
VOTO ALLIANZ EURO EQ G	3.364	4.842	5.847	-	-	5.847	

A) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCIMENTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos para negociação	77.110	1.409.962	1.730.270	41.460	518.642	1.170.168	
Fundos de Investimentos	77.110	1.409.962	1.730.270	41.460	518.642	1.170.168	
Renda Fixa	39.137	474.248	645.409	41.460	516.987	86.962	
<u>FEF PGA FUNDO DE INVESTIMENTO RF</u>	21	37.978	41.460	41.460	-	-	
LFT	1	10.704	11.139	11.139	-	-	2020 a 2021
LTN	14	9.802	12.363	12.363	-	-	2019 a 2020
NTN-B	2	5.519	5.855	5.855	-	-	2018 a 2055
NTN-F	4	4.054	4.097	4.097	-	-	2021
DEBENTURES	0	3.450	3.555	3.555	-	-	2022
Op Compromissadas	0	4.448	4.449	4.449	-	-	2022
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	0	0	-	-	
<u>BRDESCO FI RF FEF ATUARIAL BD</u>	768	367.731	516.987	-	516.987	-	
LFT	0	200	223	-	223	-	
NTN-B	151	339.603	483.028	-	483.028	-	
NTN-C	4	7.896	13.254	-	13.254	-	
Op Compromissadas	15	14.894	14.898	-	14.898	-	
Cotas de Fundo - HSBC FI REF CASH DI	596	4.017	4.017	-	4.017	-	
DEBENTURES	1	1.121	1.590	-	1.590	-	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(23)	-	(23)	-	
Ações						140.979	
<u>FT FEF CD FIA</u>	2.859	61.420	71.818	-	-	71.818	
Ações	2.809	58.056	68.215	-	-	68.215	
Cotas de Fundo	50	3.363	3.363	-	-	3.363	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	239	-	-	239	
<u>Cotas de Fundos Abertos</u>	70.885	155.047	190.469	-	-	190.469	
BB MM BLACKROCK IE	4.252	6.158	8.542	-	-	8.542	
BNP PARIBAS ACT FRIA	27	7.000	7.104	-	-	7.104	
ICATU VANGUARDA IPC	3.684	9.912	10.806	-	-	10.806	
GARDE DARTA FIC FIM	5.701	9.300	10.744	-	-	10.744	
CAIXA IMA-B5 RF LP	27.275	48.627	66.040	-	-	66.040	
BBM SMID FIC DE FIA	2.429	12.736	12.722	-	-	12.722	
FLURALHEDGE30 FICFIM	4.761	6.000	8.363	-	-	8.363	
JGP INSTITUCIONA FIA	30	4.854	7.755	-	-	7.755	
POLLUX AÇÕES INST I	4.071	6.427	8.777	-	-	8.777	
PIMCO INCOME FIM IE	7.388	10.000	10.117	-	-	10.117	
OCEANA SELECT FICFIA	3.720	7.000	7.203	-	-	7.203	
KONDOR LX FQ FIM	1.503	2.000	3.268	-	-	3.268	
SAFRA GALILEO INSTIT	29	8.000	11.970	-	-	11.970	
SULAMERICA EXPERTISE	230	2.190	207	-	-	207	
SULAM EXPERTISE II	526	5.000	3.225	-	-	3.225	
VOTO ALLIA EURO EQ G	3.364	4.842	6.127	-	-	6.127	
GAS DIVIDENDOS FIA	1.895	5.000	7.500	-	-	7.500	

Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCIMENTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Multimercados	14.511	475.203	534.707	-	516.987	534.707	
FEF CD SANTANDER FI MULTIMERCADO	45	144.335	171.595	-	-	171.595	
LF	0	2.133	2.646	-	-	2.646	2018
DEBENTURES	2	4.255	4.325	-	-	4.325	2019 a 2022
LFT	9	67.011	87.984	-	-	87.984	2018 a 2020
LTN	1	636	936	-	-	936	2019
NTN-B	19	57.775	62.386	-	-	62.386	2018 a 2055
NTN-F	4	3.212	3.976	-	-	3.976	2021 a 2025
Op Compromissadas	10	9.292	9.294	-	-	9.294	2018
Opções Futuros	0	21	0	-	-	0	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber						47	
ITAU FIM FEF CD	17	90.906	96.001	-	-	96.001	
LF	0	19.500	22.333	-	-	22.333	2018 a 2019
LFT	3	28.865	30.504	-	-	30.504	2018 a 2021
NTN-B	13	42.521	43.143	-	-	43.143	2018 a 2055
Opções Futuros	-	20	34	-	-	34	
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(12)	-	-	(12)	2018
BRADERCO FI MULTIMERCADO FEF CD	730	145.525	155.475	-	-	155.475	
Cotas de Fundo - BRAM FI REF CASH DI	632	-	4.256	-	-	4.256	
DEBENTURES	1	4.249	4.761	-	-	4.761	2018 a 2020
LFT	7	55.357	60.493	-	-	60.493	2018 a 2023
NTN-B	0	185	216	-	-	216	2023
Op Compromissadas	89	85.729	85.752	-	-	85.752	2018
Opções Futuros	2	6	0	-	-	0	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(2)	-	-	(2)	
SULAMERICA FAELBA INEMA FI MULT.	1.726	69.136	77.290	-	-	77.290	
Cotas de Fundo de Investimentos - Total	1.706	25.934	25.934	-	-	25.934	
CHE 9 FDC SEN	1	713	713	-	-	713	
FDC RCI BRASIL I	1	317	317	-	-	317	
QUEST YIELD FIC FRF	191	334	334	-	-	334	
ITAU INST ALOCAÇÃO D	207	2.993	2.993	-	-	2.993	
MODAL MULT INST FIF	514	2.503	2.503	-	-	2.503	
SILVERADO 6 SER MAX	1	14	14	-	-	14	
SULAM RF ATIVO FIFP	130	5.067	5.067	-	-	5.067	
SULAM INFLATE FIFL	123	4.097	4.097	-	-	4.097	
SUL AMERICA JUROREAL	289	4.556	4.556	-	-	4.556	
SULA EVOLUTION FIM	250	5.338	5.338	-	-	5.338	
DEBENTURES	4	9.358	9.163	-	-	9.163	2018 a 2024
LF	0	1.500	1.528	-	-	1.528	2020
LFSN	0	10.800	16.400	-	-	16.400	2021 a 2022
LFT	1	6.591	9.348	-	-	9.348	2020 a 2021
Opções de Futuros						(31)	
Op Compromissadas	16	14.954	14.958	-	-	14.958	2018
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(8)	-	-	(8)	
Referenciado	57	337.884	396.122	-	-	396.122	
FEF VOTORANTIM FI RENDA FIXA CDI	57	337.884	396.122	-	-	396.122	
LFT	41	322.577	380.822	-	-	380.822	2018 a 2023
Op Compromissadas	16	15.306	15.310	-	-	15.310	2019 a 2022
Tesouraria-Contas a Pagar/Receber	-	-	(11)	-	-	(11)	
Participações	1	-	13.053	-	1.655	11.397	
Cotas de Fundos - Rio Bravo Energia I FIP	0	-	5.202	-	1.655	3.547	
Cotas de Fundos - Lacañ Florestal FIP	0	-	2.799	-	-	2.799	
Cotas de Fundos - Lacañ Florestal II FIP	1	-	5.051	-	-	5.051	

A) TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os títulos para negociação estão valorizados a preço de mercado na data de encerramento do balanço.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA);
- Ações de companhias abertas, cotação de fechamento disponível no último pregão do mês divulgada no relatório da custódia;

- As debêntures são valorizadas com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia;
- Os certificados de depósito bancário (CDB) são valorizados com base na taxa média de precificação, conforme relatório de precificação da custódia; e
- Os dividendos e bonificações são reconhecidos no resultado do exercício, a partir da data de publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

B) TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Em 31 de dezembro de 2018:

Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCIMENTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Títulos mantidos até o vencimento	134	288.234	448.304	-	448.304	-	
Fundos de Investimentos	134	288.234	448.304	-	448.304	-	
Renda Fixa	134	288.234	448.304	-	448.304	-	
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD					448.304		
NTN-B	3	5.171	8.976	-	8.976	-	2020
NTN-B	27	46.193	83.455	-	83.455	-	2024
NTN-B	6	14.602	19.610	-	19.610	-	2030
NTN-B	31	52.742	91.879	-	91.879	-	2035
NTN-B	25	57.710	84.422	-	84.422	-	2040
NTN-B	39	103.920	145.618	-	145.618	-	2050
NTN-C	4	7.896	14.343	-	14.343	-	2021

Em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	TOTAL			PGA	BD	CD	VENCIMENTO
	Quant	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor Contábil	
Titulos mantidos até o vencimento	155	347.499	496.282	-	496.282	-	
Fundos de Investimentos	155	347.499	496.282	-	496.282	-	
Renda Fixa	155	347.499	496.282	-	496.282	-	
HSBC FI RF FEF ATUARIAL BD	155	347.499	496.282	-	496.282	-	
NTN-B	3	5.171	8.608	-	8.608	-	2020
NTN-B	27	46.193	79.851	-	79.851	-	2024
NTN-B	6	14.602	18.835	-	18.835	-	2030
NTN-B	31	52.742	88.231	-	88.231	-	2035
NTN-B	25	57.710	81.329	-	81.329	-	2040
NTN-B	50	135.312	174.203	-	174.203	-	2050
NTN-B	10	27.873	31.972	-	31.972	-	2065
NTN-C	4	7.896	13.254	-	13.254	-	2021



Em 31 de dezembro de 2018:

Os títulos da Entidade mantidos até o vencimento têm prazos entre 2020 a 2050.

De acordo com o estudo de fluxo das obrigações ALM - Asset Liability Management do Plano BD, realizado pela empresa de consultoria Aditus, a Administração da Entidade realizou a venda integral das NTN-Bs com vencimento em 2055 e parcial da posição com vencimentos em 2050. A operação foi realizada com intuito de prover liquidez o Plano.

A Entidade declara possuir capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.



AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

A FAELBA adotou, desde o exercício de 2014, a precificação de Ativos em consonância com as Resoluções MPS/PREVIC/DC nºs 15 e 16, ambas de 12 de novembro de 2014.

O valor do ajuste de precificação apresentado pelos títulos públicos federais mantidos até vencimento para o exercício de 2018 foi de R\$ 41.546 (R\$ 42.083 em 2017), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Natureza V	encimento	Quantidade	Valor Investido	Valor Contábil	Valor ajustado	Ajuste
NTN-B	15/08/2020	1.300	2.485	4.167	4.306	138
NTN-B	15/08/2020	1.500	2.686	4.808	4.968	160
NTN-B	15/08/2024	6.100	10.261	18.873	21.378	2.505
NTN-B	15/08/2024	10.000	17.109	30.982	35.046	4.064
NTN-B	15/08/2024	1.300	2.012	3.817	4.556	739
NTN-B	15/08/2024	5.441	9.846	17.253	19.068	1.816
NTN-B	15/08/2024	4.050	6.966	12.530	14.194	1.663
NTN-B	15/08/2030	2.008	3.934	6.543	7.509	966
NTN-B	15/08/2030	1.915	4.833	5.658	7.161	1.503
NTN-B	15/08/2030	2.350	5.834	7.409	8.788	1.379
NTN-B	15/05/2035	6.000	10.253	17.779	23.054	5.275
NTN-B	15/05/2035	450	769	1.333	1.729	396
NTN-B	15/05/2035	9.500	15.869	28.042	36.502	8.461
NTN-B	15/05/2035	1.600	2.694	4.723	6.148	1.425
NTN-B	15/05/2035	7.998	14.253	24.704	30.731	6.027
NTN-B	15/05/2035	3.000	5.270	9.130	11.527	2.397
NTN-B	15/05/2035	2.000	3.632	6.169	7.685	1.516
NTN-B	15/08/2040	1.500	2.933	4.915	6.033	1.118
				208.836 2	50.383	41.546

c) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os Ativos imobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período. As reavaliações são realizadas a cada 3 anos, suportadas por laudos técnicos emitidos por empresa especializada, como determina o normativo em vigor.



REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 2018 foram concluídas as obras de reforma das salas 3301 e 3302 do Edf. Suarez Trade. Em virtude disso, a Entidade contratou a empresa Equity Engenharia e Avaliações Ltda., inscrita sob nº CNPJ 00.810.715/0001-00, com sede em São Paulo, para avaliação dos referidos imóveis.

O critério utilizado para confecção do laudo está de acordo com os critérios básicos previstos na NBR 14653-2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Apresentamos a seguir a posição dos investimentos imobiliários em 31 de dezembro de 2018:

Investimentos Imobiliários	Custo atualizado	Data do registro da reavaliação	Efeito no resultado
Imóveis de Uso Próprio	4.170		469
Sala Suarez 3301	2.100 3	1/10/2018	239
Sala Suarez 3302	2.070 3	1/10/2018	230

D) EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

O resumo das operações com participantes está a seguir demonstrado:

	Plano BD		Plano CD		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Empréstimos a Participantes	1.977	1.710	38.863	35.999	40.840	37.709
	1.977	1.710	38.863	35.999	40.840	37.709

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, relativa à inadimplência de operações de empréstimos e financiamentos, é constituída conforme estabelecido na legislação vigente.

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os compromissos do exigível operacional em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são assim demonstrados:

GESTÃO PREVIDENCIAL

	2018	2017
Benefícios a pagar	11	9
Retenções a recolher	741	796
Recursos antecipados	47	4.284
Outras exigibilidades	1.041	443
	1.840	5.532

GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2018	2017
Contas a pagar		
Fornecedores	455	1.376
Pessoal	664	692
Credores diversos	557	104
Retenções a recolher	37	86
Tributos a recolher	75	90
	1.788	2.348

INVESTIMENTOS

	2018	2017
Investimentos imobiliários	-	28
Empréstimos e financiamentos	2	14
Relacionados com o disponível	15	13
	17	55

11. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FAELBA registra os valores de depósitos judiciais efetuados, bem como as expectativas de perda das ações classificadas como possíveis e prováveis das demandas judiciais relativas aos seus Planos de Benefícios Previdenciários, de acordo com os relatórios mensais das consultorias jurídicas relativos às ações cíveis, trabalhistas e fiscais ajuizadas.

A Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 40.994 (R\$ 41.844 em 2017) segregadas por Planos Previdenciais, conforme a seguir:

	2018	2017
<i>Plano BD</i>		
Possível	19.126	18.199
Provável	15.547	17.493
	34.673	35.692
<i>Plano CD</i>		
Possível	2.537	2.705
Provável	3.784	3.447
	6.321	6.152
	40.994	41.844

A) CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Reparação de danos

A FAELBA e o seu patrocinador COELBA, por entender que foram prejudicadas em decorrência de atos do diretor administrativo financeiro da Entidade, moveu ação ordinária de reparação de danos contra o ex-diretor administrativo-financeiro da Entidade, cuja gestão ocorreu no período de maio de 1991 a agosto de 1992.

A Entidade continua aguardando o despacho do Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública na petição juntada pela Faelba, em setembro de 2014, requerendo esse despacho, pois, na fase de Recurso de Apelação, o Réu veio a falecer e, em decorrência desse fato, o Juízo tem encontrado dificuldade de proceder a citação dos sucessores para integrar o processo.

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

Em 1986, a OFND foi criada por meio do Decreto-Lei nº 2.288, com o objetivo de financiar o desenvolvimento nacional e apoiar a iniciativa privada na ampliação das atividades econômicas do país.

Em 1991, a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar na qualidade de substituta processual das suas filiadas, ajuizou ação com o objetivo de assegurar às associadas o refazimento dos cálculos com a atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional do Desenvolvimento e dos respectivos rendimentos, adotando-se o IPC no lugar do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento dos valores resultantes desse novo cálculo devidamente corrigidos.

Em 2011, a ABRAPP deu início ao processo de Execução e a Entidade recebeu em 14/10/2011 o Ofício nº 4650/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, fazendo referência à ação judicial sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND) movida pela ABRAPP a favor de suas associadas contra a União Federal. O Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em face da decisão judicial favorável às EFPC e considerando a manifestação da Procuradoria Federal/PREVIC, quanto ao registro contábil da ação em curso, informa que na atual fase do processo não é possível apurar os valores devidos ainda pendentes de liquidação e não

há embasamento jurídico para o registro contábil.

A PREVIC determinou às EFPC que, enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento, pela União Federal, relativo à referida ação judicial, não deve ser efetuado o registro contábil, de acordo com o princípio da prudência, determinado pela Resolução CFC de nº 750/1993, alterada pela Resolução CFC de nº 1.282/2010 e a Resolução CFC de nº 1.180, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A FAELBA não tem contabilizado nenhum Ativo ou contingências referentes aos expurgos inflacionários incidentes sobre OFND, decisão tomada por não encontrar documentos comprobatórios suficientes para os cálculos.

Em setembro de 2014, foi julgado o Agravo de Instrumento interposto pela ABRAPP, em face da decisão que determinou a execução do acórdão em que foi reconhecido que as OFNDs adquiridas pelas filiadas da associação deve ser proposta e processada ação individualmente, por cada entidade. O acórdão trouxe a necessidade de uma liquidação de sentença, com vistas a apurar, de forma individualizada, o crédito de cada entidade filiada, uma vez que cada instituição adquiriu uma quantidade específica de OFNDs.

No final do exercício de 2015, foram distribuídos os processos de liquidação de sentença, tendo a FAELBA

ficado enquadrada no Grupo G-9 de acordo com o deliberado em Assembleia da ABRAPP.

Em 2016, protocolada petição requerendo a juntada da petição de desistência e respectiva homologação por parte do TRF/2ª Região, quanto ao Recurso Especial interposto no Agravo de Instrumento, bem como os documentos comprobatórios da autorização específica da entidade FAELBA para a representação da ABRAPP como substituta processual. Publicado o despacho para comprovação do trânsito em julgado da sentença da ação ordinária e certidão de objeto e pé da ação ordinária nº 910123902-3.

Em 2017, a União foi citada e apresentou contestação. Houve a Réplica da Autora e intimada a União para se manifestar sobre a Réplica. A União apresentou petição reiterando o pedido de expedição de ofício à CETIP.

Em 2018 a Previc manteve seu posicionamento quanto a vedação do lançamento contábil das OFND's pelas entidades, fundamentando sua decisão na impossibilidade de verificação dos valores efetivamente a serem reavidos pelos fundos, antes que se operem as liquidações judiciais. O STJ – Superior Tribunal de Justiça manteve a decisão favorável a ABRAPP quanto a redução dos honorários advocatícios, sendo negado provimento ao recurso da União e dos advogados da ABRAPP que buscam a majoração de seus honorários. A FAELBA integra o denominado “GRUPO 9”, figurando no polo ativo da ação de liquidação por artigos nº 0145887-21.2015.4.02.5101, em trâmite na 15ª Vara

da Justiça Federal do Rio de Janeiro, que se encontra na fase de produção de provas aguardando apreciação do pedido da UNIÃO de expedição de ofício para CETIP prestar informações a respeito da aquisição das OFND's.

B) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Mandado de Segurança do PIS e da COFINS

Em agosto de 2007, a FAELBA, por entender indevida a cobrança do PIS e COFINS em função da sua atividade, impetrou, através do escritório Linhares & Advogados Associados, o mandado de segurança para suspender a exigibilidade do PIS e da COFINS. O processo foi sentenciado e acolhido parcialmente o pleito formulado, tendo a FAELBA interposto recurso de apelação para reformar a decisão, que está pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª região.

A FAELBA, enquanto aguarda julgamento do recurso, continua efetuando o recolhimento dos tributos de acordo com a legislação vigente.

Auto de infração - CSLL

Em dezembro de 2005, foi lavrado Auto de Infração referente ao lançamento de constituição de crédito tributário de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

(“CSLL”) relativa aos períodos de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001 no valor atualizado de R\$73.152.

Em 19 de janeiro de 2018 os autos foram distribuídos para a 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, sob a relatoria de Cristiane Silva Costa.

Em 04 de abril de 2018 foi realizada sessão de julgamento na qual a 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, negou provimento ao Recurso Especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional - Acordão de nº 9101-003.540 no Processo 10580-011.384/2005-89.

Em 28 de junho de 2018 os autos foram remetidos ao arquivo. Assim, diante destas informações, atestamos que ocorreu o trânsito em julgado do processo administrativo em referência, com o cancelamento integral do auto de infração.



“Nosso trabalho é prover serviços jurídicos qualificados, atuando na defesa dos interesses e direitos da Faelba.”

*Cristina Firpo,
Assessoria Executiva.*

12. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

Compreende os recursos líquidos dos planos com finalidade exclusiva de cobrir os respectivos benefícios previdenciários. É o resultado da soma das provisões matemáticas e do equilíbrio técnico.

Para atendimento da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e da Resolução CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, e suas alterações, que estabelecem parâmetros técnico-atuariais para estruturação de Plano de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a análise das hipóteses atuariais que foram adotadas na avaliação dos Planos de Benefícios da FAELBA no encerramento do exercício

de 2018 foi apresentada através de relatório atuarial e aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade. Os cálculos atuariais são efetuados pela Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda., atuários independentes contratados pela Entidade.

O parecer do atuário independente, relativo ao exercício de 2018, foi datado de 14 de março de 2019 (07 de março de 2018 para o exercício de 2017).

A seguir demonstramos as hipóteses comparativas 2018 e 2017:

Exercício 2018		
Hipóteses	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	4,19%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	1% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	qx SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (segregada por sexo) desagravada em 15%	qx da CSO-58 (masculina)*
Tábua de mortalidade de inválidos	qxi = qx da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez L	IGHT (MÉDIA)	ix da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional revista periodicamente nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.	-

(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para a Patrocinadora Tracol.

Exercício 2017

Hipóteses	Plano BD	Plano CD
Taxa real anual de juros	4,38%	Não aplicável
Projeção de crescimento real de salário	1% ao ano	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	qx SUSEP: BR – EMSsb v. 2015 (masculina) desagravada em 15%	q_x da CSO-58* (masculino)
Tábua de mortalidade de inválidos	$q_{xi} = q_x$ da SUSEP: BR – EMSsb v. 2010 (masculina)	Não aplicável
Tábua de entrada em invalidez L	IGHT (MÉDIA)	i_x da LIGHT FORTE*
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Família efetiva para os Assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte e Experiência Regional de Composição de Família melhor correlacionada com a família efetiva dos referidos Assistidos para os Participantes não Assistidos.	(*) Aplicável tão somente no cálculo dos benefícios de risco para a Patrocinadora Tracol.



Em 31 de dezembro de 2018, as provisões matemáticas dos planos e o superávit técnico acumulado estão assim demonstrados:

CONSOLIDADO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Benefícios concedidos	1.071.106	1.003.210
Contribuição definida	694.559	630.745
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	376.608	372.465
Resíduo valoração mensal de cotas	(61)	-
Benefícios a conceder	562.715	583.967
Contribuição definida	568.887	578.194
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - programado	3.271	6.181
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - não programado	330	560
Resíduo valoração mensal de cotas	(9.774)	(969)
Equilíbrio técnico	83.644	80.978
Patrimônio de cobertura do plano	1.717.464	1.668.155

PLANO BD

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Benefícios concedidos	376.608	372.465
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	376.608	372.465
Benefícios a conceder	3.601	6.742
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - programado	3.271	6.181
Benefício definido estruturado em regime de capitalização - não programado	330	560
Equilíbrio técnico	83.644	80.978
Patrimônio de cobertura do plano	463.853	460.185

PLANO CD

Em 31 de dezembro de 2018, as provisões matemáticas dos planos e o superávit técnico acumulado estão assim demonstrados:

	2018	2017
Benefícios concedidos	694.498	630.745
Contribuição definida	694.559	630.745
Resíduo valoração mensal de cotas	(61)	-
Benefícios a conceder	559.113	577.225
Contribuição definida	568.887	578.194
Resíduo valoração mensal de cotas	(9.774)	(969)
Patrimônio de cobertura do plano	1.253.611	1.207.970

As provisões matemáticas do Plano de Benefício Definido (BD) foram constituídas com base nos cálculos atuariais. As provisões matemáticas do Plano de Contribuição Definida (CD) foram constituídas com base no somatório dos créditos acumulados e capitalizados nas contas individuais dos Participantes. O equilíbrio técnico é apurado pela diferença entre o patrimônio de cobertura do plano e as provisões matemáticas.

A situação financeiro-actuarial do Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 02 da FAELBA, patrocinado pela COELBA, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do exercício anterior), em razão do fechamento do Plano, em 30/09/1998, a novas adesões de Participantes,

face à entrada em vigência do Plano Misto de Benefícios Previdenciários Nº 001 da FAELBA, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Taxa Real de Juros de 4,19% ao ano e da Tábua de Mortalidade Geral SUSEP: BR – EMSb v. 2015 (segregada por sexo) desagravada em 15%, apresentou em 31 de dezembro de 2018, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 105.261, equivalente a 27,69% das Provisões Matemáticas do Plano, então existentes, cuja abertura estabeleceu o montante de R\$ 71.175 contabilizado como Reserva de Contingência (equivalente a 18,72% das Provisões Matemáticas) e o valor de R\$ 34.086, registrado como Reserva Especial para Revisão de Plano antes da destinação voluntária parcial realizada.

Em atendimento ao disposto da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 (revogando a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), foram suspensas, em definitivo, todas as contribuições do Plano BD, parte Participante e a respectiva contrapartida Patronal, conforme estabelecido na avaliação atuarial. Os valores das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, integralmente cobertas pelo patrimônio de cobertura do plano, correspondem ao valor presente dos benefícios do plano.

A rentabilidade nominal líquida do Plano de Benefício Definido (BD) obtida ao longo de 2018 foi de 12,03% (9,85% em 2017), contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 8,12% (6,72% em 2017), o que, em termos reais, representou obter 8,18% (7,75% em 2017), contra uma expectativa atuarial de 4,38% ao ano, aplicado o INPC do IBGE, com 1 (um) mês de defasagem, como indexador do plano.

A rentabilidade líquida do Plano de Contribuição Definida (CD) expressada pela variação positiva da cota que ao longo de 2018 foi de 7,61% (11,67% em 2017) para o perfil Básico, 14,20% (26,79% em 2017) para o perfil Diferenciado e 6,53% (10,14% em 2017) para o perfil Conservador.

TAXA DE JUROS

Em consonância com o item 69 do GUIA PREVIC – Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar e a IN PREVIC/DC nº 10, de 30 de novembro de 2018, tomamos por base o Estudo



“Contribuir para que a Faelba trilhe caminhos de respeito às leis, princípios e boas práticas de governança.”

*Carolina Oliveira,
Analista Jurídica.*

Técnico de Adequação da Taxa Real de Juros Atuarial do Plano BD nº 002 da FAELBA, realizado em 2018 por Consultoria Financeira contratada pela FAELBA para o Plano, com resultados posicionados em 31 de dezembro de 2017 e tomando por base o cadastro de Participantes e Assistidos posicionado em 31 de dezembro de 2017, contendo a perspectiva de rentabilidade média auferida nos anos futuros, para definição da premissa de Taxa Real de Juros a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2018.

Conforme apresentado no JM/2453/2018, o estudo apresentou expectativa de retorno real de 5,63% ao ano,

indicando que a carteira atual de ativos é compatível com uma taxa de juros real de até 5,63% ao ano, que encontra-se dentro do intervalo estabelecido pela Portaria PREVIC nº 363, de 26 de abril de 2018, para a Duração do Passivo de 8,86 anos, que varia de 4,19% ao ano até 6,39% ao ano.

Observando o limite máximo correspondente ao teto do intervalo estabelecido no art. 5º da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, para o Plano BD nº 002 da FAELBA, reduzida em um ponto percentual, temos as taxas destacadas abaixo:

Taxa de Juros	Taxa Adotada	Taxa Limite	Taxa Parâmetro	Taxa Máxima
Valor (% a.a.)	4,19%	5,39%	5,99%	6,39%

Neste contexto, a FAELBA optou por adotar de forma prudente a Taxa Real de Juros de 4,19% ao ano para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2018, que se encontra no intervalo estabelecido para adoção de Taxa de Juros no Plano.

PLANO CD

A Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, tendo como principais alterações os avanços na precificação dos passivos atuariais dos Planos de Benefícios, o reforço da necessidade de adequação das premissas às características dos planos e a padronização da forma de cálculo da duração do passivo (duration). Ver Nota explicativa 9.b.

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado e na destinação e utilização de superávit. A FAELBA adotou a referida Resolução desde o exercício de 2014, estando aderente às premissas para apurar o resultado, destinar e utilizar o valor registrado como reserva especial para revisão de plano.

Segundo o artigo 11, o valor do ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificado na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado

considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Apuração do equilíbrio técnico ajustado	2018	2017	Variação (%)
Equilíbrio técnico (a)	83.644	80.978	3
Ajuste de precificação (b)	41.546	42.083	(1)
Equilíbrio técnico ajustado (a+b)	125.190	123.061	2

REGRA DE SOLVÊNCIA

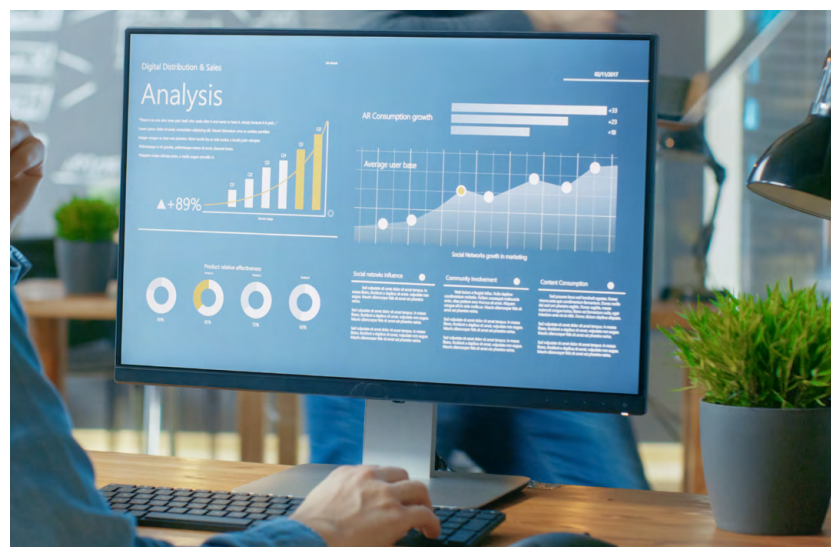
A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios para destinação e utilização do superávit dos Planos de Benefícios Previdenciários, em função da duration do passivo atuarial, ou seja, o horizonte de tempo dos fluxos de caixa dos Planos de Benefícios. Anterior à Resolução nº 22, quando da ocorrência de superávit, este deveria ser registrado na reserva de contingência até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas. Com o advento da Resolução nº 22, continua a existir parcela do Superávit Técnico Acumulado excedente ao limite da Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão $[10\% + (\text{duration} \times 1\%)]$.

Sendo a duration do Plano BD de 8,72 anos (8,86 anos em 2017), foi adotado para cálculo da reserva de contingência o limite de 18,72% (18,86% em 2017), das provisões matemáticas reavaliadas em 31 de dezembro de 2018, conforme estabelecido pelas novas regras apresentadas pela Resolução CGPC nº 26/2008, incluindo as alterações realizadas pela Resolução CNPC nº 22/2015.

DA DESTINAÇÃO DA RESERVA ESPECIAL

A destinação voluntária da reserva especial para revisão de plano no valor de R\$ 21.617 apurado no exercício de 2018, distribuídos à razão de 53,43% para Participantes e Assistidos e 46,57% para o Patrocinador, com base nas contribuições normais, se apresenta conforme segue:

Distribuição	2018	2017
Assistidos	11.457	13.403
Participantes	94	157
Patrocinador	10.066	11.817
	21.617	25.377



13. FUNDOS

A) FUNDOS PREVIDENCIAIS

Constituído para dar garantias aos respectivos Planos de Benefícios Previdenciais de possíveis desequilíbrios, e cuja constituição e reversão são efetuadas com base em parecer atuarial. É atualizado pela rentabilidade dos seus respectivos planos.

A.1) PLANO BD

Em conformidade com o disposto na Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 10, de 19 de dezembro de 2012, que estabeleceu critérios para apuração do resultado e destinação e utilização do superávit das

EFPC, o valor registrado como reserva para revisão do plano (que corresponde à parcela do superávit excedente ao valor registrado como reserva de contingência) na posição de 31 de dezembro de 2018 está sendo utilizado para concessão de “Benefício Temporário” para os Participantes com a devida contrapartida da Patrocinadora COELBA, registrado em fundo específico e cuja reversão deverá ser aprovada pela PREVIC.

Abaixo apresentamos os saldos na posição 31 de dezembro de 2018 e 2017:



Conta	Nome da conta	2018	2017
232100000000	Fundos previdenciais	44.586	41.484
232102000000	Revisão de plano	38.443	36.728
	Fundo Benefício Temporário Participantes	93	157
	Fundo Benefício Temporário Assistidos	11.457	13.403
	Fundo COELBA	26.893	23.168
232103000000	Outros - Previsto em nota técnica atuarial Participantes	1.213	1.104
		1.213	1.104
	Plano CD	4.930	3.652
	Resíduo da reserva	483	329
	Fundo de risco	4.447	3.323

REVISÃO DE PLANO

Fundo Benefício Temporário Participantes: R\$ 93

Constituído exclusivamente pelos Benefícios Temporários a serem pagos aos Ativos, inclusive Autopatrocinados e optantes pelo Benefício Proporcional Diferido - BPD, no ato da aposentadoria, para pagamento de 5 benefícios projetados (valor-base de dezembro de 2018).

Fundo Benefício Temporário Assistidos: R\$ 11.457

Constituído exclusivamente pelos Benefícios Temporários oriundos da distribuição do superávit.

Para os Assistidos, o pagamento de benefício temporário de valor igual a 5 Benefícios (valor-base de dezembro de 2018) cuja forma de pagamento será definida pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Fundo COELBA: R\$ 26.893 (R\$ 23.168 em 2017)

Constituído pela contrapartida patronal referente a todos os Benefícios Temporários pagos aos Participantes e Assistidos.

i) Fundo COELBA - distribuição superávit 2014: R\$ 240 (R\$ 1.067 em 2017)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos Benefícios Temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2014.

Em março de 2016, a PREVIC aprovou a reversão em 36 parcelas dos valores do Fundo COELBA constituído pela contrapartida patronal referente à distribuição voluntária do Superávit no exercício de 2014, por meio do Ofício nº 583/CGTR/DITEC/PREVIC de 08 de março de 2016. Por solicitação da Patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do Plano CD, ciclo iniciado a partir de abril de 2016. Em dezembro de 2018 restavam apenas 3 parcelas a compensar.

ii) Fundo COELBA - distribuição superávit 2015: R\$ 2.886 (R\$ 5.648 em 2017)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos Benefícios Temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2015.

Em Novembro de 2016, a PREVIC, por meio do Ofício nº 3635/CGTR/DITEC, aprovou a reversão em 36 parcelas do fundo especial ao Patrocinador. Por solicitação da Patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do Plano CD, ciclo iniciado a partir de novembro de 2016.

iii) Fundo COELBA – distribuição superávit 2016: R\$1.892 (R\$ 2.645 em 2017)

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos Benefícios Temporários oriundos da

distribuição do superávit no exercício de 2016.

A PREVIC, por meio da DOU 983 de 11 de outubro de 2017, aprovou a reversão em 36 parcelas em favor ao Patrocinador. Por solicitação da Patrocinadora, esses valores foram destinados para compensar as contribuições mensais do Plano CD, ciclo iniciado a partir de outubro de 2017.

**iv) Fundo COELBA – distribuição superávit 2017:
R\$ 11.809 (R\$ 11.817 em 2017)**

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos Benefícios Temporários oriundos da distribuição voluntária do superávit no exercício de 2017.

**v) Fundo COELBA – distribuição superávit 2018:
R\$ 10.066**

Fundo constituído pela contrapartida patronal referente aos Benefícios Temporários oriundos da distribuição do superávit no exercício de 2018.

**vi) Outros - previstos em nota técnica atuarial
Participantes**

**Fundo Benefício Temporário: R\$ 1.213 (R\$ 1.104 em
2017)**

Fundo constituído pelos valores remanescentes a pagar

dos Benefícios Temporários de exercícios anteriores e atualizado pela rentabilidade do Plano BD.

A.2) PLANO CD

Resíduo da reserva: R\$ 483 (R\$ 329 em 2017)

Constituído pela parcela da reserva formada pelas contribuições do Patrocinador, não resgatáveis pelo participante no momento do seu desligamento.

Conforme solicitação da Patrocinadora COELBA no decorrer do exercício de 2018 foram revertidos R\$ 377 do Fundo Resíduo da Reserva, para compensar as contribuições mensais do Plano CD.

Em setembro de 2006, foi transferido do fundo de resíduo de reserva do Patrocinador Tracol Serviços Elétricos Ltda. o valor de R\$ 104 para compensação de parcelas vencidas e vincendas do Patrocinador, conforme autorização do Conselho Deliberativo. O valor foi registrado em receitas futuras e corrigido pela rentabilidade do Plano CD. Em dezembro de 2018, o saldo residual para compensação era de R\$ 47 (R\$ 45 em 2017).

Fundo de risco: R\$ 4.447 (R\$ 3.323 em 2017)

Fundo constituído pelos Patrocinadores para cobertura da parcela da reserva que seria constituída pelo participante no período compreendido entre a idade de ocorrência do sinistro (morte /invalidez) e a

idade para aposentadoria, conforme determinado no Regulamento do Plano.

b) Fundos administrativos

O fundo da gestão administrativa é constituído pelo Ativo permanente, pela diferença positiva entre as receitas provenientes das fontes de custeio definidas no regulamento do PGA e as despesas administrativas, e atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos administrativos. Esse fundo é destinado à cobertura das despesas administrativas da gestão dos Planos de Benefícios Previdenciários, bem como à assegurar a cobertura do Ativo permanente.

Para a determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano a Entidade utiliza os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente em cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas comuns: rateadas na proporcionalidade de 15,09% para o Plano BD e 84,01% para o Plano CD; e
- Despesas específicas: alocadas diretamente no plano que as originou.

O montante desses fundos em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 36.736 (R\$ 39.998 em 2017) distribuídos da seguinte forma:

Fundos administrativos	2018	2017
Benefício definido	6.513	6.694
Contribuição definida	30.223	33.304
	36.736	39.998

c) Fundos dos investimentos

Os fundos dos investimentos são constituídos pela taxa de risco cobrada na concessão do empréstimo, com o objetivo de assegurar a quitação do saldo na eventualidade de falecimento do devedor. São

atualizados monetariamente pela rentabilidade dos respectivos Planos de Benefícios.

O montante desses fundos em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 3.113 (R\$ 2.652 em 31 de dezembro de 2017) distribuídos da seguinte forma:

Fundos de investimentos	2018	2017
Benefício definido	553	403
Contribuição definida	2.560	2.249
	3.113	2.652

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

SECURITIZAÇÃO FUNDO DE RISCO

A FAELBA contratou, no final do exercício de 2018, a terceirização da cobertura do seu Benefício de Risco junto ao mercado segurador, na forma permitida pela legislação vigente, permanecendo a responsabilidade das Patrocinadoras e dos Autopatrocinados em arcar com os custos dos Benefícios de Risco.

O contrato de securitização foi consagrado junto a Seguradora AXA SEGUROS S/A, com vigência da apólice para o exercício de 2019. Destacamos a existência de um compromisso formal da(s) Patrocinadora(s) de que, na eventualidade de ocorrência de qualquer não pagamento pela Seguradora contratada, esta aportará os recursos necessários à realização do pagamento.

15. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme Instrução nº 34, itens 5 e 6 do Anexo A, ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa (“PGA”)", no Ativo, e “Participação no fundo administrativo do PGA”, no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA.

Em contrapartida, a parcela do fundo administrativo que cabe a cada Plano de Benefícios também é registrada na gestão previdencial do respectivo Plano de Benefícios Previdenciários em contas do Ativo e Passivo, anulando assim o efeito do fundo administrativo na elaboração das demonstrações consolidadas, permanecendo apenas o saldo do fundo administrativo no PGA.

Augusto da Silva Reis

Diretor Superintendente

CPF nº 175.733.005-49

Alvaro Moreira de Pinho Neto

Diretor de Seguridade

CPF nº 220.660.125-72

Francisco Artur de Lima Moacyr

Diretor Administrativo-Financeiro

CPF nº 091.815.715-34

Selina Petersen Pinto da Silva Souza

Contadora - CRC - BA - 020885/O

CPF nº 677.099.235-34

EXTRATO DA ATA DO CONSELHO DELIBERATIVO

**EXTRATO DA ATA DA 403ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DELIBERATIVO DA FAELBA - FUNDAÇÃO
COELBA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2019**

**DATA, HORA E LOCAL: 27 de março de 2019, às 14h,
na Sede da Faelba, na Cidade de Salvador – Bahia.**

CONSELHEIROS PRESENTES: Márcio Caires Vasconcelos;
Antônio Fernando Guedes de Brito Costa; Belarmino
de Castro Dourado; Carla Suely P. do Nascimento Reis;
João Vital de Souza e Joe Louis Tavares Morra.

CONSELHEIROS CONVIDADOS: Joe Louis Tavares Morra
e Thiago Andrade Quinteiro

**ORDEM DO DIA: 1) DELIBERAÇÕES: 1.1)
DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS 2018 – PLANOS BD E
CD; 1.2) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO
2018;**

O Presidente do Colegiado, Márcio Caires Vasconcelos
abriu os trabalhos agradecendo a presença dos
conselheiros deliberativos titulares, dos suplentes Joe

Louis Tavares Morra em substituição ao conselheiro
titular José Antônio Brito, que justificou a ausência; e
Thiago Andrade Quinteiro, e dos membros da Diretoria
Executiva. O Presidente agradeceu, ainda, a Presidente
do Conselho Fiscal, representando os demais membros
titulares do CF, especialmente convidados para esta
reunião do Colegiado, que apreciará, entre outros
pontos, as demonstrações atuariais e financeiras
relativas ao exercício de 2018.

1) DELIBERAÇÕES:

1.1) Demonstrações Atuariais 2018 Planos BD e
Plano CD - O Diretor de Seguridade, Álvaro Pinho,
apresentou as Demonstrações Atuariais – DA's do
Plano de Benefícios Previdenciários (BD) Nº 002 da
Faelba- patrocinado pela Coelba, CNPB nº 19.740.005-
83 e do Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº
001 da Faelba, patrocinado pela Coelba/Faelba, CNPB
nº 19.980.036-47, e do Plano Misto de Benefícios
Previdenciários nº 001 da Faelba, patrocinado pela
Tracol, CNPB nº 19.980.036-47, referentes ao exercício
de 2018, a partir da análise prévia dos documentos pelo
Conselho Fiscal da Faelba, cujo Parecer fica anexo a esta
ata. A Presidente do Conselho Fiscal, Carmelita Novais
dos Santos, explicou ao Colegiado sobre a metodologia
utilizada para análise das Demonstrações Atuariais
adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a
apreciação dos documentos pelo Conselho Deliberativo

da Fundação. Os documentos ficam anexos a esta ata.

Deliberação - O Conselho Deliberativo aprovou conforme apresentado as Demonstrações Atuariais dos Planos Previdenciários BD e CD administrados pela Faelba.

1.2) Demonstrações Financeiras Exercício 2018 - O Diretor Administrativo – Financeiro, Francisco Artur de Lima Moacyr, apresentou as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31/12/2018, a partir da análise prévia dos documentos pelo Conselho Fiscal da Faelba. A Presidente do Conselho Fiscal, Carmelita Novais dos Santos, explicou sobre a metodologia utilizada para análise das Demonstrações Financeiras adotada pelo Conselho Fiscal, recomendando a apreciação dos documentos pelo Conselho Deliberativo da Fundação. O Parecer do Conselho Fiscal e as Demonstrações Financeiras ficam anexos a esta ata.

Deliberação: O Conselho deliberou pela aprovação conforme apresentada ao Colegiado das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2018.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou esta ata que,

depois de lida, vai assinada por todos os membros presentes do Conselho Deliberativo e por mim, M^a Cristina Firpo M. Ribeiro, que secretariei a reunião, a qual encerra com a minha assinatura.

Marcio Caires Vasconcelos

Antônio Fernando Guedes de B. Costa

Carla Suely P. do Nascimento Reis

Belarmino de Castro Dourado

João Vital de Souza

Joe Louis Tavares Morra.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício de suas atribuições legais, conforme estabelece o art. 39, inciso II, do Estatuto Social da FAELBA – Fundação COELBA de Previdência Complementar, este Colegiado examinou os relatórios e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Analisamos as Demonstrações Atuariais dos planos de benefícios previdenciários, emitidas em 08 de março de 2019 pela consultoria Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compostas por (i) Balanço Patrimonial Consolidado; (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada); (iii) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada); (iv) Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdenciário; (v) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdenciário; (vi) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT por plano de benefício previdenciário; (vii) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; e (viii) Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young emitido em 20 de março de 2019.

As Demonstrações acima referidas representam adequadamente em todos os seus aspectos as posições Patrimonial e Financeira da FAELBA.

Recomendamos a aprovação das Demonstrações mencionadas, conforme estabelece o art. 20, inciso X, do Estatuto da Fundação.

Salvador, 27 de março de 2019.

Carmelita Novais dos Santos
Presidente

Leônidas Henriques Filho

Roque da Silveira



Faelba

Fundação Coelba de Previdência Complementar

